

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI



Prestação de Contas Ordinária Anual

Relatório de Gestão do Exercício de 2020

Brasília – DF, março de 2021.



CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI

Autarquia vinculada à Casa Civil da Presidência da República

Carlos Roberto Fortner

Diretor-Presidente

José Camilo Nagano

Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA

Pedro Pinheiro Cardoso

Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização - DAFN

Ricardo Ferri Conzatti

Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração - CGPOA

Alexandre Munia Machado

Procurador Federal – Chefe





CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2020

Este relatório de Gestão apresenta aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade os valores e resultados anual a que esta Autarquia está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 84/2020, de 22 de abril de 2020, da DN TCU nº 187/2020, de 09 de setembro de 2020, e demais orientações do Órgão de Controle Interno, além de demonstrar o seu nível de governança, efetividade, conformidade, economicidade e sustentabilidade econômica e ambiental.

Brasília – DF, março de 2021.





CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – ITI

Lista de Siglas e Abreviações

AC – Autoridade Certificadora

ACT – Autoridade de Carimbo do Tempo

AGU – Advocacia-Geral da União

AR – Autoridade de Registro

ASCOM – Assessoria de Comunicação

ASESP – Assessoria Especial

BIPM – Bureau International des Poids et Mesures (Escritório Internacional de Pesos e Medidas)

BP – Balanço Patrimonial

BO – Balanço Orçamentário

BF – Balanço Financeiro

DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa

CC/PR – Casa Civil da Presidência da República

CCD - Centro de Certificação Digital

CG – Comitê Gestor

CGAFI – Coordenação-Geral de Auditoria e Fiscalização

CGD – Comitê de Governança Digital

CGISI – Coordenação-Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação

CGNPE - Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa

CGOPE – Coordenação-Geral de Operações

CGPOA – Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração

CGRC-GD – Comitê de Governança, Riscos, Controles e de Governança Digital

CGU - Controladoria-Geral da União

CGU-PAD – Sistema de Gestão de Processos Disciplinares

CISET – Secretaria de Controle Interno

COAUD - Coordenação de Auditoria Interna

COEFI - Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira

COLIC – Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios

COPOM – Coordenação de Planejamento, Orçamento e Modernização Institucional

COSIN – Coordenação de Segurança da Informação



COTEC - Coordenação de Infraestrutura Tecnológica

COTIC – Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicações

DAFN – Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização

DILOG – Divisão de Recursos Logísticos

DINFRA – Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas

DN – Decisão Normativa

DNI - Documento Nacional de Identidade

DOC-ICP – Documento Principal da ICP-Brasil

DOU - Diário Oficial da União

DPV – Demonstrações das Variações Patrimoniais

EAT – Entidade de Auditoria do Tempo

e-GOV – Governo Eletrônico

EOR - Execução do Orçamento

e-OUV – Ouvidoria Eletrônica/CGU

e-SIC – Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão

FCT – Fonte Confiável do Tempo

GABIN – Gabinete

GT – Grupo de Trabalho

IAT – Índice de Atendimento às Demandas de TIC

ICP-Brasil – Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira

IDC – Índice de Disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira

IEC – Índice de Exposição em Canais de Comunicação

IFC – Índice de Fraude por Certificados Emitidos

IN – Instrução Normativa

INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

IOP – Índice de Otimização de Processos

ISA – Índice de Satisfação

ISC – Índice de Serviços e Aplicações com uso de Certificação Digital

IT – Instalação Técnica

ITC – Índice de Tempo Médico de Credenciamento

ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

ITS – Instalação Técnica Secundária

LAI – Lei de Acesso à Informação

LCR – Lista de Certificados Revogados

LOA – Lei Orçamentária Anual

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade

NF-e – Nota Fiscal Eletrônica

PAINT – Plano Anual de Auditoria Interna

PC – Política de Certificado

PDA – Plano de Dados Abertos

PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

PE – Planejamento Estratégico

PFESP – Procuradoria Federal Especializada

PJ-e – Processo Judicial Eletrônico

PO – Plano Orçamentário



POSIC – Política de Segurança da Informação e das Comunicações

PP – Posto Provisório

PPA – Plano Plurianual

PR – Presidência da República

PSBio – Prestadores de Serviço Biométrio

PSC – Prestador de Serviço de Confiança

PSS – Prestadores de Serviço de Suporte

RAP – Restos a Pagar

SECON - Serviço de Contabilidade

SEGEP – Serviço de Gestão de Pessoas

SEI – Sistema Eletrônico de Informações

SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados

SG/PR – Secretaria–Geral da Presidência da República

SIADS – Sistema Integrado de Administração de Serviços

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIASG – Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão

SINAID - Sistema Nacional de Assinatura e Identificação Digital Brasileira

STN - Secretaria do Tesouro Nacional

TCU - Tribunal de Contas da União

TED - Termo de Execução Descentralizada

TI – Tecnologia da Informação

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UG – Unidade Gestora

UnB – Universidade de Brasília

UPC – Unidade Prestadora de Contas

UTC – Coordinated Universal Time (Tempo Universal Coordenado)

VCGE – Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico



Índice de Tabelas

Tabela 1 – Qualidade de solicitações via SIC	
Tabela 2 – Temas das Solicitações	
Tabela 3 – Quantitativo de Manifestações via e-OUV	22
Tabela 4 - Serviços Disponíveis	25
Tabela 5 – Atividades de Correição e Apuração	32
Tabela 6 – Variação do ISC em 2020	39
Tabela 7 – Processos Mapeados	45
Tabela 8 – Operações da AC Raiz	49
Tabela 9 - DAFN	57
Tabela 10 – Credenciamentos em 2020	58
Tabela 11 – Emissões de Certificados	58
Tabela 12 – Ranking das 10 AC´s que mais emitiram certificados em 2020	59
Tabela 13 – Concessão de Suprimento de Fundos	73
Tabela 14 - Utilização de Suprimento de Fundos	73
Tabela 15 – Despesas por Modalidade de Contratação	74
Tabela 16 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa	75
Tabela 17 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	76
Tabela 18 – Execução Descentralizada com Transferência de Recursos	77
Tabela 19 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos do Exercício	77
Tabela 20 – Execução do Programa de trabalho 2201 – Brasil Moderniza	78
Tabela 21 – Execução da despesa por Ação e Plano Orçamentário	78
Tabela 22 – Força de Trabalho na Unidade – situação em 31/12/2020	82
Tabela 23 – Distribuição da Lotação Efetiva	82
Tabela 24 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da	
Unidade – Situação em 31/12/2019	83
Tabela 25 – Despesa com Pessoal	83
Tabela 26 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	84
Tabela 27 - Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da	
Unidade	85
Tabela 28 - Composição do Quadro de Estagiários	85
Tabela 29 - Principais responsabilidades do setor	. 86
Tabela 30 – Processo de Contratações no período de 2020	87
Tabela 31 – Áreas demandantes das contratações em 2020	87
Tabela 32 – Contratações por modalidades realizadas em 2020	87
Tabela 33 – Processo de Acompanhamento no período de 2020	88
Tabela 34 - Setores que concentram o maior valor das contratações vigentes	. 88
Tabela 35 – Processo de Acompanhamento no período de 2020	89
Tabela 36 - Gastos por Finalidade	
Tabela 37 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	97
Tabela 38 – Entrada Orçamentária	. 98
Tabela 39 – Entrada Extra Orçamentária	98



Tabela 40 – Baixas e Bens/Ativos	99
Tabela 41 – Despesas com CPGF parte I	99
Tabela 42 - Despesas com CPGF parte II	100
Tabela 43 - Despesas com CPGF parte III	100
Tabela 44 – Serviços Executados e-SIC (Fala-BR)/Protocolo	101
Tabela 45 – Custos com Serviços	102
Tabela 46 - Custeio	104
Tabela 47 - Investimento	105
Tabela 48 – Principais Sistemas de Informação	105
Tabela 49 – Processos de Gerenciamento de Serviços Implementados	109
Tabela 50 – Demanda de Energia Elétrica 2019 e 2020	111
Tabela 51 – Serviço de Contabilidade - SECON	113



Índice de Figuras

Figura 1 – Missão/Visão/Valores	13
Figura 2 – Organograma	16
Figura 3 – Estrutura de Governança	17
Figura 4 - Papeis exercidos na Governança	17
Figura 5 – Cadeia de Valor	18
Figura 6 – Mapa Estratégico	35
Figura 7 – Indicadores de Estratégicos	36
Figura 8 – Projetos Estratégicos	36
Figura 9 – Mapa Estratégico 2019-2022	37
Figura 10 – Visão Indicadores Estratégicos	38
Figura 11 – Cadeia de Valor	47
Figura 12 – Estrutura da ICP Brasil em Dez/2020	61
Figura 13 – Resumo do BO	115
Figura 14 – Resumo do Balanço Patrimonial	117
Figura 15 – Demais Obrigações a Curto Prazo	118
Figura 16 – Resumo do Balanço Financeiro	119
Figura 17 – Resumo Demonstração das Variações Patrimoniais	121
Figura 18 – Resumo Demonstração de Fluxo de Caixa	123
Índice de Gráficos	
Gráfico 1 – Sistema de Informação ao Cidadão	20
Gráfico 2 – Temas das Solicitações	22
Gráfico 3 – Manifestações Processadas	23
Gráfico 4 – Ranking de emissões por tipos de certificados no ano de 2020	60
Gráfico 6 – Contratações realizadas em 2020	88
Gráfico 7 – Setores que concentram maior valor das contratações vigentes (R\$ em mil)	89
Gráfico 8 – Custos das atividades 2020x2019	90
Gráfico 9 – Execução das Despesas - BO	116
Gráfico 10 – Variações Patrimoniais - DVP	123



Sumário

1.	ME	NSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE	12
2.	VIS	ÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO	13
	2.1.	Identificação da Unidade prestadora de contas	13
	2.2.	Estrutura Organizacional	14
	2.3.	Estrutura de Governança	17
	2.4.	Modelo de Negócios (Cadeia de Valor)	18
	2.5.	Ambiente Externo	19
3.	RIS	COS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS	27
	3.1.	Gestão de Riscos	27
	3.2.	Controles Internos	28
	3.2.	1. Atuação da Unidade de Auditoria Interna	28
	3.2.	2. Atividades de Correição e de Apuração	31
	3.2.	3. Tratamento de determinações e recomendações do TCU	34
	3.2.	1. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	34
4.	GO	VERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO	35
	4.1.	Estratégia	35
	4.2.	Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos	37
	4.3.	Resultados das atividades finalísticas e da gestão	49
	4.4.	Resultados das principais áreas de atuação	73
	4.4.	l. Gestão Orçamentária e Financeira	73
	4.4.	2. Gestão de Custos	80
	4.4.	3. Gestão de Pessoas	81
	4.4.	4. Gestão de Licitação, Contratos e Convênios	86
	4.4.	5. Gestão Patrimonial e Infraestrutura	96
	4.4.	6. Gestão de Tecnologia da Informação	103
	4.4.	7. Sustentabilidade Ambiental	110
5.	INF	ORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	112
	5.1.	Informações do Setor de Contabilidade – SECON	112
	5.2.	Normas legais e Técnicas adotadas nas atividades Orçamentárias Finance	
		beis	
	53	Principais Práticas Contábeis	114



	5.3.1.	Balanço Orçamentário – BO	115
	5.3.2.	Balanço Patrimonial	117
	5.3.3.	Balanço Financeiro	119
	5.3.4.	Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP	121
	5.3.5.	Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC	123
6.	ANEX(OS	125



1. MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

O bom desempenho geral apresentado pelos indicadores durante um ano pautado por desafios e dificuldades inéditas é, sem dúvida, resultado do engajamento e comprometimento diário de cada um dos colaboradores deste Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

Constato que as ações do ITI foram corretamente norteadas conforme orientado por seus direcionadores estratégicos.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente



2. VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1. Identificação da Unidade prestadora de contas

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI é uma Autarquia Federal, criada por intermédio do Art. 12 da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, e cuja vinculação à Casa Civil da Presidência da República está expressa no Decreto nº 8.872, de 10 de dezembro de 2016. Sua estrutura regimental está definida pelos Decretos nº 8.985, de 8 de fevereiro de 2017 e nº 9.183, de 30 de outubro de 2017.

O Brasil optou por dispor de infraestrutura pública e Sistema Nacional de Certificação Digital mantidos e auditados por uma entidade pública, no caso o ITI, a quem compete executar as políticas de certificação e as normas técnicas e operacionais estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, bem como realizar os processos de credenciamento, auditoria e fiscalização das entidades que compõem a ICP-Brasil, com vistas a manter a qualidade dos serviços prestados e o nível de confiança que a sociedade exige ao valer-se de um Certificado Digital.

Figura 1 – Missão/Visão/Valores

MSSÃO Atuar na inovação, regulação e provimento de soluções tecnológicas que gar segurança e confiança digital a documentos e transações eletrônicas.	
VISÃO Ser referência Nacional e Internacional em tecnologias para segurança e confia digital	
VALORES	Ética, Transparência, Integridade, Responsabilidades Social, Segurança e Validade Jurídica

O Instituto também tem atribuição de estimular e articular projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológicos voltados à ampliação da cidadania digital, bem como a popularização da certificação digital e inclusão digital. Estimular a participação de universidades, instituições de ensino e iniciativa privada em pesquisa e desenvolvimento, nas atividades de interesse da área da Autarquia.

O ITI atua também como Secretaria-Executiva do Comitê Gestor da ICP – Brasil, composto por representantes dos seguintes Órgãos: Casa Civil da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Secretaria



de Governo da Presidência da República; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério das Relações Exteriores; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Ministério da Economia; ANCD – Associação Nacional de Certificação Digital; Câmara E.Net – Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico; AARB – Associação das Autoridades de Registro do Brasil; CNB – Colégio Notarial do Brasil; e ATID - Associação Brasileira de Tecnologia e Identificação Digital.

Neste contexto, a certificação digital é o principal negócio do ITI, tendo como insumo básico a tecnologia de ponta, tanto em *hardware* como em *software*, para assegurar, desenvolver, manter e prover com disponibilidade mínima de 99.99%, 24 horas por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, os serviços da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil.

2.2. Estrutura Organizacional

A estrutura regimental do ITI está definida pelos Decretos n° 8.985, de 8 de fevereiro de 2017 e n° 9.183, de 30 de outubro de 2017, constituída na seguinte estrutura organizacional:

- I. Órgãos de assistência direta e imediata ao Diretor-Presidente:
 - a. Gabinete
 - b. Procuradoria Federal Especializada
 - c. Coordenação de Auditoria Interna
 - d. Assessoria Especial
- II. Órgão seccional:
 - a. Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração
- III. Órgãos específicos singulares:
 - a. Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas
 - b. Diretoria de Auditoria e Fiscalização, Normalização e Pesquisa



Membros da Diretoria



Carlos Roberto Fortner Diretor-Presidente



José Camilo Nagano Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas



Pedro Pinheiro Diretora de Auditoria, Fiscalização e Normalização



Ricardo Ferri Conzatti Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração



Alexandre Munia Machado Procurador Federal – Chefe



Diretor-Presidente ASCOM ASESP GABIN Assessoria de Assessoria Especial Gabinete Comunicação COAUD **PFESP** Coordenação de Auditoria Procuradoria Federal Interna Especializada DAFN **CGPOA DINFRA** Diretoria de Auditoria, Fiscalização Coordenação Geral de Diretoria de Infraestrutura e Normalização Planejamento, Orçamento e de Chaves Públicas Administração **CGAFI** СОРОМ Coordenação-Geral de Coordenação de Planejamento, **CGISI CGOPE** Orçamento e Modernização Auditoria e Fiscalização Institucional Coordenação-Geral de Coordenação-Geral de Operações Infraestrutura e Segurança COLIC **CGNPE** da Informação Coordenação de Licitações, Coordenação-Geral de Contratos e Convenios Normalização e Pesquisa COACR **COEFI** COTEC COSIN Coordenação de Coordenação de Execução Coordenação de Coordenação de Operação da AC Raiz Orçamentária e Financeira Infraestrutura Segurança da Tecnológica Informação COTIC Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicações DILOG Divisão de Recursos Logísticos **SECON** Serviço de Contabilidade **SEGEP** Serviço de Gestão de Pessoas

Figura 2 – Organograma



2.3. Estrutura de Governança

A Governança é realizada pela Diretoria do Instituto (Diretor-Presidente, Diretor de Auditoria Fiscalização e Normalização – DAFN e Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA), em primeiro nível, em segundo, pelo Comitê de Governança do Planejamento Estratégico – CGPE.

O Comitê de Governança do Planejamento Estratégico - CGPE, instituído pela Portaria nº 62, de 04 de outubro de 2018, é composto por gestores do ITI mediante designação do Diretor-Presidente, com regras próprias de funcionamento estabelecidas em seu regimento interno.

Figura 3 – Estrutura de Governança

Diretoria do Instituto (Diretor-Presidente, Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização - DAFN e Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA) Comitê de Governança do Planejamento Estratégico – CGPE

Membros:

- 1 representante do Diretor-Presidente
- 1 representante do Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas DINFRA
- 1 representante do Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização DAFN
- 1 representante do Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e Administração - CGPOA

Figura 4 - Papeis exercidos na Governanca

Diretoria do Instituto	Comitê de Governança do Planejamento Estratégico – CGPE
 Avaliação geral de desempenho; 	 Avaliação dos resultados, desvios e medidas de correção em cada segmento e avaliação geral de desempenho;
 Autorização para ajustes propostos; 	 Proposta de ajustes: prazos e custos de projetos; indicadores e metas de desempenho; indicadores e metas de processos;



2.4. Modelo de Negócios (Cadeia de Valor)

Um Modelo de negócios utilizado pelo ITI é a Cadeia de Valor, que é um modelo usado para descrever a forma pela qual as empresas recebem insumos (entradas), agregam valor por meio de vários processos para criar um produto ou serviço, os quais são entregues aos clientes (saídas).

A Cadeia de Valor do ITI demonstra os macroprocessos necessários à entrega dos serviços aos clientes, sendo sua representação feita em três níveis:

- Macroprocessos de Governança: englobam as funções de governança e controle, ou seja, aqueles que estabelecem a forma como o Instituto é dirigido;
- Macroprocessos de Negócios: englobam as funções finalísticas, voltadas à atividade fim do Instituto, e centrais para a entrega dos serviços;
- Macroprocessos de suporte: englobam as funções de alicerce, que proveem os meios administrativos e financeiros para dar suporte à entrega dos serviços.

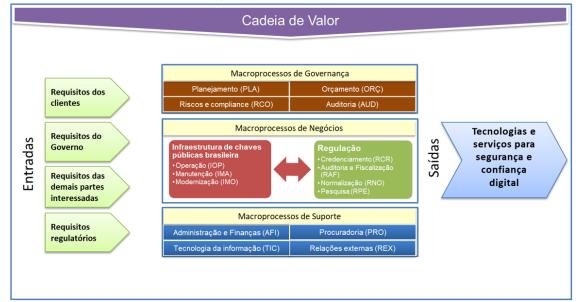


Figura 5 – Cadeia de Valor



2.5. Ambiente Externo

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, possui os seguintes canais públicos que permitem interação com o cidadão:

• Canais de acesso do Cidadão

O relacionamento do público externo com o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI e a solicitação de informações podem ser realizadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, regulamentado pela Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011), conforme publicada na Portaria nº 22, de 15 de maio de 2019, do Diário Oficial da União – DOU. Os pedidos de informações devem ser encaminhados diretamente pelo Sistema Fala.BR, que pode ser acessado no site do ITI, na seção Acesso à Informação. As solicitações ainda podem ser realizadas pelo telefone (61) 3424 -3830, pelo e-mail: sic_iti@iti.gov.br

• Serviço de Informações ao Cidadão – SIC – Informações presenciais.

No caso de atendimento presencial, o representante do SIC poderá registrar diretamente o pedido do interessado no e-SIC ou fornecer ao requerente o formulário impresso com posterior registro no sistema. O horário de atendimento é de segunda a sexta-feira, exceto feriados, das 9h às 18h, na sede do ITI (Setor Comercial Norte - Quadra 2, Bloco E - Asa Norte, Brasília /DF). O prazo para atendimento é de até 20 dias, sendo possível sua prorrogação por outros 10 dias mediante justificativa ou fundamento legal.

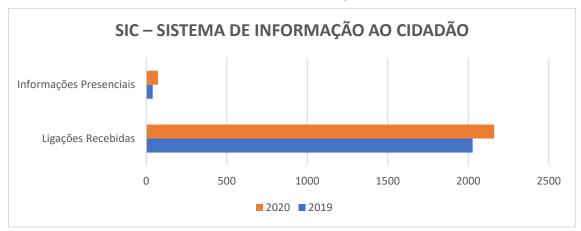
Ao comparar o exercício de 2019 com 2020, observa-se na tabela abaixo, um pequeno acréscimo no número de ligações recebidas e um aumento considerável nas informações presenciais, apesar do distanciamento social devido à pandemia do COVID-19, e as recorrentes orientações aos cidadãos para a utilização do Sistema da CGU, Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala.BR.



Tabela 1 — Qualidade de solicitações via SIC

SIC – SISTEMA DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO				
2019 2020 %				
Ligações Recebidas	2027	2160	+ 6,56%	
Informações Presenciais	40	72	+ 80%	

Gráfico 1 – Sistema de Informação ao Cidadão



Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC

A partir de 31 de agosto de 2020 o Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão foi integrado à plataforma Fala-BR. No tocante a integração dos sistemas cabe ressaltar que a Portaria nº 22, de 15 de maio de 2019, está sendo reformulada para a devida adequação dos procedimentos internos no tratamento das solicitações de Acesso à Informação e do tratamento das manifestações de Ouvidoria.

O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - e-SIC permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal. O cidadão ainda pode entrar com recursos e apresentar reclamações sem burocracia. Antes de solicitar informação, é recomendável que se leia o <u>Manual do Usuário</u> e conheça os procedimentos para fazer sua solicitação.

Em 2020 foram recebidas um total de 324 (trezentos e vinte quatro) pedidos de acesso à informação, destes 23 (vinte e três) não eram relacionados ao ITI, e foram



devidamente reencaminhados aos órgãos competentes. Dos 301 (trezentos e um) pedidos de acesso à informação pertinentes ao ITI foram 100% respondidos dentro dos prazos estipulados pela legislação. Os 10 (dez) temas mais requeridos pelos cidadãos, conforme os termos constantes do Vocabulário Controlado do Governo Eletrônico (VCGE) encontram-se conforme tabela abaixo:

Tabela 2 – Temas das Solicitações

TEMAS DAS SOLICITAÇÕES (TOP 10)			
Categoria e Assunto	Quantidade	% dos Pedidos	
Outros em Pesquisa e Desenvolvimento	224	74,67%	
Acesso à informação	29	9,67%	
Coronavírus (COVID-19)	18	6%	
Certificado ou Diploma	8	2,7%	
Atendimento	2	0,67%	
Auditoria	2	0,67%	
Certidões e Declarações	2	0,67%	
Serviços e Sistemas	2	0,67%	
Normas e Fiscalização	2	0,67%	
Avaliação da Conformidade	1	0,33%	



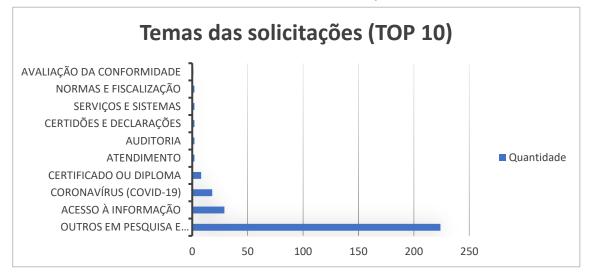


Gráfico 2 – Temas das Solicitações

E-OUV

O Sistema Eletrônico do Serviço de Ouvidoria, regulamentado pela Lei nº 13.460/2017, pode ser acessado na Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação - Fala-BR, e permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe consultas, reclamações, elogios, denúncias, comunicações de irregularidades e sugestões para os órgãos e entidades do Executivo Federal.

Em 2020 foram recebidas um total de 355 (trezentos e cinquenta e cinco), manifestações de ouvidoria, destas 73 (setenta e três) não eram relacionadas ao ITI e foram devidamente reencaminhadas aos órgãos competentes. Das 282 (duzentos e oitenta e duas) manifestações pertinentes ao ITI foram 100% processadas dentro dos prazos estipulados pela legislação. Em comparação com o ano de 2019, conforme tabelas abaixo podem observar um aumento de mais 120% no quantitativo de manifestações processadas pela ouvidoria deste Instituto.

Tabela 3 – Quantitativo de Manifestações via e-OUV

e-OUV – MANIFESTAÇÃO DE OUVIDORIA			
	2019	2020	%
Manifestações Processadas	128	282	+ 120,31%



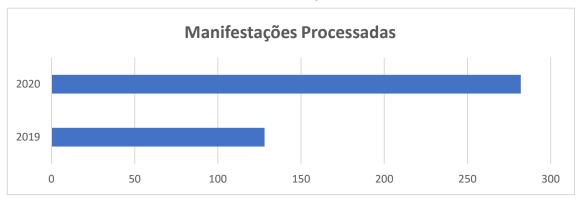


Gráfico 3 – Manifestações Processadas

• Portal Institucional

Em 2020 o portal institucional da autarquia (https://www.gov.br/iti/pt-br) migrou para a plataforma gov.br e o processo de gestão das informações e transferência do banco de dados foi realizado pela ASCOM em parceria com as demais áreas técnicas da autarquia. Essa atividade teve início em 20/05/2020 e foi finalizada em 1 7/07/2020.

O portal, em 2020, teve 6.574.464 visualizações de páginas e a visita de 1.134.087 de usuários. Essas informações são fornecidas pelo serviço gratuito do Google *Analytics*.

• Validador de Documentos Digitais

O Validador de Documentos Digitais (https://assinaturadigital.iti.gov.br/#) foi lançado em abril de 2020. De forma a contribuir com as ações do Governo Federal para evitar a propagação do Coronavírus (COVID-19), o site permite que médicos, cirurgiõesdentistas, pacientes e farmacêuticos mantenham o relacionamento de forma 100% online e com segurança no trânsito de documentos.

O objetivo é validar a assinatura digital do profissional de saúde em uma prescrição ou atestado de afastamento e o registro do profissional no respectivo conselho.

O portal, neste momento, está processando documentos assinados por médicos, cirurgiões-dentistas e farmacêuticos. Os outros conselhos profissionais do setor da saúde devem fazer contato com o ITI para providenciar a inserção do registro profissional para o devido tratamento.



O relatório do ano demonstra que o serviço foi utilizado por mais de um milhão de pessoas durante o ano de 2020.

Site CertForum e Certlive

Em 2020, foi criado o portal para o CertForum. Mas, em função da pandemia, o evento foi remarcado para setembro de 2021. A inovação e resposta de comunicação institucional foi a realização das CertLives, pelo canal do ITI no Youtube. A característica da transmissão e do debate ao vivo tem como objetivo preparar o público-alvo e demais interessados para a realização em setembro de 2021 do evento presencial, como é tradicionalmente desde a sua criação. Nas lives participaram profissionais do mercado de certificação digital e integrantes da equipe do ITI, discutindo os principais temas do momento. Foram realizadas duas lives, a primeira em 30 de julho, e que teve até o momento 2.005 visualizações e a segunda, em 3 de setembro com 1.695 visualizações.

Aqui tem CD

O site completou um ano em novembro de 2020, e nele o cidadão encontra informações sobre serviços, aplicações, sistemas e processos que aceitam o uso do seu certificado digital no padrão da ICP-Brasil. A página teve mais de 162 mil visualizações durante o ano e registra mais de 34 mil usuários. O tempo médio de visita é de *00:02:05*. Essas informações são fornecidas pelo serviço gratuito do Google *Analytics*.

Redes Sociais

Com foco na governança participativa combinada à facilidade de uso das plataformas de mídias sociais que promovem o relacionamento entre a sociedade e o governo, a ASCOM deu continuidade à presença do ITI nas redes sociais, criando conteúdos e campanhas para os perfis no Instagram https://www.instagram.com/itigovbr/ (4.102 seguidores), Facebook - https://www.facebook.com/itigovbr (8.388 seguidores), Twitter https://www.youtube.com/itigovbr (1.774 seguidores), Youtube https://www.youtube.com/user/itidigital (3.302 seguidores) e Linkedin https://www.linkedin.com/company/itigovbr (20.067 seguidores).



• Aferição do Grau de Satisfação dos cidadãos usuários

Ao integrar o Portal Gov.br, o ITI passou a utilizar o API de Avaliação de serviços do portal (tabela de serviços abaixo), o qual possibilita que ao final de cada página de serviço, o usuário avalie a utilidade da informação, podendo opinar entre positiva e negativa; e quanto à satisfação com o serviço, numa escala de um a cinco, permitindo assim avaliar o grau de satisfação dos usuários, julgo como ação corretiva, mais rápida e econômica, aproveitar a ferramenta para obtenção dos resultados do Índice de Satisfação - ISA. A implementação foi realizada no segundo semestre de 2020.

Tabela 4 - Serviços Disponíveis

Serviço	Disponível em
Plugin-pades	https://www.gov.br/pt-br/servicos/download-do-plugin-pades-icp-
	<u>brasil</u>
Verificador de Conformidade do	https://www.gov.br/pt-br/servicos/download-do-codigo-fonte-
Padrão de Assinatura Digital ICP-	doverificador-de-conformidade-do-padrao-de-assinatura-digital-da-
Brasil	<u>icp-brasil</u>
Validador de documentos digitais	https://www.gov.br/pt-br/servicos/validador-de-documentos-digitais
assinados com certificado ICP-	
Brasil	
Verificador de Conformidade do	https://www.gov.br/pt-br/servicos/verificador-de-conformidade-de-
Padrão de Assinatura Digital ICP-	assinaturas-digitais-icp-brasil
Brasil	
Cadastro de Agente de Registro –	https://www.gov.br/pt-br/servicos/cadastro-de-agentes-de-registro-
CAR	da-icp-brasil

Mecanismo de Transparência das informações relevantes sobre a atuação da Unidade

O ITI mantém uma página oficial na internet — www.iti.gov.br —, na qual disponibiliza todos os dados sobre o Instituto, tais como o Planejamento Estratégico; agenda; sistemas; composição do quadro de pessoal; legislação; notícias; regulamentações aplicáveis; cartilhas; folders; manuais; revistas sobre certificação digital; informações técnicas e educativas sobre a ICP — Brasil; normas; e atividades do Comitê Gestor, dentre outras informações de interesse da sociedade.



• Conteúdo de divulgação e institucional

Ao longo de 2020 foram elaboradas campanhas específicas e realizadas mudanças no padrão visual do material gráfico dos *cards* - para postagens nas redes, matérias, coberturas e conteúdos digitais para disseminar informações sobre o ITI, esclarecer o público em geral a respeito do papel da ICP-Brasil, sobre a atuação do Comitê Gestor e os usos do certificado digital ICP-Brasil. Foi lançado o produto *DescomplicaICP*, que divulga os principais conceitos e termos da área de certificação digital e o *AquitemICP*, que tem o objetivo de prestar serviço aos usuários sobre novos serviços com acesso por certificado digital.

• Vídeos Institucionais

O Instituto possui 2 (dois) vídeos institucionais. "Você conhece a certificação digital ICP-Brasil?" que pode ser encontrada no link: https://youtu.be/vi1uS7TMJh4 na qual foram registradas 25.7 mil visualizações.

O outro vídeo "O que é a ICP-Brasil? "no link: https://youtu.be/yE8qGJ2bzjU com 8.4 mil visualizações.



3. RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

3.1. Gestão de Riscos

Com o advento da pandemia do COVID-19, a continuidade do Mapeamento de Processos foi prejudicada e com isso o trabalho de gestão de riscos não iniciou conforme previsto. Estima-se retomar os trabalhos de mapeamento de processos e concluí-lo no 1°. Semestre de 2021, e com isso implementar de fato o acompanhamento sistemático da gestão de riscos da autarquia no 2°. Semestre de 2021.

Alguns dos riscos institucionais que foram mapeados para subsidiar o Planejamento Estratégico com base na metodologia do *Balanced Scorecard* respaldado na Matriz de S.W.O.T. Em 2020, foram mitigados os seguintes riscos:

 Falha na prestação dos Serviços de Autoridade Certificadora de acordo com princípios e critérios internacionais;

<u>Ação</u>: auditoria da Autoridade Certificadora Raiz em conformidade com os regulamentos internacionais, atribuído ao ITI o selo de Conformidade WebTrust.

 Especificação inadequada do protocolo padrão para auditoria e sincronismo de tempo para a EAT - Entidade de Auditoria do Tempo da ICP-Brasil. Falta de credibilidade do ITI, junto à sociedade, como uma das referências mundiais tempo em conformidade com o INMETRO e BIPM;

<u>Ação</u>: celebração de Termo de Descentralização de Crédito para o INMETRO para aquisição de equipamentos para a EAT.

Desconfiança nas soluções tecnológicas para a prestação de serviços digitais.
 <u>Ação</u>: celebração de Termo de Descentralização de Crédito com a Secretaria de Governo Digital para provimento de solução tecnológica para assinaturas avançadas para a plataforma Gov.BR, e com isso expansão da oferta de serviços de forma segura para o cidadão.

Paralisação da modernização do regramento da ICP-Brasil.
 Ação: Durante o ano de 2020 foram implementadas melhorias nos normativos da



ICP-Brasil de modo a facilitar a obtenção do certificado digital pelo cidadão, entre as quais a possibilidade de emissão remota por videoconferência.

Em 2020, foi revisado o PDTIC, que é o instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, permitindo o direcionamento das ações e projetos de TIC de todas as unidades organizacionais do ITI, a fim de garantir eficiência eeficácia na gestão de TIC. A versão atual é PDTIC 2020/22¹.

Dando continuidade ao *Plano de Integridade e Compliance* do ITI, foram levantados em 2020 os RISCOS dos seguintes Processos: Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios- COLIC; Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira – COEFI; Coordenação de Tecnologia da Informação – COTIC; Divisão de Recursos Logísticos – DILOG; Serviço de Contabilidade – SECON e o Credenciamento da Coordenação Geral de Pesquisas e Normalização – CGAFI.

Saliente-se que por motivo da *Pandemia COVID 19* foram feitos 34 (trinta e quatro) brainstorming para o mapeamento dos RISCOS de quebra de integridade, a seguir elencados:

- Abuso de posição ou poder em favor de interesses privados;
- Nepotismo;
- Conflito de Interesses;
- Pressão interna ou externa ilegal ou antiética para influenciar agente público;
- Solicitação ou recebimento de vantagem indevida;

Utilização de recursos públicos em favor de interesses privados;

3.2. Controles Internos

3.2.1. Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Apresentamos aqui os resultados da ação de controle realizada no ano de 2020 pela área de Auditoria Interna – COAUD.

 $^{^{1}\} https://www.gov.br/iti/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/ITI_PDTIC2020_22_Revisado_VFinal_241120_15.43 assinado.pdf$



De pronto esta Auditoria Interna ainda no ano de 2019 deu início à confecção do PAINT/2020 observando todas as recomendações emitidas para o PAINT/2019, conforme acordado com a Coordenação-Geral de Auditoria Contínua — CGAC/CISET/SG/PR. O referido instrumento teve sua aprovação realizada no dia 31/01/2020 pelo então presidente do Instituto e, posteriormente, validada a aprovação pela CISET em 12/02/2020.

Junto ao PAINT/2020 foram planejadas 7 ações de auditoria, sendo 03 de natureza obrigatória, 03 de natureza operacional e 01 de natureza de conformidade. Todas as ações foram selecionadas considerando a obrigatoriedade ou o planejamento baseado em riscos, na observância normativa ao inciso I do artigo 5º da IN nº 09/2018.

Adiante, foi realizada a elaboração do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna/RAINT/2019, este teve seu envio realizado em 06/02/2020 e aprovação efetivada pelo então presidente do Instituto em 12/02/2020, com ratificação de anuência pela CISET em 27/02/2020.

Posteriormente, fora realizada a elaboração das informações, referentes aos itens de competência da COAUD que compunham o Relatório de Gestão/2019, bem como a verificação das contas do ITI e do Relatório de Gestão do exercício de 2019. Cabendo ainda à área de auditoria a emissão de Parecer de Auditoria, considerando a capacidade dos controles internos administrativos das unidades, a fim de evitar e corrigir falhas e irregularidades, bem como mitigar os riscos existentes.

A ação Licitações, Contratações diretas (dispensa e inexigibilidade), planejada no PAINT/2019 e executada em 2020. Teve como resultado a identificação de 08 (oito) pontos, com 17 recomendações a serem esclarecidas e/ou acatadas pela área auditada, destas 16 (dezesseis) foram atendidas e 01 (uma) ficou para implementação/monitoramento pela área de auditoria no exercício de 2021.

No que diz respeito a ação de Gestão do planejamento executada no mês de maio/2020, o resultado da auditoria gerou a recomendação de 06 (seis) pontos a serem respondidos pelo Comitê de Governança do Planejamento Estratégico – CGPE. Acrescenta-se que dos pontos levantados permaneceram em aberto para monitoramento no ano de 2021, 02 (pontos).



Em dando andamento, a ação programada para o mês junho/2020, manteve seu cronograma inicial inalterado, isto é, priorizou-se nesse período a execução das ações de monitoramento das recomendações realizadas a todo o Instituto, além de iniciar o planejamento do trabalho de auditoria referente aos procedimentos disciplinares adotados no âmbito do ITI.

O trabalho resultou na identificação de 22 processos, dos quais 03 (três) redundaram em sindicâncias e 1 (um) em sugestão de Termo Circunstanciado Administrativo - TCA, os 18 (dezoito) processos restantes possuíam recomendações em aberto que foram sendo sanadas no decorrer dos anos seguintes.

Dos 18 (dezoito) processos remanescentes permaneceram sem solução definitiva as recomendações de 4 (quatro) processos, as quais continuam sendo monitoradas no ano de 2021.

Das 03 (três) sindicâncias verificadas no processo de monitoramento redundou a necessidade de realização de auditoria especial em sede de procedimentos administrativos disciplinares. O planejamento do trabalho resultou na Nota de Auditoria 01/2020 que alertava/recomendava ao presidente do ITI que dedicasse atenção especial ao processo 00100.005612/2019-89, pois os prazos de abertura de procedimento investigativo estavam todos expirados.

Destaca-se que esta ação – procedimentos administrativos disciplinares, encontrase em execução no exercício de 2021, pela dificuldade em justapô-la no cronograma de 2020.

No que diz respeito aos prazos pactuados junto ao PAINT/2020 para as ações da área de Auditoria planejadas para todo o ano – esta área de auditoria suportou algumas dificuldades em manter o planejamento inicial devido aos impactos sofridos com a pandemia de COVID-19. No entanto, do cronograma previsto, somente, uma ação teve sua finalização protelada para o mês de janeiro/2021.

Sucessivamente, com o objetivo de melhorar a eficiência dos controles internos, como premissa da área, priorizou-se a implementação da auditoria baseada em risco, para tanto foi analisado o mapeamento dos processos do Instituto realizados pela Coordenação



de Planejamento, Orçamento e Modernização Institucional – COPOM, o qual serviu de embasamento para a confecção do PAINT/2021.

Desta feita, vale destacar a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2021 que se encontra em execução, de acordo com o cronograma convencionado. Tendo ainda o cumprimento da carga horária de 64 horas referente a educação continuada para cada colaborador.

Por fim, a derradeira ação - Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras, redundou na recomendação de um ponto específico ao desligamento dos profissionais que atuam nos postos de vigilância nas áreas de CCD. O ponto em comento até a realização da referida peça não foi respondido à COAUD, permanecendo em monitoramento no ano de 2021.

3.2.2. Atividades de Correição e de Apuração

Esta Unidade Jurisdicionada está vinculada, para fins de correição, à Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República (CISET/SG/PR), conforme determina § 3° do Art. 2° do Decreto n° 5.480, de 30 de julho de 2005, a qual exerce as atribuições de unidade seccional de correição dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.

A Presidência e a Vice-Presidência da República passaram a contar com estrutura correcional própria a partir da entrada em vigor do Decreto nº 9.982, de 20 de agosto de 2019, que em seu inciso VIII, ao XV do Art. 24 do ANEXO I estabeleceu que aquela Setorial de Controle Interno atuaria na apuração dos atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados por agentes públicos ou privados, na utilização de recursos públicos federais, além de instaurar ou requisitar a instauração de procedimentos disciplinares, de ofício ou a partir de representações e denúncias.

Por meio do inciso X, art. 24 do Decreto nº 9.982 de 20 de agosto de 2019 determina à Secretaria de Controle Interno (CISET), órgão setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a competência de exercer as atividades de unidade seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, dos órgãos



integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, exceto da Agência Brasileira de Inteligência.

As atividades de correição relacionadas à apuração de ilícitos disciplinares no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República, incluindo suas entidades vinculadas, e das Vice-Presidência da República, são de iniciativa originária das respectivas autoridades administrativas nos termos do art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

3.2.2.1. Processos Instaurados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI-PR

Nesse sentido, na esfera de suas atribuições, com base nas Portarias CISET nº 60/2017 e CGU nº 335, de 30 de maio de 2006, e na Lei acima citada, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação-ITI/PR, no exercício de 2020, instaurou procedimento apuratório, conforme informações constantes no quadro abaixo:

Tabela 5 – Atividades de Correição e Apuração

PROCESSOS SEI	OBJETOS	FASE ATUAL
	Contrato emergencial de vigilância, no final de	
00100.005612/2019-89	2018, em função da perda dos prazos legais	Em andamento
	que antecederam o contrato anterior	

3.2.2.2. Processos Instaurados e/ou supervisionados pela CISET/PR em relação ao ITI/PR

De forma semelhante, compete à Corregedoria, órgão integrante da estrutura da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República, a instauração, a condução e o acompanhamento de procedimentos correcionais (supervisão), com base na competência insculpida nos artigos 3°, 6° e 26 §1°, Incisos I, II e III e 3° da Portaria CISET n° 60, publicada no DOU de 22 de novembro de 2017.

Dito isto, importa consignar que a CISET detém prerrogativa para instaurar diretamente procedimentos disciplinares, em substituição à autoridade com competência originária, quando configurados os pressupostos que demandem tal atuação, consoante se destaca a seguir:



"Art. 26. Compete ao Corregedor, sem prejuízo da competência do Secretário de Controle Interno, instaurar ou requisitar a instauração, de ofício ou a partir de representações e denúncias, de procedimentos disciplinares e revisá-los, quando necessário.

- § 1º A instauração de procedimentos disciplinares, sem prejuízo da competência originária das demais autoridades administrativas, poderá ocorrer, notadamente, nos seguintes casos, em infrações de natureza grave: I Complexidade, relevância da matéria e expressividade do valor do dano ao patrimônio público;
- II Envolvimento de autoridades ocupantes de cargos DAS 101.4 ou 102.4, ou superior, ou de outros cargos de direção, chefia ou assessoramento equivalentes ou superiores; e
- III Envolvimento de servidores ou empregados públicos de mais de uma unidade jurisdicionada.
- § 2º O Corregedor poderá, a qualquer tempo, propor a avocação de procedimentos disciplinares.
- § 3º Quando os acusados ocuparem, à época dos fatos ou da decisão, cargos de natureza DAS 101.5 ou 102.5, ou superior, ou outros cargos de direção, chefia ou assessoramento equivalentes ou superior, a decisão quanto à instauração de procedimentos disciplinares será de competência do Secretário de Controle Interno."

3.2.2.3. Utilização do sistema de gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD

Em 2019, houve a abertura de um procedimento administrativo disciplinar, fora realizada uma sindicância investigativa para apuração de responsabilidades na contratação emergencial do contrato de vigilância com a empresa Multiserv, na qual suas ações prolongaram-se pelo exercício de 2020 e continua em aberto até a presente data.

No entanto, na elaboração do planejamento da auditoria especial a ser realizada em procedimentos disciplinares verificou-se que o Instituto não utiliza o sistema CGU/PAD, motivo pelo qual tornou-se importante a realização de auditoria em sede disciplinar, uma vez que a obrigatoriedade de utilização do sistema é de 2007 e não justifica a não obediência a norma aplicada à matéria.

Desse modo, observou-se que os procedimentos disciplinares requerem uma verificação mais atenta quanto aos controles internos aplicados aos casos concretos.

Quanto a procedimentos disciplinares, segue abaixo informação daquele que se encontrara em curso no exercício de 2020/2021:



- Sindicância Investigativa nº 00100.005612/2019-89 instaurada para a apuração de responsabilidade na contratação emergencial do contrato de vigilância com a empresa Multiserv. A Comissão de Sindicância proferiu relatório conclusivo em 22/01/2021 sugerindo pelo arquivamento do processo em face da ausência de indícios robustos de autoria e materialidade de ilício administrativo disciplinar.
- Cumpre destacar que, em 22/02/2021 a Procuradoria Especial Federal PFE/ITI rejeitou o relatório final da Comissão de Sindicância, reconduzindo-a a proceder diligências complementares para elucidação dos fatos, diante da contradição verificada no relatório final da comissão.

3.2.3. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2020, o ITI recebeu 2 (duas) notificações expedidas pelo TCU, são elas:

- ✓ Processo TC 001.873/2020-2 Relatório de Levantamento;
- ✓ Processo TC 034.146/2020-2 Representação.

3.2.4. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

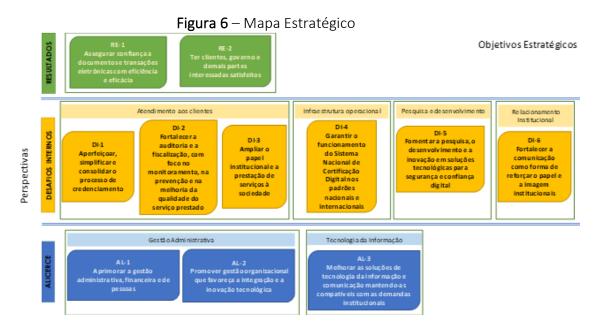
Em 2020, o ITI não recebeu notificações da CISET.



4. GOVERNANCA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.1. Estratégia

A estratégia adotada pelo ITI está graficamente representada no seu Mapa Estratégico, que apresenta os 11 objetivos estratégicos e evidencia os desafios que o Instituto pretende superar alinhados à sua missão e visão de futuro. A longo de 2020, diversas ações foram executadas com o intuito de endereçar os objetivos estratégicos constantes do planejamento.



O Mapa Estratégico do ITI está estruturado em três perspectivas que representam o encadeamento lógico de sua estratégia de atuação. Cada uma engloba um conjunto de objetivos estratégicos que retrata os principais desafios a serem enfrentados pelo Instituto no alcance da visão e do cumprimento de sua missão institucional.

Relacionado a cada objetivo estratégico foram definidos os indicadores de desempenho, os projetos estratégicos e os processos críticos. Tal medida permite subsidiar a alocação de esforços e evitar a dispersão das ações e dos recursos, além de promover a governança adequada dos processos essenciais, de modo a garantir que a estratégia esteja sendo cumprida efetivamente.



Os indicadores e as metas estabelecidas para 2020, constantes da Figura 7, bem como os projetos estratégicos, constantes da Figura 8 foram monitorados mensalmente durante o exercício. Os resultados dos indicadores e projetos são apresentados no capítulo Resultados da Gestão.

Figura 7 – Indicadores de Estratégicos

#	Indicador	Meta 2019	Meta 2020	Meta 2021	Meta 2022	Unid.	Pol.	Period.	Peso	Área	Respons.	OE
1	ISC - Índice de serviços e aplicações com uso de certificação digital	14,1%	10,5%	10%	10%	%	+	Anual	40%	ASESP	Ruy	RE-1
2	IFC - Índice de fraude por certificados emitidos	0,0036%	0,0034%	0,0032%	0,0031%	%	-	Mensal	60%	CGAFI	Maurício	RE-1
3	ISA - Índice de satisfação	Implantação da Pesquisa	A definir	A definir	A definir	%	+	Anual	100%	ASCOM	Brenda	RE-2
4	ITC - Índice de tempo médio de credenciamento	154	145	140	134	Qtde dias	-	Trimestral	100%	CGAFI	Maurício	DI-1
5	IDC - Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	%	+	Mensal	100%	CGISI	Gonçalves	DI-4
6	IEC - Índice de exposição em canais de comunicação	40%	35%	35%	35%	%	+	Trimestral	100%	ASCOM	Brenda	DI-6
7	EOR - Execução do Orçamento	95%	95%	96%	97%	%	+	Mensal	60%	СОРОМ	Cláudio Lima	AL-1
8	IOP - Índice de otimização de processos	71%	100%	100%	100%	%	+	Trimestral	100%	СОРОМ	Cláudio Lima	AL-2
9	IAT - Índice de atendimento das demandas de TIC	100%	99,70%	99,80%	99,80%	%	+	Mensal	50%	COTIC	Felipe Bimbato	AL-3

Figura 8 – Projetos Estratégicos

Id	Nome do Projeto	Ementa	Responsável	OE
1	Atualização de Sistema Antifraude	Atualizar tecnologicamente o sistema antifraude.	CGAFI	DI-2
2	Aderência da ICP-Brasil aos padrões internacionais	Prestar serviços de Autoridade Certificadora de acordo com princípios e critérios internacionais.	CGISI	DI-4
3	Protocolo de auditoria e sincronismo de tempo	Especificar protocolo padrão para auditoria e sincronismo de tempo para a EAT - Entidade de Auditoria do Tempo da ICP-Brasil.	CGOPE	DI-4
4	Referência mundial de tempo	Tornar o ITI uma das referências mundiais de tempo em conformidade com o INMETRO e BIPM.	CGOPE	DI-4
5	Modernização tecnológica do ambiente seguro (principal e de contingência) da AC Raiz	Manter os subsistemas do ambiente seguro (principal e de contingência) da AC Raiz atualizados tecnologicamente.	CGISI	DI-4
6	Assinatura Eletrônica Simples e Avançada	O desenvolvimento e implantação da infraestrutura tecnológica para as assinaturas e identificações eletrônicas e as tecnologias correlatas, inclusive aquelas relativas às assinaturas eletrônicas simples e avançadas.	DINFRA	DI-3
7	Gestão de processos	Implantar metodologia de gestão de processos, consistindo na seleção, priorização e otimização dos processos da cadeia de valor, bem como na gestão dos riscos associados.	CGPOA	AL-2
8	Cooperação Internacional	Fomentar e implementar acordos internacionais para interoperabilidade de Infraestruturas de Chaves Públicas e reconhecimento mútuo de assinaturas digitais.	ASESP	RE-1
9	Cooperação Nacional	Fomentar e prover soluções tecnológicas para novas aplicações e serviços de interesse público.	ASESP	RE -2



4.2. Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos

Apresenta-se a seguir um panorama de resultados obtidos pelo ITI em 2020, segundo acompanhamento de indicadores de desempenho estratégicos.

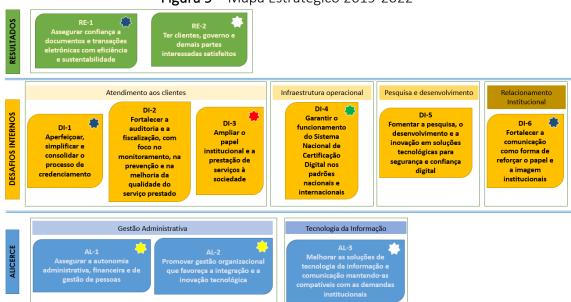


Figura 9 – Mapa Estratégico 2019-2022

Dos 11 objetivos estratégicos, temos a seguinte situação:

- 3 objetivos apresentaram desempenho acima de 102% (azul). Sendo: RE 1,
 DI 1; e DI 6;
- 2 objetivos apresentaram desempenho entre 90% e 102% (verde). Sendo: DI
 -4; e AL 3;
- 2 objetivos apresentaram desempenho entre acima de 80% e abaixo 90% (amarela). Sendo: AL – 1; e AL – 2
- 1 objetivo apresentou desempenho abaixo de 80% (vermelho). RE 1, pois índice ainda estava em fase de aperfeiçoamento;
- 2 objetivos não foram medidos (branco). Trata-se dos objetivos (RE-2), referente ao índice (ISA Índice de Satisfação) e o outro (AL-3), cujo índice é o (IET-Índice de execução de projetos de TIC), ambos em fase de aperfeiçoamento, razão pela qual não houve aferição; e



 Os outros 3 objetivos estratégicos (DI- 2; DI – 3 e DI – 5) não foram medidos por não possuírem indicadores vinculados.

A avaliação geral de desempenho é realizada com base no comportamento dos indicadores de desempenho, conforme critérios a seguir:

• Variação maior que 2% da meta: AZUL

• Variação entre -10 e 2% da meta: VERDE

• Variação entre -20 e -10% da meta: AMARELO

• Variação menor que -20% da meta: VERMELHO

• Não medido: BRANCO

O painel a seguir apresenta os resultados dos indicadores estratégicos no exercício de 2020, cujos resultados detalhados, análises e justificativas serão detalhadas na sequência.

Figura 10 – Visão Indicadores Estratégicos

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
ISC - Índice de serviços e aplicações com uso de certificação digital	40%	+	Anual	%	ASESP	Ruy	3933	dez/20	10	10,5	105,0
IFC - Índice de fraude por certificados emitidos	60%	-	Mensal	%	CGAFI	Maurício	3873	dez/20	0,0034%	0,0046%	64,71
ISA - Índice de satisfação	100%	+	Anual	%	ASCOM	Brenda	3929	dez/20	N.M	N.M	
ITC - Índice de tempo médio de credenciamento	100%	-	Trimestral	Qtd de dias	CGAFI	André	3873	dez/20	145	141	102,76
IDC - Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil	100%	+	Mensal	%	CGISI	Gonçalves	3941	dez/20	99,99%	100,00%	100,0
IEC - Índice de exposição em canais de comunicação	100%	+	Trimestral	%	ASCOM	Brenda	3929	dez/20	18,3%	35,0%	191,3
EOR - Execução do orçamento	60%	+	Mensal	%	сором	Cláudio	3889	dez/20	95,00%	82,99%	87,4
IOP - Índice de otimização de processos	100%	+	Trimestral	%	сором	Cláudio	3889	dez/20	48%	49%	102,9
IAT - Índice de atendimento às demandas de TIC	50%	+	Mensal	%	сотіс	Felipe	3810	dez/20	99,70%	99,99%	100,3
IET - Índice de execução de projetos de TIC	50%	+	Semestral	%	сотіс	Felipe	3810	dez/20	75%	0%	



Objetivo Estratégico RE-1 – Assegurar confiança a documentos e transações eletrônicas com eficiência e sustentabilidade

i. Indicador ISC – Índice de serviços e aplicações com uso de certificação digital

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
ISC - Índice de serviços e aplicações com uso de certificação digital	40%	+	Anual	%	ASESP	Ruy	3933	dez/20	10	10,5	105,0

O indicador ISC mede o comportamento da curva de ampliação dos titulares de certificados aptos a utilizar serviços e aplicações com uso de certificação digital.

Trata-se de um mecanismo de avaliação do comportamento da confiança a documentos e transações eletrônicas.

O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de titulares de certificados aptos para utilizar serviços e aplicações do ano corrente (2020) e a quantidade de titulares de certificados aptos para utilizar serviços e aplicações no ano anterior.

O ISC é medido anualmente, e em 2020 apresentou uma variação positiva de 10,5%, conforme dados da emissão apurada para o exercício.

Tabela 6 – Variação do ISC em 2020

Ano	Certificados ativos	Taxa
2019	8.880.365	14,1%
2020	9.813.657	10,5%

Observa-se pelos números apresentados que, por conta da pandemia do COVID-19, ocorreu uma redução no crescimento relativo ao período anterior. A manutenção do crescimento do sistema se justifica, em parte, porque várias transações passaram a ser eletrônicas por conta das restrições sanitárias. Além disso, o setor da saúde, o mais demandado no momento da pandemia, passou a utilizar a prescrição eletrônica como alternativa segura para tele atendimentos (telemedicina), inclusive com legislação a respeito, emitida pelos órgãos competentes como ANVISA, Ministério da Saúde, Conselhos Profissionais, entre outros.

Não se observa nenhuma ação corretiva, visto que o crescimento está dentro da meta esperada.

Informa-se que foram feitos ajustes da contabilização dos certificados emitidos para cada ano, a partir de 2016. E por isso necessário rever a meta de 30% para 10% já que o valor anterior estava baseado em dados não atualizados gerando uma falsa premissa que



o crescimento real do sistema fosse de mais de 30%. Com a atualização pode-se perceber que o crescimento dos últimos 5 anos esteve na faixa de 10%.

Embora o acompanhamento sistemático de certificados emitidos tenha se iniciado em 2016, pois antes não havia normativos que determinassem a informação sobre certificados emitidos, a implementação efetiva, bem como o acompanhamento mais sistemático dos dados iniciou-se em 2018.

ii. Indicador IFC – Índice de fraude por certificados emitidos

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IFC - Índice de fraude por certificados emitidos	60%	-	Mensal	96	CGAFI	Maurício	3873	dez/20	0,0034%	0,0046%	64,71

O indicador IFC mede a incidência de fraudes em certificados digitais comparativamente a quantidade de certificados emitidos. Trata-se de um indicador que reforça a confiança a documentos e transações eletrônicas.

O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de fraudes detectadas e a quantidade de certificados emitidos.

O IFC, que é medido mensalmente, tinha como meta até o mês de dezembro o índice de 0,0034%. O resultado do ano de 2020 apresenta um índice de 0,0046%, com um desempenho de 64,71% da meta estabelecida para o ano.

Ações de melhoria necessitam ser implementadas para o atingimento da meta. Houve melhoria no desempenho em relação a 2019, porém insuficiente para alcançar o patamar desejado. Em outubro de 2020 foi aprovado modificação normativa para aprimoramento dos Prestadores de Serviços Biométricos – PSBios, portanto, em 2021 os reflexos dos novos controles serão avaliados novamente.

Objetivo Estratégico RE-2 – Ter clientes, governo e demais partes interessadas satisfeitas

i. Indicador ISA – Índice de satisfação

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
ISA - Índice de satisfação	100%	+	Anual	%	ASCOM	Brenda	3929	dez/20	N.M	N.M	

O indicador ISA mede o nível de satisfação mediante aplicação de pesquisa junto ao público de interesse dos serviços do ITI (clientes, governo, cidadão, agentes públicos de



destaque, dentre outros). Estava previsto que, no primeiro ano seria elaborada e aplicada a pesquisa, para o estabelecimento de metas de desempenho para os anos seguintes.

O resultado a ser apurado mediante pesquisa de satisfação, que abranja os principais aspectos de qualificação dos serviços oferecidos pelo ITI.

Todavia, em face do atual cenário, não foi possível elaborar e realizar a pesquisa e rever a estrutura do indicador. A definição de meta que estava planejada para ser realizada em agosto de 2020 não foi possível.

Nesse sentido, não há, até o presente momento perspectiva de organizar todo o processo em função do atual cenário da pandemia, com a manutenção do isolamento.

Objetivo Estratégico DI-1 – Aperfeiçoar, simplificar e consolidar o processo de credenciamento

i. Indicador ITC – Índice de tempo médio de credenciamento

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
ITC - Índice de tempo médio de credenciamento	100%	-	Trimestral	Qtd de dias	CGAFI	André	3873	dez/20	145	141	102,76

O indicador ITC mede o tempo médio de credenciamento apurado ao longo do exercício. O prazo é ponderado por tipo de credenciamento, em função dos prazos específicos para cada caso.

O resultado é obtido pela relação entre o tempo médio de credenciamento executado e o tempo de credenciamento definido em norma.

O ITC, que é medido trimestralmente, tinha como meta para ano de 2020 uma média ponderada de 145 dias. O resultado do exercício apresenta uma média de 141 dias com um desempenho de 102,76% em relação à meta.

Durante o exercício de 2020, houve o credenciamento de ACs de primeiro nível e de segundo nível. Ocorrendo no primeiro trimestre 1(um) credenciamento de AC1 e 2(dois) de AC2.

No segundo trimestre houve 2(dois) credenciamentos de AC2. No terceiro trimestre, ocorreram 7(sete) credenciamentos de AC2. Já no quarto trimestre, foram 2(dois) credenciamentos de AC1 e 3(três) credenciamentos de AC2. O tempo médio de credenciamento de ACs aumentou em comparação com os anos anteriores, estando dentro do tempo estipulado pela norma.



Cabe destacar o aumento expressivo no volume de credenciamento de AC em 2020, totalizando 17 ACs. Entretanto, com o crescimento na quantidade de pedidos de credenciamento de AC1 e AC2, aliado à manutenção ou até redução da força de trabalho da CGAF, aponta para dificuldades em cumprimento da meta para o ano de 2021.

Considerando que as Instalações Técnicas Secundárias - ITS foram extintas, foi inserida na planilha de acompanhamento o credenciamento simplificado/ novas vinculações. O desempenho de credenciamento, mostrou-se satisfatório, superando a meta estabelecida 2,76%, mesmo com o período de incidência da 13 Pandemia de COVID 19, que alterou a forma de trabalho, antes apenas presencial, para a modalidade mista, presencial e home office, não apresentando modificação significativa no desempenho do ITI no atendimento aos pedidos de credenciamento.

Importa observar que as médias foram obtidas a partir do Relatório de Credenciamento, que é realizado mensalmente pela DAFN, podendo haver, portanto, alguma discrepância com os números publicados no site do ITI, pois ela contabiliza a ocorrência de descredenciamento, podendo apresentar divergência com o efetivamente credenciado no período.

Objetivo Estratégico DI-3 – Ampliar o papel institucional e a prestação de serviços à sociedade.

Não foi medido por não possuir indicador vinculado.

Objetivo Estratégico DI-4 – Garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Certificação Digital nos padrões nacionais e internacionais

i. Indicador IDC – Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas
 Brasileira – ICP-Brasil

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IDC - Índice de disponibilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil	100%	+	Mensal	%	CGISI	Gonçalves	3941	dez/20	99,99%	100,00%	100,0

O indicador IDC mede a disponibilidade da infraestrutura de chaves públicas brasileira – ICP-Brasil, nos termos do – Documento Principal da ICP-Brasil - DOC-ICP-01 e relatório de disponibilidade.



Deve ser equivalente a 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove décimos por cento) do tempo, considerando 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, durante o exercício.

O resultado é obtido conforme DOC-ICP-01 e relatório de disponibilidade.

Em virtude da alta disponibilidade exigida pelas normas da ICP-Brasil (99,99%), no ambiente seguro principal da AC Raiz, são mantidas duas infraestruturas de rede e internet completamente independentes entre si e também independentes daquela do ambiente seguro de contingência com administração e gerenciamento realizados pelos técnicos do próprio ITI.

Além disso, o ITI mantém contrato com empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva dos subsistemas do ambiente seguro da AC Raiz, que são monitorados em regime 24x7 por equipe especializada. Logo, os resultados do 1° e 2° semestre de 2020 apresentam uma disponibilidade de 100,00%, com um desempenho de 100,0% em relação à meta, indicando a manutenção da disponibilidade prevista.

Objetivo Estratégico DI-6 – Fortalecer a comunicação como forma de reforçar o papel e a imagem institucionais

i. Indicador IEC – Índice de exposição em canais de comunicação

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IEC - Índice de exposição em canais de comunicação	100%	+	Trimestral	%	ASCOM	Brenda	3929	dez/20	18,3%	35,0%	191,3

O indicador IEC mede a exposição do ITI em redes sociais, demonstrando o crescimento da quantidade de seguidores.

O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de seguidores em redes sociais (facebook, twitter, instagram e youtube) do ano atual, pela quantidade de seguidores em redes sociais no ano anterior.

O IEC, que é medido trimestralmente, tinha como meta para o exercício de 2020 um crescimento de 18,3%, o que equivale ao alcance de 13.644 seguidores.

Neste período, o ITI alcançou um total de 17.566 seguidores nessas redes sociais, sem considerar o número de seguidores da rede Linkedin, correspondendo a um crescimento de 25,30%, em relação aos seguidores de 2019, que totalizaram 14.019.



No geral, houve um desempenho de 109,00% em relação à meta, considerando o total 17.978 seguidores, em 2019, com Linkedin, comparado com 37.633 seguidores de 2020.

O trabalho de planejamento, a análise das possibilidades e oportunidades de comunicação, bem como a implantação de novos formatos de posts, produção de conteúdo e acompanhamento sistemáticos das redes resultou no atingimento da meta.

Observou-se, que o crescimento dos números e da presença do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI demonstram que a estratégia de comunicação institucional implantada está correta.

A criação do perfil do Instituto no Linkedin, foi um dos motivos para o atendimento da meta proposta.

O crescimento de 109,00% registrado ao longo do ano, é um dado que demonstra que o planejamento das ações de comunicação está adequado à difusão das atividades da autarquia e construção da imagem institucional.

Destaca-se que, no cenário atual, com o isolamento social, a interação pelas redes é uma oportunidade para o incremento dos números de seguidores e de interações.

Objetivo Estratégico AL-1 — Assegurar a autonomia administrativa, financeira e de gestão de pessoas

i. Indicador EOR – Execução do orçamento

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
EOR - Execução do orçamento	60%	+	Mensal	%	СОРОМ	Cláudio	3889	dez/20	95,00%	82,99%	87,4

O indicador EOR mede a execução do orçamento autorizado ao longo do exercício. É uma medida de eficiência quanto à aplicação dos recursos necessários ao desenvolvimento do ITI.

O resultado é obtido pela relação entre o valor de execução do orçamento e o valor do orçamento autorizado.

O EOR, que é medido mensalmente, tinha como meta até o mês de dezembro uma execução de 95%.



Registra-se que foi empenhado o montante de R\$ 29.511.677,00, com as despesas de custeio e investimento (Exceto Benefícios obrigatórios e médicos), o que representa 82,99% em relação à Dotação Atual.

O valor de 100% para empenho não foi alcançado, em razão de licitação em "deserto" e devido ao prazo para atendimento à todas as etapas do processo licitatório.

Objetivo Estratégico AL-2 – Promover gestão organizacional que favoreça a integração e a inovação tecnológica

i. Indicador IOP – Índice de otimização de processos

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IOP - Índice de otimização de processos	100%	+	Trimestral	%	СОРОМ	Cláudio	3889	dez/20	48%	49%	102,9

O indicador IOP mede o nível de otimização dos processos internos, como métrica de efetividade na promoção da gestão organizacional. Otimizado é a situação de um processo mapeado, reprojetado e implantado.

O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de processos otimizados e a quantidade total de processos.

O IOP, que é medido trimestralmente, tinha como meta para o exercício de 2020 uma execução de 48%. O resultado do período apresenta uma execução de 49,38%, com um desempenho de 102,8% em relação à meta.

No período foram mapeados 29 dos 70 processos previstos para o exercício de 2020, restando 41 a serem mapeados, conforme relação a seguir:

Tabela 7 – Processos Mapeados

Quantidade	PROCESSO	Mapeado	Macroprocesso	Processo
1	Gerir Comunicação Externa		Macroprocessos de	
1	Gerii Comunicação Externa	Sim	Suporte	Suporte - Relações Externas
2	Gerir Comunicação Interna		Macroprocessos de	
2	Gerii Comunicação interna	Sim	Suporte	Suporte - Relações Externas
3	Gerir Ouvidoria		Macroprocessos de	
3	Gerii Ouvidoria	Sim	Suporte	Suporte - Relações Externas
4	Gerir Infraestrutura Tecnológica AC Raiz		Macroprocesso de	
4	Gerif infraestrutura Techologica AC Kaiz	Sim	Negócios	ICP-BRASIL - Manutenção
5	Gerir Segurança dos Ativos		Macroprocesso de	
5	Gerir Segurança dos Ativos	Sim	Negócios	ICP-BRASIL - Manutenção
6	Operar AC Reiz		Macroprocesso de	
ь	Operar AC Raiz	Sim	Negócios	ICP-BRASIL - Operação
7	Gerir Contratos e Convênios		Macroprocessos de	Suporte - Administração e
/	Gerii Contratos e Convenios	Sim	Suporte	Finanças



			Macroprocessos de	Suporte - Administração e
8	Gerir Processo Licitatório	Sim	Suporte	Finanças
9	Carir Organianta		Macroprocesso de	
9	Gerir Orçamento	Sim	Governança	Governança - Orçamento
10	Gerir Planejamento Estratégico		Macroprocesso de	
10	Gerii Fiancjaniento Estrategico	Sim	Governança	Governança - Planejamento
11	Gerir Processos		Macroprocessos de	Suporte - Administração e
	Geni i rocessos	Sim	Suporte	Finanças
12	Gerir Projetos		Macroprocessos de	Suporte - Administração e
		Sim	Suporte	Finanças
13	Gerir coordenar o PDTIC		Macroprocessos de	Suporte - Tecnologia da
		Sim	Suporte	Informação
14	Realizar Suporte Tecnológico		Macroprocessos de	Suporte - Tecnologia da
	, ,	Sim	Suporte	Informação
15	Gerir Competência Gestão de RH	C:	Macroprocessos de	Suporte - Administração e
	<u> </u>	Sim	Suporte	Finanças
16	Gerir Nepotismo	C:	Macroprocessos de	Suporte - Administração e
		Sim	Suporte Macroprocesso de	Finanças
17	Realizar Fiscalização de PSCs	Cim	Negócios	Dogulação Cradonaiamento
		Sim	Macroprocessos de	Regulação - Credenciamento
18	Gerir Protocolo Criação Processo SEI	Sim	Suporte	Suporte - Administração e Finanças
		31111	Macroprocessos de	Suporte - Administração e
19	Gerir Fiscalização Administrativa	Sim	Suporte	Finanças
		31111	Macroprocessos de	Suporte - Administração e
20	Gerir Processo de Pagamentos	Sim	Suporte	Finanças
		31111	Macroprocessos de	Suporte - Administração e
21	Gerir Prorrogação de Contratos	Sim	Suporte	Finanças
			Macroprocessos de	Suporte - Administração e
22	Gerir Reajuste de Contratos R R III	Sim	Suporte	Finanças
			Macroprocessos de	Suporte - Administração e
23	Gerir Processos de Mapeamento	Sim	Suporte	Finanças
2.4	Caria Danasasa da Malla aria		Macroprocessos de	Suporte - Administração e
24	Gerir Processos de Melhoria	Sim	Suporte	Finanças
25	Carir Dragges de Manitaramento		Macroprocessos de	Suporte - Administração e
25	Gerir Processos de Monitoramento	Sim	Suporte	Finanças
26	Gerir Almoxarifado		Macroprocessos de	Suporte - Administração e
20	GCTT ATTIONATION	Sim	Suporte	Finanças
27	Gerir Manutenção Predial		Macroprocessos de	Suporte - Administração e
21	Gerii Manutenção i rediai	Sim	Suporte	Finanças
28	Gerir Patrimônio		Macroprocessos de	Suporte - Administração e
20	Gerii i delinonio	Sim	Suporte	Finanças
29	Gerir Processos Disciplinares - Protocolo		Macroprocessos de	Suporte - Administração e
	Committee Trococolo	Sim	Suporte	Finanças

Projeto: Gestão de processos

Ementa: Implantar metodologia de gestão de processos, consistindo na seleção, priorização e otimização dos processos da cadeia de valor, bem como na gestão dos riscos associados.

O mapeamento de macroprocessos de governança, é uma cadeia de valor, conforme demonstrada no gráfico abaixo.



Cadeia de Valor Orçamento (ORÇ) Requisitos dos clientes Riscos e compliance (RCO) Macroprocessos de Negócios Tecnologias e Requisitos do Entradas Saídas serviços para Governo segurança e confiança Requisitos das digital demais partes interessadas Macroprocessos de Suporte Requisitos Administração e Finanças (AFI) Procuradoria (PRO) regulatórios Tecnologia da informação (TIC) Relações externas (REX)

Figura 11 – Cadeia de Valor

A Gestão de Processos se torna um fator imprescindível para alcance de resultados organizacionais.

A metodologia de gestão de processos foi instituída em 2019, resultando no contínuo monitoramento das rotinas deste Instituto.

A Gestão de Riscos Associados aos Processos, tem como propósito pôr em prática o Programa e o Plano de Integridade e Compliance, desenvolvidos no ano de 2019, tendo sido a COPOM designada como unidade responsável pela gestão da Integridade e Compliance, conforme Portaria n°. 1, de 21 de janeiro de 2019.

Dando seguimento, foi aprovado o Plano de Integridade e Compliance do ITI por intermédio da Portaria n°. 14, de 15 de abril de 2019, no qual está estabelecido um plano de ação visando o levantamento dos riscos inerentes aos processos da cadeia de valor e os processos não críticos para respaldar possíveis tomada de decisões.

Implantar esta metodologia, deve ser percebido como um amadurecimento da forma como os gestores e servidores do Instituto gerenciam suas demandas, como realizam um diagnóstico de problemas, como acompanham seus indicadores e como tomam as decisões necessárias.



Objetivo Estratégico AL-3 – Melhorar as soluções de tecnologia da informação e comunicação mantendo-as compatíveis com as demandas institucionais

i. Indicador IAT – Índice de atendimento às demandas de TIC

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IAT - Índice de atendimento às demandas de TIC	50%	+	Mensal	%	COTIC	Felipe	3810	dez/20	99,70%	99,99%	100,3

O indicador IAT mede as demandas por atendimento ao usuário e por suporte à infraestrutura de TIC conforme o Nível de Serviço (SLA) definido em contrato.

O resultado é obtido pela relação entre a quantidade de demandas solicitadas dentro do SLA e o total de demandas atendidas.

O IAT, que é medido trimestralmente, tinha como meta para o exercício de 2020 uma execução de 99,70%. O resultado apresenta uma execução de 99,99%, com um desempenho de 100,3% em relação à meta.

Desta forma, as metas dos níveis de serviço estabelecidas nos instrumentos contratuais, fonte dos dados apresentados, no que tange ao atendimento de chamados, apresentam-se satisfatoriamente atendidas.

ii. Indicador IET – Índice de execução de projetos de TIC

Indicador	Peso	Polaridade	Frequência	Representação	Área	Responsável	Ramal	Mês	Meta	Realizado	Desempenho
IET - Índice de execução de projetos de TIC	50%	+	Semestral	%	COTIC	Felipe	3810	dez/20	75%	0%	

O indicador IET considera as demandas atendidas pela equipe de desenvolvimento da Fábrica de Software com a implementação de funcionalidades de software mapeadas em casos de desenvolvimento ágil.

O resultado é obtido pela relação entre o número de etapas de desenvolvimento (sprints) com entregas totais do escopo no período e o número total de etapas de desenvolvimento (sprints) no período.

O IET, que é medido semestralmente, tinha como meta para o 2º trimestre um índice de 75%. O resultado do 1º semestre apresenta uma execução de 0,0%, com um desempenho de 0,0% em relação à meta.

Esse desempenho decorre do fato de não se ter uma fábrica de software contratada no ITI. Entretanto, consta nas aquisições previstas a contratação de nova fábrica de



software, cuja licitação teve início no exercício de 2020 e deverá ser concluída neste exercício de 2021.

De qualquer modo, sugere-se a manutenção do referido indicador, pois será usado à posteriore, para medir a execução do contrato supra, quando assinado e passar a ser plenamente executado.

4.3. Resultados das atividades finalísticas e da gestão

I. Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas – DINFRA

No contexto das competências regimentais da DINFRA, estabelecidas no Art. 7º do Anexo I do Decreto nº 8.985, de 2017:

a) Quanto às operações da AC RAIZ da ICP-Brasil:

Tabela 8 – Operações da AC Raiz

Ação	Qtde
Cerimonias de Emissão de Certificados da AC RAIZ e de AC de nível subsequente à AC RAIZ	6
Cerimonias de Revogação de Certificados da AC RAIZ e de AC de nível subsequente à AC RAIZ	0
Cerimonias de Emissão de LCRs da AC RAIZ	4
Habilitações de ACT na EAT	1
Homologações de sistemas e equipamentos de certificação digital da ICP-Brasil	0
Publicações de Listas de Políticas de Assinatura	4

- b) Quanto às normas e procedimentos operacionais e de segurança no âmbito da ICP-Brasil e do ITI:
- i. Participação nas atividades que resultaram nos seguintes atos normativos:
 - Resoluções do Comitê Gestor da ICP-Brasil números 156, 158-159, 161-165, 167, 171-175, 177-181;
 - Instruções Normativas do ITI números 09-10, 13-14, 17-21;
 - Medidas Provisórias números 951 e 983;
 - Lei nº 14.063; (5) Decreto nº 10.543.



- ii. Participação como membro do Grupo de Trabalho Técnico (GTT) instituído pela Portaria ITI nº 49;
- iii. Realização de auditorias da AC RAIZ por empresa especializada independente, cujos resultados atestaram a conformidade aos normativos da ICP-Brasil e internacionais aplicáveis, tendo por resultados a manutenção do selo "Webtrust for CA" e a obtenção dos novos selos "Webtrust SSL BR", "Webtrust SSL EV" e "Webtrust Codesigning";
- iv. Estudos, elaboração e discussão dos novos protocolos de carimbo do tempo, incluindo, a realização de consulta pública, a aprovação das Resoluções 171 a 175 do Comitê Gestor da ICP-Brasil e a realização do Pregão 11/2020 para a aquisição de equipamentos SAS e SCT atendendo aos requisitos dos novos protocolos de tempo. Ao longo de 2021 os equipamentos serão entregues e instalados no ambiente principal e no ambiente de contingência da EAT. Posteriormente serão feitos testes de integração dos protocolos com equipamentos de outras empresas, com vistas à promoção de eventuais ajustes face às inovações implementadas e estabilização da Rede de Carimbo do Tempo;
- v. Ações para o aprimoramento da escala de tempo própria do ITI, que é responsável pela distribuição do tempo para todos os entes da ICP-Brasil por meio de protocolo NTP, utilizando esta escala como referência para a Entidade de Auditoria do Tempo (EAT) da ICP-Brasil. Em novembro de 2020 foi assinado o *Termo de Execução Descentralizada 002/2020* entre o ITI e o INMETRO, para a aquisição de equipamentos para comporem as escalas de tempo do ITI e do INMETRO, implantação dos equipamentos, testes de desempenho das escalas de tempo, implantação da comparação remota das duas escalas de forma a integrar remotamente a operação destas escalas em uma infraestrutura nacional. No transcorrer de 2021 deverão ser instalados os novos equipamentos que comporão a escala de tempo do ITI e do INMETRO, para que em seguida sejam estudadas as melhorias nos procedimentos operacionais a serem introduzidas na gestão das escalas.



- c) Quanto ao Centro de Certificação Digital (CCD) da AC RAIZ:
- Manutenção do pleno funcionamento do CCD da AC RAIZ ICP-Brasil, em seus dois ambientes, Produção (Brasília/DF) e Contingência (Florianópolis/SC), garantindo a disponibilidade normativa mínima de 99,99;
- Atualização do sistema de segurança de borda do ambiente online da AC RAIZ da ICP-Brasil, através da instalação e configuração de novos equipamentos redundantes de segurança de rede.

Quanto às novas competências do ITI estabelecidas no Art. 9° do Decreto n° 10.543, de 2020:

- a) Implantação de infraestrutura para o provimento de serviço de assinaturas eletrônicas avançadas, conforme disposto na Lei nº 14.063, de 2020, e regulamentada pelo Decreto nº 10.543, de 2020, demandada ao ITI pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia, consistindo na disponibilização de infraestrutura de rede e aplicação para emissão de certificados digitais e assinaturas eletrônicas avançadas de forma completamente independente da infraestrutura da AC RAIZ da ICP-Brasil;
- b) Ativação das AC's que formam a cadeia de confiança de emissão de certificados digitais avançados para os cidadãos com contas "PRATA" e "OURO" da Plataforma Gov.br: Autoridade Certificadora Raiz do Governo Federal do Brasil v1, AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil v1 e AC Final do Governo Federal do Brasil v1;
- c) Disponibilização do serviço de assinaturas eletrônicas avançadas através do Portal de Assinaturas Eletrônicas da Plataforma Gov.br (https://www.gov.br/pt-br/servicos/assinatura-eletronica) e através de APIs para integração automatizada de aplicações de governo;
- d) Disponibilização do serviço de verificação de assinaturas eletrônicas avançadas (https://verificador.iti.br/)

As atividades, ações e projetos elencados nos parágrafos anteriores estão aderentes à Estratégia de Governo de Digital para o período de 2020 a 2022, instituída pelo Decreto



nº 10.332, de 2020, em especial, ao Objetivo 12 – Identidade digital do cidadão, e suas iniciativas:

- 12.2. Disponibilizar identidade digital ao cidadão, com expectativa de emissão de quarenta milhões, até 2022;
- 12.3. Criar as condições para a expansão e para a redução dos custos dos certificados digitais para que custem, no máximo R\$ 50,00 (cinquenta reais) por usuário anualmente, até 2022;
- 12.4. Disponibilizar novos mecanismos de assinatura digital ao cidadão, até 2022;
- 12.5. Incentivar o uso de assinaturas digitais com alto nível de segurança;
- 12.7. Promover a divulgação ampla de sistemas e aplicações para uso e verificação das políticas de assinatura com códigos abertos e interoperáveis.

Outrossim, essas mesmas atividades, ações e projetos encontram-se alinhadas ao Planejamento Estratégico do ITI para o período 2019 a 2022, com destaque para:

- a) Objetivos Estratégicos RE-1 "Assegurar confiança a documentos e transações eletrônicas com eficiência e eficácia" e RE-2 "Ter clientes, governo e demais partes interessadas satisfeitos";
- b) Desafios Internos DI-3 "Ampliar o papel institucional e a prestação de serviços à sociedade", DI-4 "Garantir o funcionamento do Sistema Nacional de Certificação Digital nos padrões nacionais e internacionais" e DI-5 "Fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em soluções tecnológicas para segurança e confiança digital".

II. Coordenação Geral de Infraestrutura e Segurança da Informação - CGISI

Informações com relação aos projetos estratégicos "Aderência da ICP-Brasil aos padrões internacionais" e "Modernização tecnológica do ambiente seguro (principal e de contingência) da AC Raiz" de responsabilidade dessa CGISI:

Projeto: Aderência da ICP-Brasil aos padrões internacionais

Ementa: Prestar serviços de Autoridade Certificadora de acordo com princípios e critérios internacionais.

O ITI, Autoridade Certificadora Raiz – AC Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, mantém contrato com a empresa de auditoria



independente Ernst & Young Auditores Independentes S/S para realização de auditorias de conformidade com os documentos ICP-Brasil (DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02) e normativos internacionais Webtrust. Assim, no exercício de 2020 foram realizadas as seguintes auditorias:

- 1) Auditoria baseada no normativo internacional *WebTrust Principles and Criteria* for Certification Authorities SSL Baseline with Network Security Webtrust: Já haviam sido realizadas no segundo semestre de 2019 as auditorias Point in Time (primeira etapa) para obtenção dos selos SSL e Codesign e, consequentemente, a emissão de certificados para duas novas raízes V10 para SSL e V11 para Codesign. Assim, de maneira complementar, foi realizada no primeiro semestre de 2020 a auditoria Period of Time após a emissão do primeiro certificado de usuário final na cadeia V10 e obtido, em julho de 2020, o respectivo selo Webtrust (SSL BR) que se encontra disponível em https://www.gov.br/iti/pt-br;
- 2) Auditoria anual de conformidade baseada nos normativos vigentes da ICP-Brasil denominados DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02 e documentos internacionais WebTrust for Certification Authorities, para o período de 09 de setembro de 2019 a 08 de setembro de 2020 (exercício 2020), cujos Pareceres Resumo, em português e, também, em inglês, estão disponíveis em https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/comite-gestor/extratos-de-auditoria e o respectivo selo Webtrust (Webtrust for CA) se encontra disponível em https://www.gov.br/iti/pt-br;
- 3) Auditoria baseada nos normativos internacionais WebTrust Principles and Criteria for Certification Authorities Extended Validation SSL e WebTrust for Certification Authorities Publicly Trusted Code Signing Certificates: Já haviam sido realizadas no segundo semestre de 2019 as auditorias Point in Time (primeira etapa) para obtenção dos selos SSL e Codesign e, consequentemente, a emissão de certificados para duas novas raízes V10 para SSL e V11 para Codesign. Assim, de maneira complementar, foram realizadas no segundo semestre de 2020 as auditorias Period of Time, após a emissão dos primeiros certificados de usuário final na cadeia V10 e V11. Os respectivos selos Webtrust (SSL EV e Code



Signing) deverão ser emitidos nas primeiras semanas de 2021 e estarão disponíveis em https://www.gov.br/iti/pt-br.

Dessa forma, de acordo com os relatórios apresentados pela empresa de auditoria independente (Ernst & Young Auditores Independentes S/S), a AC Raiz está em conformidade com os normativos DOC-ICP-01 e DOC-ICP-02 da ICP - Brasil em nível considerado aceitável, conforme critérios para emissão de parecer de auditoria da ICP - Brasil, disponível em https://www.gov.br/iti/pt-br/centrais-de-conteudo/ade-icp-08-f-v-1-0-conceitos-pdf.

Além disso, de acordo com os normativos internacionais Webtrust as auditorias realizadas, a AC Raiz manteve o selo obtido anteriormente (Webtrust for CA), obteve um novo selo (Webtrust SSL BR) e, ainda, está prestes a receber dois novos selos (Webtrust SSL EV e Code Signing) o que facilitará, ainda mais, a inserção dos certificados raízes da ICP-Brasil nos repositórios confiáveis e o estabelecimento de acordos internacionais.

Projeto: Modernização tecnológica do ambiente seguro (principal e de contingência) da AC Raiz

Ementa: Ampliar e modernizar os subsistemas do ambiente seguro (principal e de contingência) da AC Raiz atualizados tecnologicamente.

No ano de 2020, O ITI cumpriu seu objetivo de garantir o pleno funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz - AC Raiz da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, assentada em sua *disponibilidade de 99,99%*, e deu continuidade ao desenvolvimento e implantação de novas soluções tecnológicas com vistas a garantir a segurança jurídica das transações e documentos eletrônicos realizados com o uso do Certificado Digital onde pode ser destacada as seguintes implementações no ambiente seguro principal da AC Raiz da ICP-Brasil:

✓ Infraestrutura para as assinaturas eletrônicas avançadas, conforme previsto na Lei nº14.063, de 23 de setembro de 2020, através da disponibilização de infraestrutura de rede e aplicação para emissão de certificados e assinaturas eletrônicas avançadas de forma completamente independente da infraestrutura da AC Raiz da ICP-Brasil;



✓ Atualização do sistema de segurança de borda do ambiente online da AC Raiz da ICP-Brasil através da instalação e configuração de novos equipamentos redundantes de segurança de rede.

III. Coordenação Geral de Operações - CGOPE

As atividades da CGOPE compreendem:

- Gestão de operação da AC Raiz;
- Gestão de operação da Entidade de Auditoria do Tempo EAT;
- Planejar e coordenar as homologações de sistemas e equipamentos de certificação digital da ICP-Brasil;
- Promover a cultura de segurança da informação;
- Aprovar a concessão de acesso a ativos da AC Raiz da ICP-Brasil;
- Executar os processos e controle de gestão de pessoas envolvidas nas atividades da AC Raiz e da EAT;
- Propor a revisão e a atualização das normas relativas à operação da AC Raiz da ICP-Brasil, da EAT da ICP-Brasil e da homologação de sistemas e equipamentos de certificação digital da ICP-Brasil;
- Gestão do ciclo de vida dos sistemas criptográficos da AC Raiz da ICP-Brasil.

i. Projetos Estratégicos de Responsabilidade da CGOPE

Projeto: Protocolo de auditoria e sincronismo de tempo

Para elaboração e discussão dos novos protocolos de carimbo do tempo, foi realizada em maio de 2020 consulta pública que possibilitou a revisão dos Documentos Principais da ICP-Brasil que tratam do tema.

Encerrada a consulta, os normativos foram aprovados em reunião do Comitê-Gestor da ICP-Brasil de 17/08/2020.

Em dezembro de 2020 foi realizado o Pregão 11/2020 sendo vencedora a empresa Kryptus, para aquisição de equipamentos SAS e SCT atendendo aos requisitos dos novos protocolos de tempo.

Ao longo de 2021 os equipamentos serão entregues e instalados no ambiente principal e no ambiente de contingência da EAT. Posteriormente serão feitos testes de



integração dos protocolos com equipamentos de outras empresas, com vistas a promoção de eventuais ajustes face às inovações implementadas e estabilização da Rede de Carimbo do Tempo.

Projeto: Referência mundial de tempo

O ITI dispõe de escala de tempo própria, distribuindo o tempo para todos os entes da ICP-Brasil por meio de protocolo NTP, utilizando esta escala como referência para a Entidade de Auditoria do Tempo da ICP-Brasil.

Prosseguindo com os esforços para aprimoramento desta escala, em março de 2018 foi assinado Acordo de Cooperação Técnica com INMETRO (Processo 99990.001045/2017-18)

Em novembro de 2020 foi assinado o Termo de Execução Descentralizada 002/2020 entre ITI e INMETRO, para aquisição de equipamentos para comporem as escalas de tempo do ITI e do INMETRO, implantação dos equipamentos, testes de desempenho das escalas de tempo, implantação da comparação remota das duas escalas de forma a integrar remotamente a operação destas escalas em uma infraestrutura nacional.

Na execução do TED 002/2020 foram transferidos R\$ 4.000.000,00 do ITI para o INMETRO.

No transcorrer de 2021 deverão ser instalados os novos equipamentos que comporão a escala de tempo do ITI e INMETRO, para que em seguida sejam estudadas as melhorias nos procedimentos operacionais a serem introduzidas na gestão das escalas.

IV. Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização - DAFN

As atividades da Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização em 2020 compreenderam a realização de:

- 1. Auditorias operacionais em cumprimento aos normativos;
- 2. Auditorias pré-operacionais nas entidades em credenciamento;
- **3.** Fiscalizações em entidades credenciadas;
- **4.** Credenciamentos / descredenciamentos / novas vinculações de AR nas cadeias da ICP-Brasil / alteração de dados cadastrais, especialmente de AR;
- 5. Manutenção e credenciamento das empresas de auditoria independente;



- **6.** Análise de documentação técnica de ACs (PC, DPC, PS) e ARs (DPN) em conformidade com as novas regulamentações e em face às novas regras para aderência ao Webtrust;
- **7.** Desenvolvimento de ferramenta para melhoria das atividades de controle e manutenção de credenciamentos;
- 8. Elaboração e manutenção de parcerias por meio de TEDs (Termo de Execução Descentralizada) com Universidades envolvendo testes de soluções (verificador, assinador, plug-in PadES), estudo para aplicação de Inteligência Artificial (AI) em caso de fraudes. O desenvolvimento do plug-in PadES viabilizou o acordo com a ADOBE;
- 9. Revisão de normativos e propostas de melhorias aprovadas em Comitê Gestor:
 - Portarias
 - Instruções Normativas
 - Resoluções

DAFN em números

Tabela 9 - DAFN

Tabela 5 S. W. T.					
REALIZAÇÕES	EXECUTADO				
Auditorias operacionais – AC	1				
Análise de credenciamento de Órgão de Auditoria Independente	1				
Fiscalização	6				
Analise de credenciamento de AR	424				
Auditorias Pre Operacionais de AC	17				
Análise de novas vinculações de AR	656				
Criação e desenvolvimento de mecanismo para melhoria da fila de	1				
credenciamento					
Elaboração e manutenção de parcerias com Universidades.	1				
Revisão de normativos e propostas de melhorias aprovadas em Comitê Gestor	25				
(Portaria, Instruções Normativas e Resoluções).					
Portarias e Adendos	35				
Instruções Normativas	21				

Fonte: sei.iti.gov.br



Tabela 10 – Credenciamentos em 2020

Entidades	Quantidades
Autoridade Certificadora – AC de 1º Nível	3
Autoridade Certificadora - AC de 2º Nível	14
Autoridade de Registro – AR	424
Novas Vinculações	656
PSBio	1
PSS	2
Credenciamento de Órgão de Auditoria Independente	1

Fonte: sei.iti.gov.br

Tabela 11 – Emissões de Certificados

Mês Referência	2019	2020	Crescimento de 2020 em relação a 2019
Janeiro	428.333	501.919	17,18%
Fevereiro	415.397	434.713	4,65%
Março	406.997	416.177	2,26%
Abril	464.554	393.786	-15,23%
Maio	502.453	466.250	-7,21%
Junho	413.155	517.468	25,25%
Julho	498.008	628.973	26,30%
Agosto	469.936	568.162	20,90%
Setembro	465.631	563.985	21,12%
Outubro	510.225	561.048	9,96%
Novembro	505.196	520.273	2,98%
Dezembro	414.771	482.315	16,28%
TOTAL	5.494.656	6.055.069	10,20%

Fonte: iti.gov.br

Os números de emissões de certificados dos últimos 12 (doze) meses demonstram, o crescimento da ICP-Brasil apoiado na estratégia de divulgação do certificado digital. O crescente número de credenciamentos são o resultado de inúmeras ações para elucidar conceitos, simplificações e melhorias em processo de emissão.

A DAFN continua atuando para melhorar ainda mais a forma de apresentação de resultados. Um exemplo, é o desenvolvimento e manutenção da ferramenta (Fila), cujo realiza o acompanhamento diário de credenciamentos, a fim de dar transparência aos interessados, estruturando as informações.



Entre algumas das metas para 2021 está a coordenação e a elaboração das regras para videoconferência na ICP-Brasil, construção de uma nova arquitetura de dados e requisitos para sistemas no âmbito da DAFN e eliminar o backlog dos processos de credenciamentos iniciados em 2018-2019-2020.

O desempenho de credenciamento, mostrou-se satisfatório, mesmo com o período de incidência da Pandemia de COVID 19, que alterou a forma de trabalho, antes apenas presencial, para a modalidade mista, presencial e home office, não apresentando modificação significativa no desempenho da DAFN no atendimento aos pedidos de credenciamento.

A DAFN está inteiramente alinhada com as estratégias do ITI e trabalha para a realização das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico.

V. Coordenação Geral de Auditoria e Fiscalização - CGAFI

a) Informação sobre Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira

No período compreendido entre os meses de janeiro e dezembro de 2020, a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil emitiu 6.049.579 certificados digitais. No mesmo período de 2019, foram emitidos 5.494.812, portanto, houve crescimento de 10,01% em 2020.

Tabela 12 – Ranking das 10 AC's que mais emitiram certificados em 2020

Posição	Nome da AC	% de emissão
1	AC SOLUTI MULTIPLA	30,27%
2	AC CERTISIGN RFB	14,19%
3	AC VALID RFB	9,27%
4	AC SAFEWEB RFB	7,69%
5	AC SERASA RFB	6,70%
6	AC ONLINE RFB	4,51%
7	AC DIGITAL SIGN RFB	3,33%
8	AC CNDL RFB	3,28%
9	AC OAB	3,10%
10	AC LINK RFB	3,08%



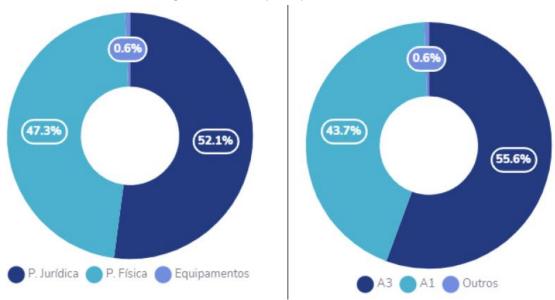


Gráfico 4 – Ranking de emissões por tipos de certificados no ano de 2020

b) Ambiente de Atuação do ITI

A criação da ICP - Brasil coincide com a criação do governo eletrônico no Brasil, em meados do ano 2000. A certificação digital tem papel fundamental na operacionalização de quaisquer atividades em meio eletrônico que tenham como requisitos a segurança técnica e a segurança jurídica. Segurança técnica porque se baseia em princípios matemáticos e computacionais para legitimar e validar ações em meio eletrônico e segurança jurídica porque está amparada por legislação específica que dá a devida legalidade às ações produzidas em meio eletrônico, com o uso do certificado digital ICP-Brasil.

Assim, empresas privadas ou públicas que queiram aderir à ICP-Brasil devem fazê-lo a partir do credenciamento junto ao ITI, comprometendo-se a cumprir rigorosamente as normas técnicas aplicáveis à Certificação Digital da ICP-Brasil e submeter-se a auditorias periódicas e fiscalizações permanentes. Desta feita, o Instituto não tem concorrentes diretos, visto que não emite certificado digital ao usuário final (cidadão ou empresa). O ITI emite, enquanto Autoridade Certificadora Raiz, os certificados digitais das Autoridades Certificadoras de 1º nível.



c) Estrutura da ICP-Brasil em 31 de dezembro de 2020

Figura 12 - Estrutura da ICP Brasil em Dez/2020



d) Projeto Atualização do Sistema Antifraude

Durante o ano de 2020, foram implementadas melhorias na detecção de indícios de fraude no Sistema Antifraude por meio de comparações com a lista negativa do sistema Antifraude. Foram concluídas as contratações da fábrica de software e fabrica de métricas, necessitando ainda de assinatura dos contratos, contudo há previsão de manutenção do sistema para correção de falhas, melhorias e implementação de novas rotinas.

Houve ainda aquisição de um equipamento Apple (iMac) doado pela Receita Federal para melhoria no tratamento de imagens.

Foi aprovada a Instrução normativa ITI N° 09, de 22 de outubro de 2020 que revisa e atualiza e consolidada os Procedimentos para Identificação Biométrica na ICP-Brasil DOC-ICP-05.03, que seguramente melhorara o funcionamento dos PSBios e contribuirá na identificação de fraudes e de tentativas de fraudes na ICP Brasil.

VI. Coordenação Geral de Auditoria e Fiscalização - CGNPE

i. Atividades da CGNPE

As atividades da Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa - CGNPE compreendem:



- a. Gestão do arcabouço técnico normativo da ICP-Brasil;
- b. Manutenção das normas e padrões definidos pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil;
- c. Resposta a consultas técnicas e canais de ouvidoria e SIC;
- d. Coordenação das reuniões do Grupo de Trabalho Padrão Brasileiro de Assinatura Digital – GT PBAD;
- e. Estudo das normas de ETSI, IETF-PKIX, NIST e CA/Browser-Fórum relacionadas à certificação digital;
- f. Gestão de identificador de objeto OID;
- g. Manutenção do Cadastro de Agentes de Registro;
- h. Gestão das políticas de assinatura da AC Raiz; e
- i. Gestão das listas dos prestadores de serviço de confiança.

A CGNPE realiza trabalhos de revisão, manutenção e proposição de normas técnicas e operacionais relacionadas à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - ICP-Brasil. Nesse sentido, vem constantemente estudando e acompanhando os padrões, regulamentos, recomendações e especificações internacionais relacionadas à ICP-Brasil.

Para cumprir a determinação estabelecida pelo Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, para revisão e consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, editados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, a CGNPE executou as etapas I e II desse processo, conforme especificou a Portaria ITI nº 16, de 02 de abril de 2020, alterada pela Portaria ITI nº 21, de 30 de abril de 2020. Esse trabalho é refletido na quantidade de normativos publicados no ano de 2020.

Em decorrência do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), não foram realizadas reuniões presenciais, mas foram realizadas 4 (quatro) plenárias virtuais e 2 (duas) plenárias virtuais emergenciais do Comitê Gestor da ICP-Brasil no ano de 2020, resultando na publicação de 25 (vinte e cinco) resoluções, conforme relação a seguir:

Resolução nº 156, de 07 de fevereiro de 2020 – Aprova a versão 7.1 do DOC-ICP-04 e a versão 5.4 do DOC-ICP-05, cujas alterações se referem aos



- procedimentos para emissão de certificados digitais pelos conselhos de classes profissionais instituídos por lei.
- Resolução nº 157, de 07 de fevereiro de 2020 Autoriza à AC Raiz a gerir a identidade visual da ICP-Brasil.
- Resolução nº 158, de 07 de fevereiro de 2020 Aprova os Relatórios de Auditoria.
- Independente realizada no ambiente operacional da AC Raiz e seu Prestador de Serviço de Suporte.
- **Resolução nº 159, de 07 de fevereiro de 2020** Aprova a contratação de empresa de auditoria independente para auditar o ambiente operacional da AC Raiz.
- Resolução nº 160, de 17 de abril de 2020 Estabelece diretrizes para as reuniões do Plenário do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil (CG ICP-Brasil) durante o estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).
- Resolução nº 161, de 17 de abril de 2020 Dispõe acerca dos procedimentos para revisão e consolidação de atos normativos inferiores a decreto, de competência do Comitê Gestor da ICP-Brasil.
- Resolução nº 162, de 17 de abril de 2020 Consolidação dos Procedimentos para
- Identificação Biométrica na ICP-Brasil.
- Resolução nº 163, de 17 de abril de 2020 Delega à Autoridade Certificadora da Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira - ICP-Brasil as atribuições que especifica e traz outras disposições.
- Resolução nº 164, de 17 de abril de 2020 Altera o tempo de armazenamento do vídeo resultante da gravação 24x7.
- Resolução nº 165, de 17 de abril de 2020 Altera a Declaração de Práticas de Certificação da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil.
- Resolução nº 166, de 17 de abril de 2020 Altera a alternativa ao parecer do contador sobre a qualificação econômico-financeira para Autoridade de Registro. (Revogada)



- Resolução nº 167, de 17 de abril de 2020 Altera os prazos máximos previstos para a emissão de LCR e para a conclusão do processo de revogação de certificado.
- Resolução nº 168, de 17 de abril de 2020 Ampliação dos prazos para as providências após a notificação do deferimento de AC e ACT. (Revogada)
- Resolução nº 169, de 17 de abril de 2020 Inclui no certificado digital a informação de como foi realizada a identificação do titular. (Revogada)
- Resolução nº 170, de 23 de abril de 2020 Estabelece os procedimentos a serem observados quando da primeira emissão de um certificado digital por meio de videoconferência.
- Resolução nº 171, de 17 de agosto de 2020 Aprova a versão revisada e consolidada do documento Visão Geral do Sistema de Carimbos do Tempo na ICP-Brasil DOC-ICP-11.
- Resolução nº 172, de 17 de agosto de 2020 Aprova a versão revisada e consolidada do documento Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas das ACT da ICP-Brasil DOC-ICP-12.
- Resolução nº 173, de 17 de agosto de 2020 Aprova a versão revisada e consolidada do documento Requisitos Mínimos para as Políticas de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil DOC-ICP-13.
- Resolução nº 174, de 17 de agosto de 2020 Aprova a versão revisada e consolidada do documento Procedimentos para Auditoria do Tempo na ICP-Brasil DOC-ICP-14.
- Resolução nº 175, de 17 de agosto de 2020 Aprova a versão revisada e consolidada do documento Diretrizes para Sincronização de Frequência e Tempo na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil DOC-ICP-07.
- Resolução CG ICP-Brasil nº 176, de 21 de setembro de 2020 Altera o Regimento
- Interno do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil (CG ICP-Brasil) para regulamentar a realização de sessões por videoconferência.



- Resolução CG ICP-Brasil nº 177, de 20 de outubro de 2020 Aprova a versão revisada e consolidada do documento Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas de Certificação das Autoridades Certificadoras da ICP-Brasil – DOC-ICP-05.
- Resolução CG ICP-Brasil nº 178, de 20 de outubro de 2020 Aprova a versão revisada e consolidada do documento Critérios e Procedimentos para Credenciamento das Entidades Integrantes da ICP-Brasil – DOC-ICP-03.
- Resolução CG ICP-Brasil nº 179, de 20 de outubro de 2020 Aprova a versão revisada e consolidada do documento Requisitos Mínimos para as Políticas de Certificados na ICP-Brasil – DOC-ICP-04.
- Resolução CG ICP-Brasil nº 180, de 20 de outubro de 2020 Aprova a versão revisada e consolidada do documento Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas dos Prestadores de Serviço de Confiança da ICP-Brasil – DOC-ICP-17.

Em 2020 foram aprovadas pelo Diretor-Presidente do ITI, que também exerce a função de Secretário-Executivo do Comitê Gestor da ICP – Brasil, e publicadas sob responsabilidade da CGNPE 21 (vinte e uma) Instruções Normativas, que suplementam as regulamentações aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil. Essas normas são elaboradas e/ou atualizadas pela CGNPE.

Segue a relação das instruções normativas:

- IN nº 01, de 22 de janeiro de 2020 Revoga a Instrução Normativa nº 13, de 23 de outubro de 2018.
- IN nº 02, de 20 de março de 2020 Estabelece os procedimentos de confirmação de cadastro de requerente de certificado digital por meio de videoconferência
- IN nº 03, de 03 de abril de 2020 Estabelece os procedimentos de submissão, análise, aprovação e publicação das Políticas de Segurança (PS), das Políticas de Certificados (PC), Políticas de Carimbo do Tempo (PCT) e das Declarações de Práticas das Autoridades Certificadoras (AC), das Autoridades de Carimbo do Tempo (ACT) e dos Prestadores de Serviço de Confiança (PSC), no âmbito da ICP Brasil.



- IN nº 04, de 07 de abril de 2020 Estabelece critérios para a comprovação do
 poder de representação legal, para fins de renovação de certificados digitais de
 condomínios, enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública de
 importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19).
- IN nº 05, de 20 de abril de 2020 Amplia o rol de pessoas jurídicas alcançadas pelo disposto na Instrução Normativa nº 04, de 07 de abril de 2020, às associações sem fins lucrativos, organizações religiosas e fundações.
- IN nº 06, de 12 de maio de 2020 Acrescenta o arco de OID para identificação de documentos digitais no Documento de Atribuição de OID na ICP-Brasil – DOC-ICP-04.01. (Revogada)
- IN nº 07, de 29 de maio de 2020 Altera o tempo de armazenamento dos logs, trilhas de auditorias e imagens. (Revogada)
- IN nº 08, de 30 de junho de 2020 Altera a Instrução Normativa 02, de 20 de março de 2020, para adiar o prazo que estabelece.
- IN ITI nº 09, de 22 de outubro de 2020 Aprova a versão revisada e consolidada do documento Procedimentos para Identificação Biométrica na ICP-Brasil DOC-ICP-05.03.
- IN ITI nº 10, de 22 de outubro de 2020 Aprova a versão revisada e consolidada do documento Características Mínimas de Segurança para as AR da ICP-Brasil – DOCICP - 03.01.
- IN ITI nº 11, de 23 de outubro de 2020 Aprova a revisão e a consolidação do Cadastro de Agente de Registro da ICP-Brasil.
- IN ITI nº 12, de 26 de outubro de 2020 Aprova a versão revisada e consolidada do documento Procedimentos para identificação do requerente e comunicação de irregularidades no processo de emissão de um certificado digital ICP-Brasil DOC-ICP - 05.02.
- IN ITI nº 13, de 11 de novembro de 2020 Aprova a versão revisada e consolidada do documento Requisitos Mínimos de Segurança PSBio na ICP-Brasil DOC-ICP-03.02.



- IN ITI nº 14, de 11 de novembro de 2020 Aprova a versão revisada e consolidada do documento Perfil do alvará do carimbo do tempo da ICP-Brasil DOC-ICP-12.01.
- IN ITI nº 15, de 18 de novembro de 2020 Aprova a versão revisada e consolidada do documento Atribuição de OID na ICP-Brasil DOC-ICP-04.01.
- IN ITI nº 16, de 17 de novembro de 2020 Aprova a versão revisada e consolidada do documento Procedimentos para Identificação de Servidores de Serviço Exterior Brasileiro em Missão Permanente no Exterior DOC-ICP-05.01.
- IN ITI nº 17 de 18 de novembro de 2020 Aprova a versão 1.0 do documento
 Rede de Carimbo do Tempo na ICP-Brasil Recursos Técnicos DOC-ICP-11.01.
- IN ITI nº 18, de 23 de novembro de 2020 Aprova a versão revisada e consolidada do documento Procedimentos para Gerenciamento da Chave Simétrica para Geração do IDN DOC-ICP-05.04.
- IN ITI nº 19, de 23 de novembro de 2020 Aprova a versão revisada e consolidada do documento Procedimentos para Obtenção da Hora UTC na ICP-Brasil DOC-ICP-07.01.
- IN ITI nº 20, de 23 de novembro de 2020 Aprova a versão revisada e consolidada do documento Procedimentos Operacionais Mínimos para os Prestadores de Serviço de Confiança da ICP-Brasil DOC-ICP-17.01.
- IN ITI nº 21, de 15 de dezembro de 2020 Aprova a versão 2.0 dos volumes I e
 II do Manual de Condutas Técnicas MCT nº 10 da ICP-Brasil.

Foram editadas pela CGNPE e publicadas no site do ITI 29 (vinte e nove) novas versões de documentos – DOC-ICP, 04 (quatro) novas versões de adendos – ADE-ICP, 02 (duas) novas versões de Manuais de Condutas Técnicas, 01 (uma) nova versão do Manual do CAR e 06 (seis) Portarias.

- DOC-ICP-01 v 5.2 Declaração de Práticas de Certificação da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil.
- **DOC-ICP-03 v 6.2 e v 7.0 -** Credenciamento das Entidades Integrantes da ICP-Brasil.



- DOC-ICP-03.01 v 4.0 Características Mínimas de Segurança para as AR da ICP-Brasil.
- DOC-ICP-03.02 v 1.3 e v 2.0 Requisitos Mínimos de Segurança PSBIO na ICP-Brasil.
- DOC-ICP-04 v 7.1, v 7.2 e v 8.0 Requisitos Mínimos para as Políticas de Certificado na ICP-Brasil.
- **DOC-ICP-04.01 v 4.0** Atribuição de OID na ICP-Brasil.
- DOC-ICP-05 v 5.4, v 5.5, v 6.0 Requisitos Mínimos Para as Declarações de Práticas de Certificação das Autoridades Certificadoras da ICP-Brasil.
- DOC-ICP-05.01 v 2.0 Procedimentos para Identificação de Servidores de Serviço Exterior Brasileiro em Missão Permanente no Exterior.
- DOC-ICP-05.02 v 3.0 Procedimentos para identificação do requerente e comunicação de irregularidade no processo de emissão de certificado digital.
- DOC-ICP-05.03 v 2.0 Procedimentos para Identificação Biométrica na ICP-Brasil.
- **DOC-ICP-05.04 v 3.0 -** Procedimentos para Gerenciamento da Chave Simétrica para Geração do IDN.
- DOC-ICP-05.05 v 1.0 Procedimentos de identificação por videoconferência no âmbito da ICP-Brasil.
- **DOC-ICP-07** v 3.0 Diretrizes para Sincronização de Frequência e Tempo na
- Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ICP-Brasil.
- DOC-ICP-07.01 v 2.0 Procedimentos para Obtenção da Hora UTC na ICP-Brasil.
- DOC-ICP-11 v 2.0 Visão Geral do Sistema de Carimbos do Tempo na ICP-Brasil.
- **DOC-ICP-11.01 v 1.0** Rede de Carimbo do Tempo na ICP-Brasil Recursos Técnicos.
- DOC-ICP-12 v 2.0 Requisitos mínimos para as Declarações de Práticas das Autoridades de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil.



- **DOC-ICP-12.01 v 2.0** Perfil do Alvará do Carimbo do Tempo da ICP-Brasil.
- DOC-ICP-13 v 2.0 Requisitos Mínimos para as Políticas de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil.
- DOC-ICP-14 v 2.0 Procedimentos para Auditoria do Tempo na I na ICP-Brasil.
- DOC-ICP-17 v 2.0 Requisitos Mínimos para as Declarações de Práticas dos Prestadores de Serviço de Confiança da ICP-Brasil.
- DOC-ICP-17.01 v 2.3, v 3.0 Procedimentos Operacionais Mínimos para os Prestadores de Serviço de Confiança da ICP-Brasil.
- ADE ICP-04.01 v 6.0, v 6.1, v 6.2 e v 6.3 Esquema de OID na ICP-Brasil.
- MCT 10 Volume I v 2.0 Requisitos, Materiais e Documentos Técnicos para
- Homologação de Carimbo do Tempo no âmbito da ICP-Brasil.
- MCT 10 Volume II v 2.0 Procedimentos de Ensaios para Avaliação de Conformidade de Carimbo do Tempo no âmbito da ICP-Brasil.
- Manual de Instruções do CAR v 2.0 Manual de Instruções do Cadastro de Agentes de Registro - CAR da ICP-Brasil.
- Portaria nº 16, de 02 de abril de 2020 Estabelece os procedimentos a serem adotados para a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI.
- Portaria nº 20, de 27 de abril de 2020 Altera os arts. 2º, 17, 21, 23 24, 25 e 26 do Anexo da Portaria nº 20, de 28 de fevereiro de 2018, e aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação ITI.
- Portaria nº 21, de 30 de abril de 2020 Altera o Portaria nº 16, de 02 de abril de 2020, para adiar os prazos e as etapas que estabelece.
- Portaria nº 28, de 06 de julho de 2020 Altera o inciso VI do art. 28 do Anexo da Portaria ITI nº 20, de 27 de abril de 2020, que consolidou o Regimento Interno do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação ITI.
- Portaria ITI nº 42, de 28 de setembro de 2020 Publicar a listagem dos atos normativos inferiores a decreto vigentes do ITI e da ICP-Brasil.



Portaria ITI nº 49, de 20 de outubro de 2020 - Institui Grupo de Trabalho
Técnico- GTT, com a finalidade de realizar estudos e apresentar proposta de
revisão dos atos regulamentares que tratam dos procedimentos e requisitos
técnicos para coleta biométrica e cadastro inicial, de requerentes de certificados
digitais.

A CGNPE avalia e responde aos questionamentos técnicos recebidos por meio dos seguintes canais de comunicação com a sociedade: e-OUV, e-SIC e e-mail institucional. Ao todo, no ano de 2020 foram respondidos 223 questionamentos técnicos.

Conforme disposto no art. 8° do Decreto n° 8.985 de 8 de fevereiro de 2017, é atribuição da DAFN a definição dos diversos *Object Identifier* – OID. Em 2020 foram criados 249 novos OIDs, distribuídos em 22 pedidos de registro para DPC, 01 de DPCT, 88 registros no arco de outros atributos de certificados, com informações para conselhos profissionais e para as juntas comerciais, 19 registros no novo arco para documentos digitais da saúde, 04 registros no novo arco para documentos médico-legais digitais e 71 registros para o novo arco para documentos digitais das juntas comerciais. Além disso, foram realizadas 10 desalocações de OID.

A publicação dos OIDs é efetuada por meio do adendo ADE-ICP-04.01, que se encontrava em sua versão 6.3 em 30 de dezembro de 2020, disponibilizado no site do ITI. Os OIDs da ICP-Brasil também são atualizados no sistema computacional do ITI (CASA) e no repositório internacional OID-Info.

Por determinação do Comitê Gestor da ICP-Brasil, a CGNPE compõe e/ou coordena os seguintes Grupos Técnicos de Trabalho (GT):

- GT Revisão dos MCTs suspenso temporariamente
- GT Permanente PBAD em andamento
- GTT Identificação por videoconferência em andamento

O GT Revisão dos MCTs foi criado para realizar a atualização dos manuais de conduta técnica relacionados com equipamentos de certificação digital, cuja homologação é obrigatória no âmbito da ICP - Brasil. Participam desse GT os seguintes órgãos: ITI, Laspi, NCC e INMETRO.



Em 2015 foi demandada a criação de GT para revisar os padrões de assinatura regulamentados no âmbito da ICP - Brasil, contemplando o PAdES, já regulamentado. Esse GT tem caráter permanente dada a dinâmica de evolução. Em 2020 foram realizadas 09 reuniões, sendo uma presencial, na Sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

Em reunião de agosto/2015, o CG ICP - Brasil aprovou a regulamentação para o PAdES sugerida por esse grupo de trabalho, a qual contemplava recomendação de desenvolvimento de aplicativo (*plugin*) para validação de assinaturas digitais no perfil PAdES. O Plugin foi desenvolvido em parceria com a Universidade de Brasília – UnB e em setembro de 2017 foi expedido o Certificado de Registro de Programas de Computador para o software PLUGIN PADES ICP-BRASIL.

Em 2020 houve o acompanhamento da execução do Termo de Execução Descentralizada - TED nº 03/2019 celebrado entre o ITI e a Universidade de Brasília - UNB para a atualização do Plugin PAdES ICP-Brasil, bem como para desenvolvimento de pesquisa, tecnologia e um sistema piloto para criação e verificação de assinaturas digitais em formato PDF seguindo o padrão PAdES ICP-Brasil, utilizando Primitivas Criptográficas de Curvas Elípticas e a Extensão da Tecnologia de Assinaturas Digitais para Ambientes Mobile. Nesse período foram disponibilizadas 2 (duas) versões do Plugin PAdES (abril - Versão 1.2.8.1 e setembro - Versão 1.2.8.2), bem como foram realizadas reuniões de ponto de controle para acompanhamento do projeto.

Também houve o acompanhamento do TED nº 04/2019 celebrado entre o ITI e a Universidade de Santa Catarina – UFSC para o aprimoramento e manutenção do Verificador de Conformidade, Assinador ITI e Gerenciador de Políticas de Assinatura Digital e Listas Confiáveis da ICP-Brasil. No escopo desse TED destacam-se as entregas relacionadas ao Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital ICP-Brasil, que é um software de referência disponibilizado pelo ITI à comunidade e organizações públicas e privadas para auxiliar na verificação da conformidade de arquivos assinados digitalmente. Para aprimoramento desse serviço, em 2020, foram implantadas 9 (nove) versões do software:

- Fevereiro Versão 2.4.3
- Março Versão 2.5 e 2.5.1



- Abril Versão 2.5.2
- Julho Versão 2.5.3
- Agosto Versão 2.5.4
- Setembro Versão 2.5.5
- Outubro Versão 2.6
- Novembro Versão 2.6.1

Em relação às gerações dos códigos de máquina das Políticas de Assinatura - PA e das Listas de Políticas de Assinatura Aprovadas - LPA, seja por versionamento para correção, atualização ou revalidação (LPAs vencem a cada noventa dias), a CGNPE realizou 4 atualizações da Lista de Políticas de Assinatura Aprovadas - LPA e 2 atualizações da Lista de Prestadores de Serviço de Confiança - LPSC em 2020, disponibilizando os códigos para publicação no repositório da AC Raiz.

Conforme estabeleceu a Instrução Normativa nº 09/2017, que instituiu o Cadastro de Agentes de Registro – CAR, a partir de 02 de fevereiro de 2018 o ITI passou a publicar a relação dos Agentes de Registro, atividade realizada semanalmente pela CGNPE. Foram publicados 52 relatórios durante o ano de 2020. Em 31 de dezembro de 2020 a relação publicada contava com 35.962 Agentes de Registro.

ii. Outras demandas no âmbito da Coordenação-Geral de Normalização e Pesquisa

- Criação do arco de OID para assinaturas avançadas;
- Criação do arco de OID fora da temática da certificação digital;
- Presidência da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos –
 CPAD, instituída pela Portaria nº 44, de 02/10/2020;
- Participação na Comissão de Ética do ITI, instituída pela Portaria nº 32, de
- 06/07/2019; e Participação no Comitê de Governança do Planejamento Estratégico 2019-2022 do ITI, conforme Portaria nº 57, de 23/11/2020.



4.4. Resultados das principais áreas de atuação

4.4.1. Gestão Orçamentária e Financeira

A Lei Orçamentária Anual de 2020 – LOA/2020 consignou ao Instituto de Tecnologia da Informação – ITI dotação orçamentária no total de R\$42.998.431,00. Durante o exercício, foram recebidos aportes orçamentários relativos à Emenda Parlamentar no valor de R\$10.000.000,00. Ao todo, a dotação atualizada do ITI foi de R\$45.246.369,00.

Tabela 13 – Concessão de Suprimento de Fundos

				Meio de	Concessão		
Exercício Financeiro	Unidade	Gestora (UG) do SIAFI	Conta Tipo B Cartão de Pagamento do Governo Federal Valor do		ta lino B		Valor do maior limite individual concedido
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2020					8	60.000	8.000
2019	243001	ITI			5	28.000	7.000
2018					4	18.000	5.000

Fonte: SIAFI

Tabela 14 - Utilização de Suprimento de Fundos

	Unidada Cas	(UC) do CIAFI	Canta	Tine D	Cartão de Pagamento do Governo Federal				
Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Saque		Fatura	Total (a+b)	
	Código	Nome ou Sigla Quantidade Valor Tota		Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)		
2020					10	5.419	8.714	14.133	
2019	243001	ІТІ			15	6.770	13.735	20.505	
2018					7	2.893	11.858	14.751	

Fonte: SIAFI



Tabela 15 – Despesas por Modalidade de Contratação

UG: 243001	Сэрсэцэ р	UO: 2				ITI/CASA	CIVIL/PR	
Modalidade de Contratação	[Despesa l	xecutada			Despes	sa paga	
Modalidade de Contratação	2020	%	2019	%	2020	%	2019	%
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	9.376.104	42,88	12.242.716	44,13	9.376.104	42,88	12.242.716	44,13
a) Convite								
b) Tomada de Preços								
c) Concorrência								
d) Pregão	9.376.104	42,88	12.242.716	44,13	9.376.104	42,88	12.242.716	44,13
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas								
2. Contratações Diretas (h+i)	2.322.534	10,62	6.078.518	21,91	2.322.534	10,62	6.078.518	21,91
h) Dispensa	1.958.531	8,96	2.704.742	9,75	1.958.531	8,96	2.704.742	9,75
i) Inexigibilidade	364.003	1,66	3.373.776	12,16	364.003	1,66	3.373.776	12,16
3.Regime de Execução Especial	14.133	0,06	20.505	0,07	14.133	0,06	20.505	0,07
j) Suprimento de Fundos	14.133	0,06	20.505	0,07	14.133	0,06	20.505	0,07
4.Pagamento de Pessoal (k+l)	8.920.697	40,80	8.501.809	30,64	8.920.697	40,80	8.501.809	30,64
k) Pagamento em Folha	8.914.121	40,77	8.419.550	30,35	8.914.121	40,77	8.419.550	30,35
I) Diárias	6.576	0,03	82.259	0,30	6.576	0,03	82.259	0,30
5.Outros	1.232.938	5,64	900.796	3,25	1.232.938	5,64	900.796	3,25
6.Total (1+2+3+4+5)	21.866.406	100	27.744.343	100	21.866.406	100	27.744.343	100

Análise Crítica: No que se refere aos processos Licitatórios, O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI priorizou a modalidade de Pregão, sendo executado o valor de R\$ 9.376.104,00. Sendo que em relação ao ano de 2019, houve uma redução nessa modalidade em 24,41%, decorrente da realização de pregões com resultado "Deserto" e o prazo exíguo para a realização de todas as etapas do certame.



Tabela 16 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa

Uni	dade Orçament	ária: ITI			Código U	O: 20204	UGO: 243001	
		DES	PESAS CORRE	NTES				
Grupos de Despesa	Empe	nhada	Liqui	dada	RP não pro	ocessados	Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
3190.96 - Requisitado	5.881.947	5.447.915	4.975.840	4.781.416	906.107	666.499	4.793.307	4.574.233
3190.11 – Venc. Vant. fixas	2.544.405	2.516.263	2.544.405	2.516.263	0	0	2.385.254	2.349.800
3191.13 – Patronais - intra	356.815	318.944	356.815	318.944	0	0	356.815	318.944
Demais elementos do grupo	130.954	136.428	130.954	136.428	0	0	129.248	136.428
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
3390.37 – Locação pessoal	6.574.808	6.155.702	5.710.530	5.464.218	864.278	691.483	5.710.530	5.464.218
3390.40 – Serviços TI	3.862.115	1.541.107	2.825.235	1.133.366	1.036.880	407.740	2.825.235	1.133.366
3390.39 – Serv. Terceiros	2.844.125	2.956.776	2.542.507	2.455.070	301.618	501.707	2.542.507	2.455.070
Demais elementos do grupo	1.751.107	1.804.188	1.375.662	1.386.367	375.445	417.821	1.336.956	1.333.880
		DES	PESAS DE CA	PITAL				
Grupos de Despesa	Empe	nhada	Liqui	dada	RP não Pr	ocessados	Valores	Pagos
4. Investimentos	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
4490.52 - Equipamentos	8.739.296	6.784.761	430.796	1.377.721	8.308.500	5.407.040	430.796	1.377.721
4490.40 – Software TI	2.589.089	0	0	0	2.589.089	0	0	0
4490.39 – Software Outros	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Análise Crítica: verifica-se na tabela por grupo e elemento de despesa, que nas despesas com pessoal requisitado houve um acréscimo de 7,9%, decorrente da cessão por diversos órgãos do governo e empresas estatais, na qual o Instituto é obrigado a promover o ressarcimento, cuja execução foi de R\$ 5.881.947,00. Vale registrar que o ITI não possui quadro próprio necessitando de especialistas para atuarem na Infraestrutura de chaves públicas.

No grupo de custeio, a despesa maior foi com pessoal terceirizado no montante de R\$ 6.574.808,00, gastos estes realizados com vigilância, auxiliar administrativo, limpeza, recepção; além de serviços de suporte em rede de dados e infraestrutura.



No grupo Investimentos, o ITI modernizou seu parque tecnológico e a infraestrutura de chaves públicas executando R\$ 11.328.385,00, e ainda em parceria com o Ministério da Economia - SGD, executou orçamento daquela pasta no valor de R\$ 1.914.000,00 para atender acordo de cooperação tecnológico com aquele órgão.

Tabela 17 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

	F	Restos a Pagar não I	Processados	
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2020	Pagamento	Pagamento Cancelados	
2020	8.092.290	7.534.110	429.617	128.562
2019	3.769.511	3.537.651	231.860	0
2018	5.540.858	4.711.835	815.065	13.958
		Restos a Pagar Pr	ocessados	
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2020	Pagamento	Cancelados	Saldo a Pagar em 31/12/2020
2020	426.133	426.136	0	0
2019	414.405	414.405	0	0
2018	0	0	0	0

Fonte: SIAFI

Análise Crítica: As despesas inscritas em Restos a Pagar - RAP em 01/01/2020, no valor de R\$ 8.092.290,00 foram liquidadas obedecendo a programação financeira estabelecida pela Presidência da República. Houve o cancelamento de R\$ 429.617,00 por conta de valores empenhados, cujo serviço não foi executado ou não atendia a legislação vigente. Sendo assim, ao final de 2020 restou somente o valor de R\$ 128.562,00, o que demonstra que a execução foi atendida em quase 100%.



Tabela 18 – Execução Descentralizada com Transferência de Recursos

rabela 10 Excedção Descentianzada com mansierencia de Necarsos									
Unidade Concedente									
Nome:	11	INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO							
UG/GESTÃO	243001/24208								
	Quantidade de Instrumentos celebrados Montantes repassados no exercício (R\$								
	2020	2019	2018	2020	2019	2018			
TED (TRANSFERIDO)	9	10	7	5.638.258	2.493.165	1.563.281			
Totais	9	10	7	5.638.258	2.493.165	1.563.281			

Fonte SIAFI

Análise Crítica: Em 2020 foram emitidos 09 termos de descentralização orçamentária – TED. O objetivo foi a continuidade de parcerias, principalmente com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e Fundação Universidade de Brasília – FUB, além de acordos com a Presidência da República na utilização do TáxiGov, despesas com água, luz, entre outras na sala cofre e passagens. No caso da UFSC, o montante de maior impacto foi a utilização das instalações seguras da sala cofre, totalizando o valor de *R\$* 1.098.060,40.

Tabela 19 – Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos do Exercício

Unic	dade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto	
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
			07 – Alimentos	72
		339030	16 – Mat. Expediente	79
			17 – Mat. Proc. Dados	3.407
			22 – Mat. Limpeza	2.438
			26 – Mat. Elétrico	1.468
			28 – Mat. Segurança	348
			50 – Bandeiras	430
243001	ITI		01 – Assinatura de periódicos	457
243001			04 – Direitos Autorais	185
			05 – Serv. Tec. Profissionals	2.170
		339039	12 – Locação de Equipamento	840
		339039	17 – Manutenção de Equipamentos	410
			37 – Juros	14
			47 – Comunicação	16
			63 –Serv. gráficos	902
		339040	21 – Serviços TIC	897
		TOTAL		14.133

Análise Crítica: Em relação as tabelas 05 a 07, que trata do Suprimento de fundos, este Instituto fez a abertura de 8 concessões em nome dos servidores Jorge Luis, Roberto Bueno e Roney Santos. O maior valor individual concedido foi de R\$ 8.000,00. A despesa



anual foi de R\$ 14.133,00, sendo que na modalidade de Saque foi realizado a execução de R\$ 5.419,00, com 10 saques realizados. O gasto de maior impacto foi com material de processamento de dados, totalizando R\$ 3.407,00. As despesas foram realizadas obedecendo a Macrofunção STN 021121 — Suprimento de Fundos, atendendo as necessidades eventuais deste Instituto.

Tabela 20 – Execução do Programa de trabalho 2201 – Brasil Moderniza

Identificação da Iniciativa – PPA 2020 – 2023									
Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP — Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados e dos Municípios, do Distrito Federal e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da infraestrutura de chaves Públicas Brasileira e do Carimbo de Tempo da ICP — Brasil.									
Objetivo	Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética.								
Programa	2201 – Brasil Mo	derniza							
Unidade Responsável 20204 – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI									
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa em 2020 (em R\$ 1,00)									
Do	tação		Despesa		Restos a	Pagar			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
29.683.117	35.372.771	29.417.474	13.385.790	13.355.193	0	16.031.684			
		Exec	ução Física da Ir	niciativa					
Descricã	ío da Meta	Unidade de	Medida	Meta					
Descriça	io da ivicta	Offidade de	Wiculda	Prevista	Reprogramada	Realizada			
Certificados	ão do uso de Digitais da ICP- rasil	Percentual de Disp sisten		99,99%	99,99%	99,99%			
		Restos a Pagar nã	o Processados -	Exercícios Anter	iores				
Execuçã	ão Orçamentária e	e Financeira		Execuçã	o Física e Metas				
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição	da Meta	Unidade de Medida	Realizada			
0	0	0	Percentual de l do Sis	Disponibilidade stema	Percentual	99,99%			

Análise Crítica: O ITI considera que atingiu o objetivo estabelecido pela Iniciativa que trata da massificação e aperfeiçoamento da Certificação digital, embora não tenha sido possível empenhar 16,83% da dotação disponível em face de pregões com status de "deserto e o prazo exíguo para cumprimento das etapas licitatórias. A meta física foi alcançada, mantendo-se o funcionamento de 99% da Infraestrutura de chaves públicas, durante 7 dias da semana, por 24 horas.

Tabela 21 – Execução da despesa por Ação e Plano Orçamentário

UO 20204 – INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI									
	Execução da despesa consolidado – 2020								
Ação	Plano Orcamentário	Grupo de Despesa	Projeto de Lei	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Restos a	



TOTAL	GERAL		28.206.006	36.307.246	45.246.369	38.998.920	22.001.672	16.997.249
09HB - Contribuição da União	0000 - Contribuição da União		1.976	1.976	200.673	673	673	0
20TP - Ativos Civis da União	0000 - Ativos Civis da União	1 – Pessoal	6.709.912	6.319.381	8.913.448	8.913.448	8.007.341	906.107
0181 - Aposentadorias	0000 - Aposentadorias		1.000	1.000	1.000	0	0	0
	0001 - Assistência Pré-Escolar	3 – Custeio	7.357	7.235	11.688	11.688	11.290	398
	0003 - Auxílio- Transporte		13.574	13.345	3.345	3.345	3.345	0
	0005 – Auxílio- Alimentação		110.470	108.609	282.296	282.296	273.286	9.010
212B - Benefícios Obrigatórios	0009 - Auxílio- Funeral e Natal		10.524	10.346	0	0	0	0
-	RO01 - Assistência Pré-Escolar		0	0	458	458	0	458
	RO03 – Auxílio- Transporte		0	0	2.572	2.572	448	2.124
	RO05 - Auxílio- Alimentação		0	0	65.695	65.695	37.773	27.922
216H – Auxílio-	0000 – Auxílio- Moradia		118.400	107.921	107.921	94.204	94.204	0
Moradia	RO00 – Auxílio moradia		0	0	77.434	0	0	0
	0000 - Gestão ICP –		0	6.000.000	0	0	0	0
	Brasil	4 - Investimentos	0	4.000.000	10.000.000	6.890.068	0	6.890.068
	0001 - Auditoria e Fiscalização		148.000	137.395	136.175	118.000	16.320	101.680
	0002 – Promoção	3 – Custeio	11.840	10.991	10.894	0	0	0
	0003 -		10.111.927	9.410.505	9.306.146	9.207.431	8.320.730	886.702
	Administração	4 - Investimentos	8.241.780	7.651.140	6.950.170	5.110.785	430.796	4.679.989
217Z - Gestão - ICP — Brasil	0004 - Gestão de Infraestrutura		2.664.000	2.473.086	2.451.112	2.405.198	2.046.666	358.532
	RO01 - Auditoria e Fiscalização	3 – Custeio	0	0	98.511	89.056	0	89.056
	RO02 - Promoção		0	0	7.880	0	0	0
	RO03 -		0	0	3.117.629	2.691.704	1.984.031	707.673
	Administração	4 - Investimentos	0	0	1.521.082	1.183.600	0	1.183.600
	RO04 - Gestão de Infraestrutura		0	0	1.773.172	1.721.631	587.247	1.134.384
2004 - Assistência	0001 - Assistência Médica	3 – Custeio	55.246	54.316	180.316	180.316	160.769	19.547
Médica	RO01 - Assistência Médica		0	0	26.752	26.752	26.752	0

Análise crítica: Foi empenhado o montante de R\$ 29.511.677,00 com as despesas de custeio e investimento (Exceto Benefícios obrigatórios e médicos), o que representa 83% em relação à Dotação Atual. O valor de 100% para empenho não foi alcançado em razão de licitação em "deserto" e devido ao prazo exíguo para atendimento à todas as etapas do processo licitatório.



4.4.2. Gestão de Custos

4.4.2.1. Sistema de Apuração de Custos

O ITI, que é uma autarquia federal, prestadora de serviços públicos, não atua no mercado em concorrência com os entes particulares. Atua prestando serviços de interesse público, e para esta missão institucional, possui um baixo orçamento federal, o que faz com que a gestão orçamentária seja sempre restritiva, vez que as demandas são muitas e os recursos são poucos.

Neste sentido, o investimento em um sistema de contabilidade de custos se revelaria contraproducente, vez que tais sistemas possuem alto custo de investimento e manutenção, o que estrangularia mais ainda o orçamento deste órgão, comprometendo o cumprimento de suas metas institucionais.

De outro lado, o ITI também não utiliza o Sistema de Informação de Custo (SIC) do Governo Federal, posto que a adoção de sistema de custos não é, ainda, uma obrigação legalmente estabelecida para os entes da Administração Pública Federal.

Não obstante, o ITI promove estudos técnicos para adoção de sistemas alternativos de apuração de centro de custos, no intuito de aperfeiçoar os controles contábeis da instituição, porém, alternativas que não venham a comprometer a boa e eficiente gestão orçamentária, financeira e patrimonial em seu programa principal, o 2201- Brasil Moderna e Ação 217Z - Gestão do Sistema Nacional de Certificação da IC-Brasil, voltado para as atividades de custeio e investimento no âmbito da Autarquia.



4.4.3. Gestão de Pessoas

4.4.3.1. Estrutura de Pessoal da Unidade

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI não dispõe de quadro próprio de servidores. Sua força de trabalho é composta de servidores e empregados públicos requisitados de outros órgãos, nomeados sem vínculo, e pessoal terceirizado.

Em 31/12/2020, a composição do efetivo foi de 38 cargos de DAS/FCPE, além de 21 servidores/empregados sem ocupação de DAS/FCPE, função comissionada e ou exercício descentralizado. Desse efetivo, 46 são requisitados de outros órgãos do governo, 03 não possuem vínculo com a Administração Pública 04 são descentralizados e 06 servidores/empregados público aposentados.

Ressalta-se que, o quantitativo de cargo/função autorizados pelo Decreto nº 8.985/2017, e alterações previstas no Decreto nº 9.123/2017, é de 40, sendo 24 DAS e 16 FCPE.

O ITI, como órgão integrante do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal (SIPEC), utiliza o sistema SIAPE como fonte de execução e consulta de todos os dados referentes a cadastro e pagamento de pessoal. Como registrado anteriormente, dada a ausência de quadro próprio, não há pessoal inativo e pensionista, tendo cadastrado na folha de pagamento da Unidade, somente o pessoal nomeado em cargos de comissão – DAS/FCPE.

O número de colaboradores da Autarquia para cada tipo de cargo é ilustrado na Tabela 22 abaixo.



Tabela 22 – Força de Trabalho na Unidade – situação em 31/12/2020

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	44	59	08	08
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1 + 1.2.2 + 1.2.3 + 1.2.4)	44	59	08	08
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	4	6	1	1
1.2.3. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas ocupantes	40	26	4	2
de Função Comissionada	40	20	7	۷
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos sem ocupação de	Não há	17	3	5
Função Comissionada	ivao na	17	3	3
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores s/ Vínculo com a Administração Pública	Não há	10	3	5
4. Total de Servidores (1+2+3)	44	59	11	13

Fonte: SIAPE

O quantitativo da lotação efetiva, constante no subitem 1.2.4 e item 3, refere-se aos servidores requisitados e sem vínculos, ocupantes de DAS/FCPE previsto no Decreto 8985/2017, e alterações do Decreto 9183/2017, que também consta na tabela 8 abaixo, pois a força de trabalho da Autarquia é composta pelos ocupantes de DAS/FCPE, servidores de carreira em exercício descentralizado e terceirizados.

Tabela 23 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação	Efetiva
ripologias dos cargos	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	26	24
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	26	24
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	6	1
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	20	23
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	5	5
4. Total de Servidores (1+2+3)	31	28

Obs. Foi considerado como área-fim da Autarquia o pessoal lotado nas duas Diretorias.



Tabela 24 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da Unidade — Situação em 31/12/2019

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	40	38	8	7
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	40	38	8	7
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	2	1	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	26	4	2
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	3	2	4
1.2.5. Aposentados	Não há	7	1	1
2. Funções Gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	40	38	8	7

Fonte: Decreto nº 8985/2017 e 9183/2017, Decretos que autorizou o quantitativo de DAS e FCPE para o ITI.

Conforme demonstrado no quadro acima, foram autorizados 40 cargos sendo 24 DAS e 16 FCPE, sendo que em 31.12.2019, o quantitativo ocupados era de 36 vagas.

4.4.3.2. Demonstrativo das Despesas com Pessoal

Tabela 25 – Despesa com Pessoal

Tipologi Exercíci	ias/	Vencimentos e Vantagens		Despesas Variáveis E A			Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total		
Exercic	103	Fixas	Retribuições	Gratificações DAS	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
				Me	embros de po	der e agentes p	olíticos				
F (-1	2020	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exercícios	2019	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
F (-)	2020	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exercícios	2019	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
				Servidores de	carreira SEM	VÍNCULO com c	órgão da unidade	:			
Exercícios	2020	5.612	0	1.448.442	0	0	176.513	18.420	0	0	1.643.375
Exercicios	2019	5.612	0	733.848	0	86.511	120.543	20.129	0	0	975.643
		Servido	res SEM VÍNCI	JLO com a adm	inistração púl	olica (exceto ter	mporários) (ocupa	ntes de Cargo	os de DAS)		
Exercícios	2020	0	0	790.487.	0	0	180.302	0	0	0	970.789.
Exercicios	2019	0	0	900.562		0	21.453	0	0	0	922.005
				Servi	dores requisit	ados com ônus	para a UJ				
5(-i	2020	5.252.954	0	305.477.	0	0	112.532	0	0	0	5.670.963
Exercícios	2019	4.938.614	0	535.685	0	0	163.560	0	0	0	5.637.859
				Sc	ervidores com	contrato temp	orário				
Free mailed	2020	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exercícios	2019	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAPE



Registra-se que, o ITI não possui quadro próprio de pessoal, nem tampouco Plano de Carreira, desde sua criação em 2001. Dessa feita, é necessário o Instituto valer-se de servidores de carreira cedidos/requisitados por outros órgãos, servidores "sem vínculo" com administração pública e trabalhadores terceirizados para apoio administrativo.

As despesas incorridas com servidores/empregados requisitados com ônus no exercício de 2020, foi de *R\$ 5.670.963,00 (cinco milhões, seiscentos e setenta mil, novecentos e trinta reais)*, as despesas de servidores requisitados sem vínculo com o órgão que ocuparam cargos DAS/FCPE foram num montante de *R\$ 1.643.375,00 (Um milhão. Seiscentos e quarenta e três mil,* enquanto os servidores sem vínculo ocupantes de cargo de DAS encerraram o exercício com o montante de R\$ 970.789,00.

4.4.3.3. Contratação de Pessoal de Apoio e Estagiários

I. Contratação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos (regular)

Tabela 26 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

	Unidade Contratante												
	Nome: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação- ITI												
		ι	IG: 243001			CNPJ:	04.03	39.532	2/000:	1-93			
				Informações sobi	re os Contrato	s							
Ano do Contrato Ano do Contrato Ano do Contrato Area Natureza Natureza Natureza Natureza Número do Contrato Número do Contrato Contrato Número do Contratada Nível de Escola Atividades Contratadas				colari adore	dade I s Cont	Exigid tratad	o dos os	Sit.					
								F	N	/	•,	S	
					Início	Fim	Р	С	Р	U	Ρ	U	
2020	5	0	07/2020	22.463.530/0001-09	22/06/2020		2	2	0	0	0	0	Р
2019	1	0	06/2019	04.629.445/001-81	26/05/2019		0	0	16	16	0	0	Р
2017	11	0	03/2017	20.204.491.0001-08	15/05/2017		0	0	8	8	0	0	Р
2017	11	0	04/2017	20.204.491.0001-08	04/04/2017		0	0	21	21	0	0	Р
2017	11	0	05/2017	18.133.134.0001-37	15/05/2017		0	0	0	0	22	22	Р

Fonte: Fiscal Contrato de Pessoal Terceirizado

Legenda: Área: Segurança 2. Transporte Informática Copeiragem Recepção Reprografia Telecomunicações Manutenção de bens móveis Manutenção de bens Imóveis 10. Brigadistas Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental

(M) Ensino Médio

(S) Ensino Superior

Natureza:
(O) Ordinária

(E) emergencial

Situação do Contrato:
(A) Ativo
(P) Ativo Prorrogado
(E) Encerrado

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato (C) Efetivamente contratada



Tabela 27 - Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício	
Servidores Terceirizados	2020 2019 2018					
Auxiliar Administrativo Níveis I, II e III	51	44	42	7	0	
Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão						

Não houve variação entre os exercícios de 2018 e 2017, não impactando na força de trabalho terceirizado depois da redução significativa ocorrida no exercício de 2015, por conta da restrição orçamentária naquele ano. No exercício de 2019, houve duas contratações para recomposição do efetivo.

Considerando-se a inexistência de Plano de Carreira, necessário para o estabelecimento de quadro próprio de servidores, o ITI se vê obrigado a continuar a contratar mão de obra para apoio administrativo para tarefas específicas, muito embora o Instituto venha envidando esforços para atrair servidores de outros órgãos para atuarem em diversas frentes.

Fonte: Fiscal Contrato de Pessoal Terceirizado

II. Contratação de Estagiários

A contratação de estagiários no decorrer de 2020 está espelhada no quadro abaixo:

Tabela 28 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantit	ativo de contra	Despesa no exercício		
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$1,00)
1. Nível superior	10	12	12	12	
1.1 Área Fim	03	06	06	05	
1.2 Área Meio	07	06	06	06	
2. Nível Médio	01	01	01	01	
2.1 Área Fim	00	00	00	00	
2.2 Área Meio	01	01	01	01	
3. Total (1+2)	11	13	13	13	R\$170.064,61

Fonte: SIAFI/SIAPE

Análise Crítica

As contratações de estagiários são realizadas considerando a necessidade das áreas demandantes, observada a correlação do curso com as atividades a serem desempenhadas no ITI.

Ressalta-se que as contratações em questão, foram efetuadas dentro do quantitativo de vagas autorizadas pelo então Ministério do Planejamento hoje Ministério da Economia, num total de 19 vagas.



4.4.4. Gestão de Licitação, Contratos e Convênios

A Coordenação de Licitações, Contratos e Convênios – COLIC do Instituto, tem como principais atribuições a realização das compras e a condução dos processos licitatórios, incluindo a realização de pregões, dispensa e inexigibilidade, bem como gestão dos Contratos, Convênios e Fiscalização Administrativa. Sendo o processo licitatório o principal macroprocesso, resultando na aquisição de bens e serviços para o ITI.

Tabela 29 - Principais responsabilidades do setor

Área Técnica Responsável	Objetivos e Principais Funcionalidades	Coordenação
Licitação	É através do procedimento da licitação que a Administração Pública objetiva selecionar a proposta mais vantajosa para a aquisição de bens e serviços, mediante contratação de seu interesse	COLIC
Contratos	Conjunto de procedimentos, medidas de controles que siam a correta administração das contratações, discussão e redação de cláusulas na formalização dos contratos, assim com a negociação, prorrogação e encerramento	COLIC
Fiscalização	A fiscalização tem como objeto avaliar a gestão das obrigações tributárias e trabalhistas da contratada. Esse processo consiste, basicamente, em capturar dados e informações, analisar, produzir um diagnóstico e aplicar as decisões legalmente cabíveis.	COLIC
Pagamento	Resume-se na avaliação de todos os dados dos serviços prestados assim como os valores apresentados e as documentações/certidões, para assim, poder providenciar a realização do pagamento	COLIC

Atualmente, área conta com 10 (dez) prestadores de serviços, dentre eles:

- 1 (um) Coordenador de Licitações, Contratos e Convênios, (requisitado da CONAB);
- 2 (dois) Analistas na área de licitação, (sendo 2 requisitados, 1 (um) da Eletrobras e 1 (um) da Ebserh);
- 2 (dois) Analistas na área de contratos, (sendo 2 requisitados, 1 (um) da Serpro e 1 (um) da Ebserh);
- 2 (dois) Auxiliares Administrativos Terceirizados na área de licitação;
- 2 (dois) Auxiliares Administrativos Terceirizados na área de contratos; e
- 1 (um) Auxiliar Administrativo Terceirizado na área de fiscalização administrativa e pagamentos.



4.4.4.1. Conformidade de Gestão

Dentre as contratações efetuadas, os principais enquadramentos são:

- Contratação de empresa remanescente: artigo 24, inciso XI da Lei nº 8.666/1993;
- Contratações de baixo valor (artigo 24, inciso II da Lei nº 8666/1993);
- Inexigibilidade, enquadrada no artigo 25, *caput* da Lei nº 8.666/1993;
- Pregão Eletrônico: Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019;
- Regime Diferenciado de Contratações: Lei nº 1.2462/2011; e
- Enquadramento em todas as normas e manuais dos órgãos de controle e fiscalização, assim como em todas as instruções normativas, de acordo com cada peculiaridade na gestão e contratação a ser realizada.

4.4.4.2. Detalhamento das Operações

Licitações

Tabela 30 – Processo de Contratações no período de 2020

Modalidade	Quantidade	Valor R\$ em mil				
Adesão a ata	3	R\$ 1.554,99				
Pregão Concluído	9	R\$ 14.543,86				
Pregão revogados	1	R\$ 134,18				
Dispensa de Licitação	11	R\$ 86,29				
Inexigibilidade	1	R\$ 1.980,00				
Total de Contratações	25	R\$ 18.165,14				
Termo de Execução Descentralizada - TED						
TED disponibilizado	2	R\$ 4.469,33				

Tabela 31 – Áreas demandantes das contratações em 2020

Setor	Valor R\$ em mil
DILOG – Logística	R\$ 5.224,88
DINFRA – Infraestrutura de Tecnologia	R\$ 7.526,27
COTIC - Informática	R\$ 5.374,28
ASCOM – Comunicação	R\$ 27,88
COLIC – Licitação e Contratos	R\$ 11,83
Total realizado	R\$ 18.165,14

Tabela 32 – Contratações por modalidades realizadas em 2020

Modalidade	Valor R\$ em mil
Aquisição de bens tangíveis ou intangíveis	R\$9.553,59
Contratações de serviços contínuos ou não contínuos	R\$ 8.138,05
Manutenção de bens físicos ou virtuais	R\$ 473,50



3% _ 45% ■ Manutenção ■ Serviços ■ Aquisição

Gráfico 5 – Contratações realizadas em 2020

Gestão de Contratos

Tabela 33 – Processo de Acompanhamento no período de 2020

Contratos	Quantidade
Criados	20
Prorrogados	28
Encerrados	14
Total de contratos vigentes	48
TED vigentes	5
Total de contratos incluindo TED	53

Tabela 34 - Setores que concentram o maior valor das contratações vigentes

Setor	Valor R\$ em mil
DILOG – Logística	R\$ 10.492,15
DINFRA – Infraestrutura de Tecnologia	R\$ 14.104,29
COTIC – Informática	R\$ 9.785,74



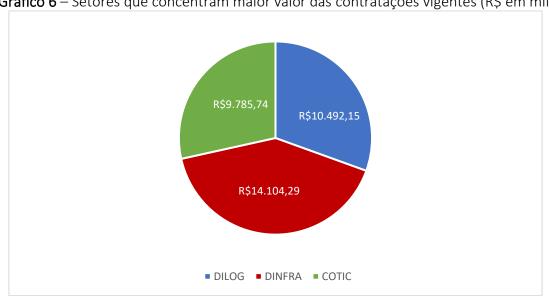


Gráfico 6 – Setores que concentram maior valor das contratações vigentes (R\$ em mil)

Fiscalização e Pagamentos

Tabela 35 – Processo de Acompanhamento no período de 2020

Da Fiscalização				
Itens	Quantidade			
Contratos fiscalizados	365			
Ocorrências	09			
Notificações	09			
Advertências	09			
Multa	1			
Glosas Realizadas	3			
Total de ocorrências resolvidas	09			
De Pagamentos encaminhados pel	a COLIC (R\$ em mil)			
Itens	Quantidade			
Números de pagamentos encaminhados	365			
Pagamento pendente de encaminhamento	0			
Valor Total previsto para encaminhamento	R\$19.800,91			
Valor total economizado	R\$1.020,38			
Valor total de pagamentos encaminhados	R\$18.780,53			
Descrição dos itens referente ao	valor economizado			
Itens	Valor total economizado (R\$ em mil)			
Energia	R\$182,34			
Água e Saneamento básico	R\$19,35			
Passagens Aéreas	R\$341,63			
Manutenção de ar Condicionado	R\$14,81			
Telefonia Móvel	R\$R\$9,20			
Serviços de apoio Administrativo	R\$319,99			
Glosas aplicadas	R\$15,07			
Multas aplicadas e descontada da nota fiscal	R416,20			
Serviço postal	R\$7,58			
Serviços de impressão, digitalização e cópia	R\$94,21			
Total Economizado	R\$1.020,38			



Tabela 36 - Gastos por Finalidade

Funcionamento Administrativo – Detalhamento (R\$ em mil)						
Modalidade	Estimativa Anual 2020	Estimativa Anual 2019				
Locação de imóvel	R\$1.426,32	R\$1.260,65				
Energia	R\$393,43	R\$345,00				
Água e Saneamento básico	R\$38,00	R\$35,01				
Apoio Administrativo	R\$7.047,80	R\$4.158,94				
Vigilância	R\$1.417,09	R\$1.379,28				
Limpeza	R\$152,29	R\$151,22				
Manutenção dos bens físicos ou virtuais	R\$1.908,33	R\$2.205,80				
Passagem aérea	R\$359,38	R\$359,38				
Telefonia	R\$18,52	R\$16,45				
Aquisição	R\$9.967,52	R\$6.661,31				

Gráfico 7 – Custos das atividades 2020x2019

4.4.4.3. Projetos Implementados e Resultados

a) Termo de Cessão de Uso junto a Presidência da República

Sem o Termo de Cessão de Uso do espaço (anexo III), da Usina da Presidência da República onde fica o ambiente seguro da AC Raiz, não havia a possibilidade do cadastramentos dos contratos de prestação de serviço junto aos respectivos sistemas da Presidência da República, com isso não era possível a emissão de credenciais aos colaboradores contratados para acesso aos Anexos do Palácio do Planalto, o que



causava transtornos e dificuldades na realização de suas atividades contratuais, uma vez que necessitam adentrar nas áreas de segurança mencionadas, inclusive durante a noite e finais de semana, em virtude de manutenções corretivas nos equipamentos da infraestrutura da AC Raiz. Assim, com a assinatura do Termo de Cessão de Uso foi possível a regularização dos acessos às dependências do ambiente seguro da AC Raiz (Anexo III), da Usina da Presidência da República e ao ambiente adjacente ao DSIC para a regular prestação de serviço mediante a confecção de crachás com as devidas permissões de acesso. A celebração do Termo também traz economicidade financeira uma vez que se fosse necessário a mudança de local do ambiente da AC Raiz acarretaria em um custo elevado devido à complexidade do ambiente e transporte dos equipamentos.

b) Fiscalização com novos critérios nos contratos administrativos

Redução de falhas na execução dos contratos; aumento na qualidade da prestação dos serviços pelas contratadas e pagamentos realizados de acordo com os serviços realmente prestados.

c) Sistematização do ponto de controle de demanda

Aperfeiçoamento das rotinas e dos processos de trabalho de cada seção, aumentando a eficácia, eficiência e efetividade dos serviços prestados por meio da eliminação do retrabalho, da redução dos custos e do tempo de execução, assim como a uniformização da linguagem e implementação de sistema de monitoramento das ações.

d) Revisão de todos os contratos passíveis de encerramento ou redução

Economicidade no orçamento do órgão com a redução no número de contratos, como, por exemplo, de coperagem e garçom, manutenção do aparelho de raio-x, transporte e nos valores de alguns contratos, por exemplo o de aluguel e manutenção de elevador, sem que houvesse prejuízo aos serviços prestados.



e) Implementado Sistema estruturante de acompanhamento de Contratos COMPRASNET pelo Ministério da Economia

O sistema contas traz a possibilidade de acompanhar a gestão dos contratos de forma mais prática e completa, conectando servidores públicos responsáveis pela execução e fiscalização de contratos, tornado as informações disponíveis a qualquer momento e melhorando as condições de gestão, evitando altos custos com hospedagem e manutenção de outros sistemas afins, trazendo transparência das informações dos contratos celebrados por toda administração pública, permitindo a padronização de rotinas, procedimentos com acompanhamento dos respectivos empenhos. Esta COLIC, adotou, desde de 2020 o sistema estruturante de contratos do COMPRASNET, tomando conhecimento e aplicando todas as atualizações que ocorre no sistema, em busca de fornecer as informações mais completa e padronizada possíveis.

f) Implementação do Plano Anual de Contratações - PAC

O PAC é o documento que consolida todas as compras e contratações que o órgão ou entidade pretende realizar ou prorrogar, no ano seguinte, e comtempla bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação. Com a implementação do PAC, as áreas requisitantes fazem as suas estimativas de contratações com antecedência, possibilitando a articulação entre o planejamento das contratações e as respectivas propostas orçamentárias, buscando um cronograma de contratações e orçamentos alinhados, consequentemente trazendo uma gestão mais equilibrada.

4.4.4.4. Desafios e riscos na gestão de licitações e contratos

A qualificação do pessoal assume uma grande importância no andamento dos processos, inclusive em decorrência das recorrentes mudanças da legislação na gestão de licitações e contratos.

4.4.4.5. Conclusão

As boas práticas da gestão de licitações e contratos visam criar condições para que os objetivos estratégicos finalísticos possam ser plenamente trabalhados e alcançados e dessa forma prestar apoio para que o ITI atinja sua missão institucional.



Em 2020, as novas contratações concluídas somaram um total de R\$ 18.165.141,25 (dezoito milhões, cento e sessenta e cinco mil, cento e quarenta e um reais e vinte cinco centavos). A área de Licitações finalizou 8 (oito) pregões, 11 (onze) dispensas de licitação, 3 (três) adesões a atas de registro de preços, 1 (uma) inexigibilidade e 2 (dois) TED disponibilizado, somando 27 (vinte e sete) procedimentos concluídos. Por sua vez, a área de Gestão e Contratos foi responsável pela macrogestão de cerca de 53 (cinquenta e três) contratos administrativos vigentes. A maior demandante de novas contratações em termos financeiros foi a Diretoria de Infraestrutura de Chaves Públicas (DINFRA), seguida pela a (Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicações (COTIC), como a segunda maior demandante em termos reais e ao número de aquisições. Os fatos elencados acima demonstram a dimensão da responsabilidade da DINFRA no provimento de estrutura e infraestrutura de chave pública para todo o Brasil. Do mesmo modo, também se ressalta a importância da COTIC, coordenação que está relacionada às contratações para melhoria da área de tecnologia e comunicação do Instituto. No que se refere ao aumento das contratações e às contratações em destaque, fica em evidência o aumento nos contratos de auxiliar administrativo, que foi em função do ITI não dispor de quadro efetivo de pessoal, principalmente com relação à mão de obra especializada na área da Tecnologia da Informação. A contratação foi realizada no valor total de R\$ 5.031.014,76 (cinco milhões, trinta e um mil, quatorze reais e setenta e seis centavos), contudo, foi encerrado 1 (um) contrato de apoio administrativo no valor total de R\$ 2.160.797,76 (dois milhões, cento e sessenta mil, setecentos e noventa e sete reais e setenta e seis centavos), com isso o aumento em relação aos contratos de auxiliar administrativo foi de R\$ 2.870.217,00 (dois milhões, oitocentos e setenta mil, duzentos e dezessete reais). A necessidade da contratação se diz respeito ao ITI passar por um processo permanente de modernização e crescimento no tocante às suas competências legais junto à Infraestrutura de Chaves Públicas – ICP-Brasil, conjunto esse de legítimo interesse público, em especial a respeito do Plano de Transformação Digital, aprovado em 14/05/2020, em reunião do Comitê Estratégico e, em consonância, a Estratégia de Governo Digital 2020- 2022, aprovada pelo Decreto n.º 10.332, de 28 de abril de 2020, que, em suma, fomentam a ação governamental no sentido de reduzir a burocracia e



prestar um melhor atendimento ao cidadão mediante um catálogo de serviços, entre os quais, destacam-se àqueles disponibilizados no Portal gov.br. A contratação fundamentase pela continuidade dos serviços atualmente prestados, haja vista o seu caráter contínuo e a sua essencialidade para o cumprimento das ações e dos objetivos do ITI, que, para o momento, encontram-se reestruturadas de modo a contemplar as expectativas da autarquia que ponderou ao longo do levantamento do escopo do objeto pela adequação e ajustes a respeito do atual serviço de apoio administrativo, passando-se a adotar os serviços de apoio operacional, administrativo e especializado. Na modalidade de aquisição também houve acréscimo, sendo o destaque para a aquisição de um conjunto de Módulos de Segurança Criptográfica MSC, modelo ASI-HSM - AHX5-kNET, para serem utilizados nos ambientes operacionais da AC-Raiz, no valor total de R\$ 1.980.000,00 (um milhão, novecentos e oitenta mil). Estes MSCs são ativos fundamentais para os ambientes de geração e homologação de scripts para processamento em lotes de cerimônias da ICP-Brasil, homologações de versões dos softwares geradores de scripts e do Sistema de Gerenciamento de Certificados - SGC, assim como para integrar os SGC do ITI às aplicações do Portal Gov.Br do Ministério da Economia segundo o Decreto nº. 10.543/2020. Foram celebrados 2 (dois) Termo de Execução Descentralizado – TED: O de nº 01/2020 foi celebrado com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, no valor total de R\$ 469.333,33 (quatrocentos e sessenta e nove mil, trezentos e trinta e dois reais e trinta e três centavos), com o objetivo de aprimorar a iniciativa do Validador de Documentos Digitais para uma solução especializada na validação de documentos eletrônicos de cunho específico, assinados digitalmente por meio de certificado digital ICP-Brasil, agregando tratamento de certificados de atributos ICP-Brasil, tendo por foco o formato PDF (Portable Document File – referência ISO 32.000-2), visando a proteção a risco de vazamento de dados. Quanto ao TED de nº 02, foi celebrado com o IMETRO, no valor total de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões), com o objeto de aquisição e fornecimento de equipamentos de metrologia de tempo e frequência, assim como compartilhamento de conhecimentos para o aprimoramento das Escala de Tempo do ITI e do Inmetro. Com a execução deste projeto espera-se que a Escala de Tempo do ITI seja parte integrante da infraestrutura contribuindo para o UTC - Tempo Universal



Coordenado – garantindo assim rastreabilidade internacional aos Carimbos de Tempo da cadeia do ICP-Brasil, bem como aprimorar as Escalas de Tempo do Inmetro e do ITI, para que a incerteza e confiabilidade dos sistemas estejam compatíveis com os laboratórios internacionais líderes na padronização de tempo. No que diz respeito à fiscalização, foram realizadas 09 ocorrências, sendo 09 (nove) advertências, 1 (uma) multa, 3 (três) glosas, totalizando 09 (nove) ocorrências solucionadas, números dentro da estimativa, resultados de contratações e fiscalizações mais eficazes. Foram encaminhados ao setor de execução financeira 365 (trezentos e sessenta e cinco) pagamentos, totalizando a quantia de R\$ 18.780.529,03 (um milhão, setecentos e oitenta mil, quinhentos e vinte nove reais e três centavos), dos R\$ 19.800.907,26 (dezenove milhões, oitocentos mil, novecentos e sete reais e vinte e seis centavos) previstos, resultando em uma economia de R\$ 1.020.378,23 (um milhão, vinte mil, trezentos e setenta e oito reais e vinte três centavos), referentes aos descontos nos vales transportes dos contratos de apoio administrativo, limpeza e recepção, que ocorreram em razão da pandemia do coronavírus, que resultou no trabalho por home office, e descontos por posto que por ventura ficava descoberto ou seja sem cobertura, também houve economia com energia, água, passagens áreas e contratos que não tiveram todos seus valores estimados utilizados, e de glosas aplicadas por irregularidades na prestação de serviços contratados. Em 2020, a COLIC também buscou aumentar a sua produtividade, de forma a resultar na diminuição dos prazos de instrução processual. Desse modo, a duração média da fase interna das contratações via pregão atingiu metas desejáveis. Disponibilizou cursos para os servidores do setor, tais como: Gestão de Contratos, Planejamento Estratégico de Compras Públicas e Termo de Execução Descentralizada – TED, tendo em vista a melhoria da qualificação dos colaboradores. Para o ano de 2021, a coordenação mantém a sua busca por melhorias contínuas, pelo atendimento dos prazos das instruções processuais, pela otimização dos fluxos de trabalho, pela motivação e capacitação de seus colaboradores e pelo aprimoramento da comunicação com os demais setores do Instituto, sobretudo aqueles que cuidam da fiscalização e gestão de contratos. A COLIC também continua buscando dar, cada vez mais, transparência aos seus processos de trabalho e a



todos os processos de contratação do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI.

4.4.5. Gestão Patrimonial e Infraestrutura

O ITI realizou seus atos de Gestão Patrimonial e Infraestrutura em conformidade com as normas emanadas pelo Governo Federal: Leis 8.666/1993 e 10.520/2002; por seu Regimento Interno – Portaria 20/2018 e demais instrumentos legais que regem a gestão patrimonial e de infraestrutura da Administração Pública.

4.4.5.1. Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

O ITI não dispõe de imóvel próprio, em que pese as diversas gestões nesse sentido.

4.4.5.2. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

O ITI não dispõe de imóvel próprio e, portanto, não tem espaços físicos ou imóveis cedidos a Órgãos e Entidades Públicas ou Privadas.

4.4.5.3. Informações sobre imóveis locados de terceiros

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação possui contrato de locação de imóvel localizado na área central de Brasília (SCN Quadra 02, Bloco E), com área de 3.200 m2, para as suas instalações, visto que não dispõe de imóvel próprio, não faz uso de imóveis de propriedade da União, e nem de imóveis funcionais.

Registra-se que a manutenção predial, no sentido de reparos do sistema elétrico e hidráulico, sempre que necessário, foi solicitado ao proprietário do imóvel que disponibiliza seus técnicos para realizá-lo, ficando às expensas do ITI as despesas com manutenção do sistema de ar-condicionado, elevador, serviços de limpeza e vigilância.

Entretanto, importante salientar que uma nova licitação foi realizada, conforme o processo 00100.005602/2019-43, que declarou a empresa Atenas Terceirização que será responsável pelo item I do certame cuja descrição é Manutenção/ Reforma Predial. Certame homologado em 24/12/2020.



Tabela 37- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros			
		Exercício 2018	Exercício 2019	Exercício 2020	
Brasil	Brasília - DF	1	1	1	
Subtotal Brasil		1	1	1	
Exterior País		0	0	0	
Subtotal Exterior		0	0	0	
Tota	l (Brasil + Exterior)	1	1	1	

Fonte: Contrato n° 03/2016 - Processo n° 00100.000154/2016-49, 99990.000296/2017-77 e Aluguel Espaço físico no palácio do Planalto - PR - Sala Cofre: Processo n° 013399/2018-06.

4.4.5.4. Principais Investimentos de Capital

Aquisição: CFTV (Circuito Fechado de Televisão), tendo em vista que os equipamentos antigos estavam descontinuados, não havendo a possibilidade de recuperação. Considerando a necessidade de proteção perimetral de forma a prever Furtos e delitos em geral, resguardando assim o ambiente, monitorando o acesso e auxiliando os vigilantes no seu trabalho. *Processo nº 00100.001857/2020-71*.

4.4.5.5. Almoxarifado Virtual

O Almoxarifado Virtual é uma iniciativa do Ministério da Economia, por meio da Central de Compras da Secretaria de Gestão, que trará economia e eficiência à Administração Pública Federal (APF) por meio de serviços continuados de outsourcing para operação de almoxarifado virtual in company.

No ITI, encontra-se aguando assinatura de contrato entre as empresas vencedoras e o Ministério da Economia. Após a assinatura entre as partes, é que será feito o contrato do ITI com as empresas. *Processo SEI nº 00100.001115/2020-45*.



Tabela 38 – Entrada Orçamentária

Item	Conta Contábil	Descrição	Entrada Orçamentária	Processo SEI
1	12.311.01.08	Máquinas e Equipamentos Gráficos	R\$1.342,00	00100.000179/2019-29
2	12.311.04.05	Equipamentos para Áudio, vídeo e foto	R\$1.174,00	00100.007047/2019-94
				00100.006913/2019-20
			R\$3.522.320,00	00100.007211/2019-63
				00100.002973/2019-73
3	12.311.02.01	Equipamentos de Processamento de Dados		00100.066610/2020-15
				00100.006606/2019-49
				00100.015552/2018-21
				00100.000264/2020-97
4	12.311.03.03	Mobiliário Geral	R\$12.600,00	00100.007212/2019-16
Valor Total do Patrimônio			R\$3.53	7.436,00

Tabela 39 – Entrada Extra Orçamentária

Item	Conta Contábil	Descrição	Entrada Orçamentária	Processo SEI
1	12.311.01.02	Aparelhos e Equipamento de Comunicação	R\$26.152,82	00100.002564/2020-19
2	12.311.04.05	Equipamentos para Áudio, vídeo e foto	R\$14.657,74	00100.002564/2020-19
3	12.311.02.01 Equipamentos de R\$16.309.6	P¢1C 200 C0	00100.002564/2020-19	
Processamento de Dados		R\$16.309,69	00.100.001699/2020-59	
Valor Total do Patrimônio		R\$5	7.120,25	

Cabe mencionar, que as entradas Extra Orçamentaria, são referentes a duas doações recebidas, sendo uma realizada pela Receita Federal e a outra por uma Empresa: Dinamo Networks – Serviços, Desenvolvimento e Participações em consórcio.



4.4.5.6. Baixas de bens/ativos realizado no ano de 2020

As baixas dos saldos nas contas de bens patrimoniais/ativos, no valor total de **R\$** 536.885,59 (*Quinhentos e trinta e seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos*) é decorrente a uma transferência para a Universidade de santa Catarina, e a outra decorrente de um bem furtado, conforme quadro abaixo.

Tabela 40 – Baixas e Bens/Ativos

Item	Conta Contábil	Descrição	Saída / Baixa	Processo SEI
1	12.311.01.02	Aparelhos e Equipamento de Comunicação	R\$1.850,00	00100.001378/2020-54
2	12.311.02.01	Equipamentos de Processamento de Dados	R\$535.035,59	00100.015726/2018-56
	Valor To	tal do Patrimônio		R\$536.885,59

4.4.5.7. Despesas com cartão de pagamento do Governo Federal - CPGF

Registre-se, que no exercício de 2020, foi disponibilizado a esta DILOG, 03 (três) suprimentos de fundos, para a realização das despesas de pequeno vulto, totalizando um valor total de **R\$ 24.000,00** (Vinte e quatro mil reais), sendo utilizado uma despesa no valor total de **R\$ 9.202,69** (Nove mil, duzentos e dois reais e sessenta e nove centavos) e foi devolvido o valor de **R\$ 14.797,31** (Quatorze mil, setecentos e noventa e sete reais e trinta e um centavos), conforme quadro descrito abaixo.

Tabela 41 – Despesas com CPGF parte I

Processo SEI № 00100.000251/2020 - 18							
Aplicação 04/02/2020 A 03/05/2020 – (Prestação d	le Conta 20/05/2020)						
Empenhos: 2020NE800030 E 2020NE800031	Empenhos: 2020NE800030 E 2020NE800031						
ITEM VALOR							
Saldo Utilizado	R\$5.430,04						
Valor do Suprimento	R\$8.000,00						
aldo não utilizado R\$2.569,96							
R\$ 5,00 GRU DE DEVOLUÇÃO							
TOTAL SALDO NÃO UTILIZADO	R\$2.574,96						



Tabela 42 - Despesas com CPGF parte II

	rubela 12 Despesas com er er parte n					
	Processo SEI № 00100.001102/2020 - 76					
Aplicação 01	./06/2020 A 01/09/2020 – (Pres	tação de Conta 01/10/20	020) – 24/09/	2020		
	Empenhos: 2020NE000653					
ITEM	ITEM DATA DA NOTA N° DA NOTA CNPJ EMPRESA VALOR DA NF					
•	SALDO UTILIZADO R\$494,					
	VALOR DO SUPRIMENTO R\$8.000,					
	SALD	O NÃO UTILIZADO			R\$7.505,70	

Tabela 43 - Despesas com CPGF parte III

	Processo SEI № 00100.001709/2020-56						
Aplicação	Aplicação 02/09/2020 A 01/12/2020 — (Prestação de Conta 18/12/2020)						
Empenho	os: 2020NS001006						
ITEM	ITEM DATA DA NOTA N° DA NOTA CNPJ EMPRESA VALOR DA NF OBJETO						
	SAL	DO UTILIZADO			R\$3.278,35		
	VALOR	DO SUPRIMENTO			R\$8.000,00		
					R\$1,90	GRU DE DEVOLUÇÃO	
	R\$3,00 GRU DE DEVOLUÇÃO						
	SALDO	NÃO UTILIZADO			R\$4.726,55		

4.4.5.8. Protocolo

Desde o início do ano de 2020 foram encerrados e certificados mais de 220 Processos Físicos com total de 429 volumes em critérios baseados na Portaria nº 10, de 15 de agosto de 2016;

E-mail's recebidos e tratados com um total geral de mais de 1800, mais precisamente 1873, e, Processos (NUP's) criados desde 18/03/2020 um total geral de 1292.

Atendimento telefônico do PROTOCOLO ao e-SIC (Fala-BR) - (**E-Sic** passa a integrar o Fala-BR a partir de 31 de agosto). Com a integração, os cidadãos poderão, com um único cadastro, fazer pedidos de informações públicas e manifestações de ouvidoria em um único local).



Tabela 44 – Serviços Executados e-SIC (Fala-BR)/Protocolo

· /·						
	SI	С	PROTOCOLO			
ANO	Ligações	Informações	Processos	E-Mails Recebidos		
	Recebidas	Presenciais	Gerados			
2017	3224	32	5348	5348		
2018	5610	71	20915	21832		
2019	2027	40	3933	3526		
2020	2160	72	2893	6656		
TOTAL	13021	215	33089	37362		

4.4.5.9. Instrumentos de gestão de documentos (código de classificação, tabela de temporalidade e listagem de eliminação) que se encontram em andamento

Dependendo da criação e agora avaliação da Comissão de Avaliação de Documentos e da Tabela de Temporalidade criada para o ITI.

4.4.5.10. Existência do Código de Classificação e Tabela de Temporalidade da atividade-fim

Ainda inexistente, aguardando a Comissão de Avaliação de Documentos em seus trabalhos. Até o ano de 2018, o protocolo do instituto foi coordenado pela CPL (hoje COLIC). Atualmente, coordenado pela DILOG que deu prosseguimento aos trabalhos de digitalizações e certificação de processos passados do Físico para o Digital dos processos a partir de 2014. Somente por solicitação via e-mail, quanto ao "Apensamento" é elaborado, da área demandante ao chefe da DILOG, que a partir da análise, é quem faz ao PROTOCOLO a solicitação do mesmo, não cabendo ao Protocolo fazer aleatoriamente. Um processo pode indevidamente ser "aberto ou criado" com títulos diferentes tendo o teor do mesmo assunto, mediante solicitação de uma área demandante, e, isto não cabe ao Protocolo responsabilidade, já que cada área pode ou deve requerer. Hoje com a facilidade do advento pelo SEI—Sistema Eletrônico de Informações, qualquer pessoa pode em sua área "Abrir ou Criar" processo".

Conforme orientado ao Protocolo desde outubro de 2019, para qualquer abertura de processo, deveria ser solicitado via ofício(externo), e, internamente por e-mail, jusficando sua abertura ou criação e titularizando-os o mesmo. Desde então assim é o procedimento. Anteriormente a criação ou abertura de um processo era atribuição do



Protocolo mediante ofício e memorando por solicitação da coordenação de áreas e esta era uma orientação da coordenadora anterior e sua representante no Protocolo.

4.4.5.11. Desfazimento de Ativos

No ano de 2020 não houve desfazimento de ativos no Instituto.

4.4.5.12. Fiscalização técnica e principais custos com serviços

Atualmente a Divisão de Recursos Logísticos fiscaliza todos os contratos abaixo relacionados (Fiscalização Técnica). O acompanhamento Técnico tem o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados, aferindo a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços verificando se estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado.

Tabela 45 – Custos com Serviços

Empresa	Processo nº	Custo
Multserv (Vigilância)	20185/2018-88	R\$1.259.721,56 (um milhão, duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e vinte e um reais e cinquenta e seis centavos)
Real JG (Limpeza)	217/2017-28	R\$150.192,69 (cento e cinquenta mil, cento e noventa e dois reais e sessenta e nove centavos)
CEB (Energia elétrica)	213/2017/40	R\$201.368,00 (duzentos e um mil, trezentos e sessenta e oito reais)
CAESB (Água)	113/2017-13	R\$20.033,38 (Vinte mil, trinta e três reais e trinta e oito centavos)
CORREIOS	220/2018-42	R\$870,67 (Oitocentos e setenta reais e sessenta e sete centavos)
OVER ELEVADORES	236/2017-54	R\$4.491,06 (Quatro mil, quatrocentos e noventa e um reais e seis centavos)
BRAVO (Ar Condicionado)	14109/2018-33	R\$37.440,29 (Trinta e sete mil, quatrocentos e quarenta reais e vinte e nove centavos)
RCO (Ar Condicionado)	034/2020-28	R\$18.731,82 (Dezoito mil, setecentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos)
NAZA (Aluguel Prédio)	296/2017-77	R\$1.405.307,63 (Um milhão, quatrocentos e cinco mil, trezentos e sete reais e sessenta e três centavos)
Seguro Predial	1584/2020-64	R\$5.350,00 (Cinco mil, trezentos e cinquenta reais)
Táxi GOV	5358/2019-19	Custo R\$3.335,42 (Três mil, trezentos e trinta e cinco reais e quarenta e dois centavos)
Aluguel Espaço Físico no palácio do Planalto - PR - Sala Cofre	013399/2018-06	Custo R\$57.814,45 (cinquenta e sete mil, oitocentos e catorze reais e quarenta e cinco centavos)
Terceirização Administrativos		
Lima e Silva - ADM I	2079/2019-01	R\$508.712,10 (Quinhentos e oito mil, setecentos e doze reais e dez centavos)
Lima e Silva - ADM II	2748/2019-37	R\$1.627.612,64 (Um milhão, seiscentos e vinte e sete mil, seiscentos e doze reais e sessenta e quatro centavos)
Atenas Terceirização - ADM III	2238/2019-60	R\$2.087.814,89(Dois milhões, oitenta e sete mil, oitocentos e catorze reais e oitenta e nove centavos)
Lima e Silva – Recepção	6814/2018-67	R\$65.707,89 (sessenta e cinco mil, setecentos e sete reais e oitenta e nove centavos)
JDR Serviços – Recepção	117/2020-17	R\$54.816,75 (cinquenta e quatro mil, oitocentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos)



4.4.5.13. Principais Desafios e Ações Futuras

Desafios:

- o Aperfeiçoar o controle de patrimônio e materiais de consumo;
- Qualificação de servidores.

Ações Futuras

- O Solicitar a requisição de mais servidores.
- Adquirir aparelhamentos modernos para o controle do patrimônio, aperfeiçoar com treinamentos os servidores para controle de patrimônio e materiais de consumo.
- o Contratação de cursos para aperfeiçoamento dos servidores.
- o Aprimorar a Sustentabilidade Ambiental.

4.4.6. Gestão de Tecnologia da Informação

4.4.6.1. Conformidade legal

A Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicações – COTIC foi institucionalizada pela Portaria 20/2018, de 28 de fevereiro de 2018, que aprova o Regimento Interno do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI.

4.4.6.2. Quantitativo de pessoas da COTIC

A Coordenação de Tecnologia da Informação e Comunicações atualmente conta com 18 (dezoito) colaboradores, entre eles:

- 1 (um) Coordenador de Tecnologia da Informação e Comunicações;
- 3 (três) Analistas em Tecnologia da Informação ATI;
- 1 (um) Engenheiro (Eletricista / Eletrônico);
- 1 (um) Analista de Tecnologia requisitado;
- 4 (quatro) terceirizados na equipe de Administração de Redes;
- 3 (três) terceirizados na equipe de Atendimento ao Usuário;
- 4 (quatro) estagiários, um na área administrativa e o outro na área de TI;
- 1 (um) terceirizado atuando como auxiliar administrativo;



4.4.6.3. Modelo de Governança de TI

O Instituto dispõe de um Comitê de Governança, Riscos, Controle e Governança Digital – CGRD-GD, criado em junho de 2017 que, em substituição ao antigo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI – é responsável por deliberar sobre as demandas de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC – apresentadas pelas diversas áreas, assim como elaborar e aprovar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTIC. O Comitê é composto por 3 (três) integrantes, a saber:

- a) Diretor-Presidente do ITI;
- b) Diretor de Infraestrutura de Chaves Públicas; e
- c) Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normatização.

4.4.6.4. Montante de recursos aplicados em TI

No decorrer do ano de 2020, o montante de recursos aplicados em Tecnologia da Informação pelo Instituto foi de R\$5.893.387,20 (cinco milhões, oitocentos e noventa e três mil, trezentos e oitenta e sete reais e vinte centavos) somando-se os recursos aplicados em Custeio e Investimento conforme pode-se observar nas tabelas abaixo:

Tabela 46 - Custeio

Empresa / Serviço	Valor Contratado
TECNOSET OUTSOURCING DE IMPRESSÃO c-04/2018	R\$ 29.035,59
SANTOS & CIA LTDA-ME c-09/2019	R\$ 225.000,00
TELEFONIA CELULAR TIM MÓVEL c-09/2017	R\$ 16.452,12
TELEFONIA CLARO c-15/2018	R\$ 2.065,09
MESOTEC IMFORMÁTICA - c-08/2017	R\$ 524.361,48
SERPRO-INFOVIA – c-02/2018	R\$ 467.482,32
COMPWIRE Manutenção Storage – Serviços de TI – c-07/2015	R\$ 83.567,16
ARCADE - REMANEJAMENTO DE PONTOS LOGICOS c-07/2018	R\$ 295.400,00
UNITECH RIO - Manutenção de suporte técnico para as unid. robóticas de backup da AC Raiz – c- 12/2017	R\$ 183.000,00
EVO SDK –E-SEC Tecnologia em Segurança de Dados – c-06/2015	R\$ 19.583,64
QLICK SENSE C-18/2017	R\$ 81.680,00
Fitas de Backup LTO 5 (00100.002472/2020-21)	R\$ 13.788,00
TOTAL CUSTEIO	R\$ 1.941.415,40



Tabela 47 - Investimento

Empresa / Serviço	Valor Contratado
Switches Fibre Chanel (00100.002521/2020-25)	R\$ 2.146.880,00
Firewall (00100.001416/2020-79)	R\$ 1.290.100,00
Antivírus TrendMicro (00100.002215/2020-99)	R\$ 435.100,00
Software de Vídeo Conferência (00100.000256/2020-41)	R\$ 13.500,00
Software de Escritório (MS OFFICE)	R\$ 79.891,80
TOTAL INVESTIMENTO	R\$3.951.971,80

Importante salientar que no ano de 2020 não houve recurso aplicado em treinamento à equipe de TI.

4.4.6.5. Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeira de valor

I. Principais Sistemas de Informação

Os principais sistemas computacionais que atendem aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos do ITI estão relacionados abaixo e possuem criticidade alta, sendo monitorados no modelo 24x7 com acordo de nível mínimo de serviço de 99% de disponibilidade (mensal).

Tabela 48 – Principais Sistemas de Informação

Nome do Sistema	Objetivos e Principais Funcionalidades	Responsável Técnico	Responsável da Área de Negócio
ANTIFRAUDE (SAF)	Comunicação e detecção de tentativas e ocorrências de fraudes entre as entidades pertencentes a ICP- Brasil	COTIC	CGAFI
CADASTRO	Mantém informações cadastrais das entidades participantes da ICP-Brasil	COTIC	CGAFI
FISCALIZAÇÃO	Possibilita o gerenciamento dos trabalhos de fiscalização nas entidades integrantes da ICP-Brasil	COTIC	CGAFI
AUDITORIA	Contém informações de controles de auditoria realizadas pelo ITI, empresas de auditoria independentes e auditorias internas da ICP-Brasil	COTIC	CGAFI
MPARA BRASIL DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL	Sistema de mapeamento e divulgação dos postos de atendimento para emissão de certificado digital em uma determinada região ou em todo o Brasil	COTIC	CGAFI
SEI	Sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos	COTIC	CGPOA
PORTAL INSTITUCIONAL	Portal que disponibiliza informações do ITI e da Infraestrutura de Chaves Públicas brasileira – ICP – Brasil, bem como normas e regulamentações sobrea a certificação digital.	COTIC	CGPOA
INTRANET	Canal de interação entre o ITI e seus funcionários com a disponibilização de notícias e serviços	COTIC	CGPOA



II. Projetos

- i. Atualização do parque tecnológico do ITI
 - a. Aquisição de switches Fibre Chanel
 - b. Aquisição de Software de Vídeo Conferência
 - c. Aquisição de Software de Antivírus
 - d. Aquisição de Firewall
 - e. Aquisição de Fitas de Backup LTO
 - f. Aquisição de Software de Escritório Office
- ii. Nova contratação de suporte ao usuário final

III. Resultados

- i. Resultados do projeto "Atualização do parque tecnológico do ITI":
 - Evolução da infraestrutura de armazenamento, conectividade e do parque de ativos.
 - Melhorar as soluções de tecnologia da informação e comunicação mantendo-as compatíveis com as demandas institucionais.
 - Promover gestão organizacional que favoreça a integração e a inovação Tecnológica.
 - Modernização de infraestrutura de rede de dados do ITI.
 - Aprimorar as ferramentas de comunicação institucionais.
 - Fornecer ferramentas e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação adequadas para as necessidades de negócio do ITI.
 - Expansão de capacidade de armazenamento de dados.
 - Aprimorar serviços e governança de TIC.
 - Promover integração de bases de dados e sistemas.
 - Aperfeiçoar os processos de gestão da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil.
 - Otimizar a gestão dos recursos de TIC do ITI.
- ii. Resultados do projeto "Nova contratação de suporte ao usuário final":
 - Novo contrato suporte ao usuário final.



- Realizar a contratação de serviços por resultado, efetuando o pagamento com base nos resultados alcançados e verificados por meio dos níveis mínimos de serviço.
- Realizar melhorias identificadas ao longo do período de prestação do serviço.
- Garantir a adequada gestão e controle dos serviços administrados pela CODIS,
 provendo suporte especial às áreas estratégicas do ITI.
- Garantir que os serviços sejam prestados com agilidade por equipe especializada e dedicada exclusivamente à administração do ambiente de infraestrutura da Autarquia.
- Ofertar um serviço profissional de TI visando a constante busca pela melhoria na qualidade dos serviços prestados ao Órgão.
- Usar e incorporar melhores práticas de mercado na área de infraestrutura.
- Reduzir os ricos de interrupção dos serviços de TI.

4.4.6.6. Segurança da Informação

i. CGRC-GD

O CGRC-GD do ITI, instituído por meio da publicação da Portaria nº 16, de 9 de fevereiro de 2018, de caráter estratégico e deliberativo, é composto por representantes das unidades organizacionais e tem por finalidade deliberar sobre políticas, diretrizes e planos relativos à TIC e à Governança Digital.

ii. POSIC

Em 2018 iniciou-se a revisão da Política de Segurança da Informação (POSIC) para instituição do Comitê de Segurança da Informação, em atendimento ao Decreto nº 9.637 (SEI 0294521), instituindo a nova Política Nacional de Segurança da Informação e dispondo sobre a governança da segurança da informação para a Administração Pública Federal — APF. Em 2019, ocorreu o processo de consolidação de uma minuta de atualização da portaria em tela ainda pendente de aprovação final e publicação.



iii. Principais desafios e ações futuras

- I. Aprimoramento do Parque tecnológico do ITI: Esta Coordenação planeja continuar expandido as contratações de ativos de infraestrutura visando o aprimoramento do parque tecnológico do ITI. Para isto, há a previsão de algumas aquisições, tais como:
 - ✓ Aquisição de software de escritório Microsoft Office;
 - ✓ Ambiente de desenvolvimento de software, com a contratação de duas fábricas:
 de Software e de Métricas de Desenvolvimento;
 - ✓ Instruir SAN/fitoteca
 - ✓ Novo contrato de Suporte a Infra
 - ✓ Aquisição de Cloud
 - ✓ Aquisição de Telefonia (voip)
 - ✓ Novo contrato de Infovia Serpro
- II. Atualização de normativos do órgão, tais como:
 - ✓ a Política de segurança da Informação POSIC

4.4.6.7. Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O Instituto desenvolveu um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC – 2020-2022, que norteia todas as decisões relativas a Tecnologia da Informação, disponível no sítio <u>Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação</u> – PDTIC — Português (Brasil) (www.gov.br).

O PDTIC é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, permitindo o direcionamento das ações e projetos de TIC de todas as unidades organizacionais do ITI, a fim de garantir eficiência e eficácia na gestão de TIC.



4.4.6.8. Descrição dos processos de gerenciamento de serviços de TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado

Tabela 49 – Processos de Gerenciamento de Serviços Implementados

Serviços	Processos	Descrição
Suporte e Atendimento ao usuário de TIC	Gerenciamento de Incidente,	A área recebe a comunicação dos incidentes de TI pela ferramenta de gerenciamento de Chamados – OTRS e realiza o tratamento dos incidentes de TI. O monitoramento dos Níveis Mínimos de Serviço estabelecidos contratualmente entre o ITI e a
Infraestrutura de TIC	Gerenciamento Nível de Serviço e Gerenciamento de problema	empresa contratada para prestação dos serviços de suporte e atendimento aos usuários de TI também é realizado por meio da ferramenta. Para registro de problemas conhecidos e sua resolução definitiva utiliza-se o Redmine.

4.4.6.9. Proteção de Dados Pessoais

Em 2020, a fim de atender a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito do ITI, objeto da Lei nº 13.709/2018, foi criada uma Comissão interna, por meio da Portaria nº 08, de 07 de fevereiro 2020, atualizada pela Portaria nº 040, de 10 de setembro de 2020 para:

- (i) Analisar a Lei e verificar sua aplicação no âmbito do ITI;
- (ii) Estabelecer modelagem para implantação da governança de dados no ITI;
- (iii) Coordenar junto aos departamento/áreas do ITI, o mapeamento dos dados e riscos associados; e
- (iv) Apontar demais iniciativas para implementação da LGPD.

Resultados iniciais:

Em 17 de dezembro de 2020, o Diretor-Presidente do ITI, por meio da Portaria nº 058, designou o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais do ITI para o exercício das seguintes atribuições:



- aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
- receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e adotar providências;
- (iii) orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais;
- (iv) executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

Foi criada uma área na página do ITI, destinada à Proteção de Dados Pessoais: https://www.gov.br/iti/pt-br/acesso-a-informacao/encarregado-pelo-tratamento-de-dados-pessoais.

4.4.7. Sustentabilidade Ambiental

As contratações realizadas pelo ITI/PR, segue as recomendações da AGU - Advocacia Geral da União, com descrição nos seus Termos de Referência ou Projetos Básicos dos requisitos ambientais e sustentabilidade.

Adoção de Critérios de Sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços ou obras, quanto aos aspectos a gestão ambiental na Autarquia, no ano de 2020, não houve separação dos resíduos recicláveis destacados, nem destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006. Como todos sabem foi um ano atípico devido a Pandemia do Coronavírus, e os servidores e colaboradores estavam trabalhando em Home Office.

Desde de novembro de 2019, não houve aquisição de copos descartáveis, os servidores e colaboradores usam seus próprios utensílios trazidos de casa.

Houve o consumo em 2020 de 102 resmas de papel, no ano de 2019 foram 335, trazendo assim uma economia de papel de 233 resmas. Essa diminuição se deu pelo fato de os processos serem digitais, e também por conta da Pandemia do Coronavírus.

Ações para redução do consumo de recursos naturais Energia elétrica - CEB, entre 2019 e 2020, houve uma economia em 2020 de: R\$ 103.290,53 (Cento e três mil, duzentos e três reais e cinquenta e três centavos).



Tabela 50 – Demanda de Energia Elétrica 2019 e 2020

Meses	Consumo	Valor R\$
18/12/2019	27360	20.752,73
18/01/20	27627	21.461,70
18/02/20	28160	20.308,57
18/03/20	24960	17.816,00
18/04/20	26880	19.035,25
18/05/20	20320	14.631,06
18/06/20	18080	13.114,80
18/07/20	19840	14.224,48
18/08/20	20480	14.623,91
18/09/20	21280	15.145,25
18/10/20	26400	18.530,90
18/11/20	22240	16.676,65
18/12/20	21280	15.799,43

Os servidores e colaboradores são orientados ao saírem da sala, apagar as luzes, ao saírem do banheiro também, além de desligarem o ar condicionado quando não há ninguém na sala.

Os vigilantes após o horário de expedientes são orientados a verificarem todas as salas se tem ar condicionado ligado ou luzes acessas.



5. INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI cumpriu regularmente todas as obrigações orçamentárias, financeiras e contábeis assumidas no exercício de 2020.

Apesar da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), que exigiu trabalho remoto para parte do efetivo e medidas adicionais de proteção para o enfrentamento dessa emergência de saúde pública, a maioria dos investimentos previstos no exercício foram cumpridos, o que permitiu a renovação de grande parte do parque tecnológico da ICP – Brasil e a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de sistemas essenciais ao funcionamento do sistema nacional de certificação digital.

As demandas para a Infraestrutura de Chaves Públicas que ficaram pendentes devem ser atendidas no decorrer do próximo exercício.

5.1. Informações do Setor de Contabilidade – SECON

O Serviço de contabilidade – SECON, tem suas principais atribuições instituídas no Regimento Interno do ITI, publicado na Portaria n.º 20, de 28 de fevereiro de 2018, sendo a gestão e execução das atividades e demonstrações contábeis, o principal macroprocesso, seguindo exclusivamente, as orientações definidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal, com amparado na Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000.

As principais informações acerca do setor contábil podem ser observadas conforme tabela abaixo:



Tabela 51 – Serviço de Contabilidade - SECON

Estrutura	Serviço de Contabilidade - SECON subordinado a Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e
	Administração - CGPOA
Composição	Serviço de Contabilidade - SECON
Competências	Gestão e execução das atividades de contabilidade e elaboração das Demonstrações Contábeis
Responsabilidades	-Orientação e supervisão dos registros contábeis dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e
	patrimonial;
	-Elaboração da Prestação de Contas Anual, em articulação com as demais áreas;
	-Elaboração da Tomada de Contas Extraordinárias e Especiais;
	-Execução da Conformidade de Registro de Gestão;
	-Execução da Conformidade Contábil;
	-Elaboração e análise das Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas Trimestrais e Anual;
	-Prestação de esclarecimentos, quando necessário, aos órgãos externos, fiscalizadores e de auditoria
	interna; e
	- Gestão do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP.
Nome, Cargo e Período de	José Dornelas Batista – Contador – desde julho/2006
Atuação	Michele de Souza Teixeira – Contador Substituto – desde junho/2019

5.2. Normas legais e Técnicas adotadas nas atividades Orçamentárias Financeiras e Contábeis

O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI está inserido no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI e segue os princípios, normas e leis vigentes no Brasil.

Dentre as principais normas adotadas, destaca-se o tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do Patrimônio e a avaliação e mensuração de ativos e passivos.

No Balanço Patrimonial do ITI, a Conta Contábil 1.2.3.8.1.01.00 – Depreciação Acumulada – Bens Móveis, no valor de R\$ 11.312.135,97, é resultante das depreciações ocorridas ao longo dos exercícios anteriores, até o presente exercício, pelo desgaste ou perda de utilidade pelo uso dos bens patrimoniais do Órgão.

O ITI adota os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10 no que tange aos critérios contábeis de depreciação de itens do patrimônio, avaliação e mensuração de ativos e passivos, conforme Macrofunção 020330,



da Secretaria do Tesouro Nacional, que trata da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Em relação a reavaliação patrimonial, foi instituída metodologia para ajuste da avaliação patrimonial em 2019, por comissão instituída pela Portaria nº 46, de 19 de julho de 2019. A efetivação dos ajustes patrimoniais decorrentes da reavaliação, que seria desenvolvido em 2020, deverá ser efetuada no decorrer do exercício de 2021, cujos trabalhos foram prejudicados devido ao momento crítico da pandemia.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica dos bens teve como parâmetro a tabela descrita na Macrofunção 020330.

As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação, no que se refere ao percentual aplicado ao valor residual dos bens do Órgão, foi aplicada uniformemente, utilizando-se as taxas descritas na Macrofunção 020330, com observância ao percentual aplicado ao valor residual dos bens do Órgão.

As Demonstrações Contábeis completas do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI está publicada na página do ITI para consulta. https://www.gov.br/iti/pt-br/assuntos/demonstracoes-financeiras.

5.3. Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis e as notas explicativas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os dispositivos constantes da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964, e suas alterações, observando ainda, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, as macrofunções da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, e obedecendo ao plano de contas da União - PCASP, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Sendo assim, o presente documento tem como objetivo dar transparência referente as informações contábeis, patrimoniais, orçamentarias, econômicas e financeiras do ITI aos diversos usuários.

Serão abordadas as seguintes Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas:



- Balanço Orçamentário
- Balanço Patrimonial
- Balanço Financeiro
- Demonstração das Variações Patrimoniais
- Demonstração de Fluxo de Caixa

5.3.1. Balanço Orçamentário – BO

Figura 13 – Resumo do BO RESUMO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

	RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	% EXEC.
Receitas Correntes	1120211110		324.321,00	324.321,00	2.000.100,00	1.675.779,00	
Receitas Tributárias				-	-		0%
Receita Patrimonial				-		-	0%
Receitas de Serviços			324.321,00	324.321,00	2.000.100,00	1.675.779,00	617%
Outras Receitas Correntes			-	-	-	_	0%
Receitas de Capital			6.691.185,00	6.691.185,00		(6.691.185,00)	0%
Operações de Crédito			6.691.185,00	6.691.185,00		(6.691.185,00)	0%
Alienação de Bens			-	-			0%
Subtotal de Receitas			7.015.506,00	7.015.506,00	2.000.100,00	(5.015.406,00)	174%
Déficit			-	-	33.274.562,20	33.274.562,20	
TOTAL			7.015.506,00	7.015.506,00	35.274.662,20	28.259.156,20	
DESPESA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO	% EXEC.
Despesas Correntes	31.347.291,00	26.775.117,00	23.946.276,95	20.461.947,81	20.079.851,59	2.828.840,05	89%
Pessoal e Encargos Sociais	6.322.357,00	9.115.121,00	8.914.121,04	8.008.014,16	7.664.624,13	200.999,96	98%
Outras Despesas Correntes	25.024.934,00	17.659.996,00	15.032.155,91	12.453.933,65	12.415.227,46	2.627.840,09	85%
Despesas de Capital	11.651.140,00	18.471.252,00	11.328.385,25	430.796,00	430.796,00	7.142.866,75	61%
Investimentos	11.651.140,00	18.471.252,00	11.328.385,25	430.796,00	430.796,00	7.142.866,75	61%
Inversões Financeira	-	-	-	-	-	-	0%
Reserva de Contingência	-	-	-	-	-	-	0%
Subtotal das Despesas	42.998.431,00	45.246.369,00	35.274.662,20	20.892.743,81	20.510.647,59	9.971.706,80	78%
Superávit	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	42.998.431.00	45.246.369.00	35.274.662,20	20.892.743.81	20.510.647.59	9.971,706.80	

Receitas

No âmbito do ITI, a previsão de receita total para o exercício de 2020 foi de R\$ 7.015.506,00 com realização no montante de R\$ 2.000.100,00.

As Receitas de Serviços, advindas das tarifas cobradas das autoridades certificadoras pelos serviços de certificação digital, encerrou o exercício no montante de R\$ 2.000.100,00, com excesso de arrecadação de R\$ 1.675.779,00 superando em 617% a previsão de receitas para o exercício findo.

Foi previsto no período o montante de R\$ 6.691.185,00 advindo de operações de crédito que não se realizaram dentro do exercício.



Despesas

Em relação as despesas, o montante total previsto para o exercício de 2020 foi de R\$ 45.246.369,00. O total de despesas empenhadas no período foi de R\$ 35.274.662,20, sendo 68% referente as Despesas Correntes e 32% as Despesas de Capital.

Do montante de R\$ 23.946.276,95 das Despesas Correntes empenhadas, 37% corresponde as despesas com Pessoal e Encargos Sociais e 63% com Outras Despesas Correntes, que são utilizadas para cobrir os gastos com as atividades meio e fim do Instituto. Desse total, foi pago o montante de R\$ 20.079.851,59 correspondendo a 98% de execução orçamentária.

Em relação as Despesas de Capital, o total empenhado foi de R\$ 11.328.385,25 com o pagamento de R\$ 430.796,00 até o período. Trata-se de investimentos na gestão do Sistema Nacional de Certificação Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas ICP - Brasil e nas tecnologias de segurança da informação e identificação digital.



Gráfico 8 – Execução das Despesas - BO

Com isso, o instituto encerrou o exercício com execução de 78% dos recursos previsto para o período.



5.3.2. Balanço Patrimonial

Figura 14 – Resumo do Balanço Patrimonial

							(Em R\$)
ATIVO	2020	2019	Var. %	PASSIVO	2020	2019	Var. %
Ativo Circulante	3.009.440,41	2.971.831,67	1%	Passivo Circulante	3.115.790,17	1.935.986,41	61%
Caixa e Equivalente de Caixa	2.917.729,72	2.866.180,20	2%	Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pagar	834.622,29	606.868,43	38%
Créditos a Curto Prazo	-	-	0%	Fornecedores e Contas a Pagar	-	-	0%
Estoques	91.710,69	105.651,47	-13%	Demais Obrigações a Curto Prazo	2.281.167,88	1.329.117,98	72%
Ativo Não Circulante	13.501.807,66	11.983.911,45	13%	Passivo Não Circulante	-	-	0%
Investimentos	-	-	0%	Obrigações Trabalh., Previd. E Assist. a Pagar	-	-	0%
Imobilizado	12.442.737,19	10.924.840,98	14%	Provisões de Longo Prazo	-	-	0%
Intangível	1.059.070,47	1.059.070,47	0%	Resultado Diferido	-	-	0%
				Patrimônio Líquido	13.395.457,90	13.019.756,71	3%
				Capital Social	-	-	0%
				Resultados Acumulados	13.395.457,90	13.019.756,71	3%
TOTAL DO ATIVO	16.511.248,07	14.955.743,12	10%	TOTAL DO PASSIVO	16.511.248,07	14.955.743,12	10%

Estoques

O estoque do Instituto está representado pelo material de consumo constante no almoxarifado. Houve redução do saldo de 13% em relação ao ano anterior, encerrando o exercício com o saldo de R\$ 91.710,69. Não houve necessidade de aquisições para reposição de estoque no período devido a pandemia mundial do COVID-19, com redução de consumo de material devido ao trabalho remoto.

Imobilizado e Intangível

O grupo Imobilizado obteve um acréscimo de 14%, em relação ao exercício de 2019, decorrente de aquisições de bens móveis, principalmente, para o reaparelhamento tecnológico do Instituto.

O montante de R\$ 12.442.737,19, constante no Grupo Imobilizado, é composto pelos valores líquidos, das contas de Bens Móveis e Benfeitorias em Propriedade de Terceiros, após a dedução das respectivas depreciações e amortizações. Com isso, o grupo de Bens Móveis encerrou o trimestre com saldo de R\$ 21.167.118,21, valor este, que sofreu uma depreciação acumulada na ordem de R\$ 11.312.135,97, ao longo da vida útil. Para a realização de depreciação dos bens móveis, foram utilizados os critérios descritos na Macrofunção 020330, tais como a metodologia *para estimar a vida útil econômica*



dos bens, taxas aplicadas para os cálculos da depreciação, e percentual praticado ao valor residual dos bens.

O Instituto não possui imóveis registrados de sua propriedade. O valor de R\$ 3.450.340,00, contabilizada na conta 1.2.3.2.1.08.00 – Benfeitorias em propriedade de terceiros, refere-se a despesas para a montagem da sala-cofre do ITI, instalada em espaço físico do Anexo III, Ala A, piso inferior, da Presidência da República. A amortização desse montante passou a ser registrado no exercício de 2019 e consta um saldo atualizado de R\$ 862.585,05.

Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar

O saldo final de 2020 foi de R\$ 834.622,29, 38% acima do montante registrado em 2019. Aumento devido a readequação de efetivo ao longo do ano, com ônus para o instituto, devido as mudanças na gestão institucional, no exercício de 2020.

Cabe ressaltar que o Instituto não dispõe de quadro próprio de servidores, a força de trabalho advém de funcionários e servidores públicos requisitados de outros órgãos, nomeados sem vínculo e pessoal terceirizado.

Demais Obrigações a Curto Prazo

O grupo encerrou o exercício com saldo de R\$ 2.281.167,88, 72% acima do montante registrado em 2019 de R\$ 1.329.117,98.

Figura 15 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Demais Obrigações a Curto Prazo	2020	2019	Var. %
Consignações	3.317,88	3.134,66	5,8%
Transferências Financeiras a Comprovar	2.277.850,00	1.325.983,32	71,8%
Total	2.281.167,88	1.329.117,98	71,6%

O acréscimo ocorreu, principalmente, em virtude de saldo na conta 2.1.8.9.2.06.00 – Transferências Financeiras a Comprovar referente ao recebimento de recursos para aquisição e fornecimento de módulo de segurança criptográfico para o TSE.



5.3.3. Balanço Financeiro

Figura 16 – Resumo do Balanço Financeiro RESUMO BALANÇO FINANCEIRO

							(Em R\$)
DESCRIÇÃO	2020	2019	Var. %	DESCRIÇÃO	2020	2019	Var. %
Receitas Orçamentárias	2.000.100,00	434.161,68	361%	Despesas Orçamentárias	35.274.662,20	27.662.083,54	28%
Ordinárias	-	-		Ordinárias	26.451.958,46	27.412.083,54	-4%
Vinculadas	2.000.100,00	534.161,68	274%	Vinculadas	8.822.703,74	250.000,00	3429%
Previdência Social	-	-	0%	Seguridade Social (Exceto Previdência)	96.316,00	-	n.m.
Outros Rec. Fundos, Órgãos e Programas	2.000.100,00	534.161,68	274%	Divída Pública	8.404.947,74	-	n.m.
Recursos a Classificar	-	-	0%	Outros Rec. Fundos, Órgãos e Programas	321.440,00	250.000,00	29%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	(100.000,00)	-100%				
Transferências Financeiras Recebidas	32.309.810,00	25.947.456,51	25%	Transferências Financeiras Concedidas	5.787.470,05	2.318.524,95	150%
Resultantes da Execução Orçamentária	26.229.739,32	23.575.587,11	11%	Resultantes da Execução Orçamentária	5.612.470,05	2.318.164,62	142%
Independentes da Execução Orçamentária	6.080.070,68	2.371.869,40	156%	Independentes da Execução Orçamentária	175.000,00	360,33	48467%
Recebimentos Extraorcamentários	14.793.259.38	8.848.668.20	67%	Pagamentos Extraorçamentários	7.989.487.61	4.281.941.19	87%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	382.096,22	426.132.60	-10%	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	426.132.60	414.405.10	0%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	14.381.918.39	8.092.290.14	78%	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	7.534.110.24	3.537.650.96	113%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	29.244.77	329.885.13	-91%	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	29,244,77	329.885,13	-91%
Outros Recebimentos Extraorcamentários		360.33	n.m.	Outros Pagamentos Extraorçamentários		-	0%
Saldo do Exercício Anterior	2.866.180.20	1.898.443.49	51%	Saldo do Exercício Seguinte	2.917.729.72	2.866.180.20	2%
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.866.180.20	1.898.443.49	51%	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.917.729.72	2.866.180.20	2%
TOTAL	51.969.349,58	37.128.729,88	40%	TOTAL	51.969.349,58	37.128.729,88	40%

Demonstra as receitas e despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie (disponível) provenientes do exercício anterior, e os que são transferidos para o exercício seguinte. O balanço evidencia o somatório das operações realizadas durante o exercício.

Receitas Orçamentárias

As receitas orçamentárias apresentaram um aumento 361% em relação ao mesmo período anterior, em função de aumento de arrecadação no exercício, encerrando o exercício com saldo de R\$ 2.000.100,00

Transferências Financeiras Recebidas

O montante das transferências recebidas em 2020 foi de R\$ 32.309.810,00 que representa os repasses recebidos do órgão superior, a Presidência da República. Desse montante, o valor de R\$ 26.229.739,32 foi destinado ao pagamento de despesas e investimentos custeados com o orçamento de 2020, além das Transferências Recebidas para pagamento de Restos a Pagar, no valor de R\$ 6.080.070,68



Recebimentos Extraorçamentários

No grupo de Recebimentos Extra Orçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento de 2020. O Art. 103, da Lei 4.320/64, dispõe que "Os restos a pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária", pois, "pertencem ao exercício financeiro as despesas nele legalmente empenhada".

A Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados teve um aumento de 78% em relação ao mesmo período de 2019, encerrando o exercício com o montante de R\$ 14.381.918,39.

Transferências Financeiras Concedidas

O grupo apresentou resultado de R\$ 5.787.470,05 com aumento de 150% em relação ao exercício anterior.

Trata-se da descentralização orçamentária – TED com objetivo da continuidade de parcerias, principalmente com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e a Fundação Universidade de Brasília – FUB, além de acordos com a Presidência da República na utilização do TáxiGov e despesas na sala cofre situada no citado órgão.

Pagamentos Extraorçamentários

O grupo apresentou um aumento de 87% em relação ao exercício anterior, encerrando o exercício com montante de R\$ 7.989.487,61.

Em relação aos dispêndios referentes ao pagamento de Restos a Pagar Não Processados o montante final foi de R\$ 7.534.110,24, ou seja, um aumento de 113% considerando o mesmo período do ano de 2019. Tais dispêndios foram liquidadas obedecendo a programação financeira estabelecida pela Presidência da República.

Saldo para o Exercício Seguinte

O Resultado Financeiro do Exercício foi superavitário no período em R\$ 2.917.729,72, o que corresponde ao saldo do Caixa e Equivalência de Caixa do Balanço



Patrimonial, sendo esse saldo transferido para o Balanço Financeiro do exercício seguinte. O saldo do exercício anterior foi R\$ 2.866.180,20 o que demonstra que os ingressos superaram os dispêndios em R\$ 51.549,52.

5.3.4. Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP

Figura 17 – Resumo Demonstração das Variações Patrimoniais

DESCRIÇÃO	2020	2019	Var. %
Variações Patrimoniais Aumentativas	34.367.030,26	26.517.114,96	30%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.000.100,00	404.158,52	395%
Transferências e Delegações Recebidas	32.366.251,84	25.958.207,91	25%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	678,42	124.385,04	-99%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	30.363,49	n.m.
Variações Patrimoniais Diminutivas	33.991.329,07	25.329.347,14	34%
Pessoal e Encargos	9.226.999,67	8.399.701,23	10%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	215.456,76	-	n.m.
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	15.547.997,08	13.152.720,86	18%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	13,50	10,28	31%
Transferências e Delegações Concedidas	7.797.870,01	2.318.524,95	236%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.006.800,98	1.328.212,80	-24%
Tributárias	59.381,37	58.203,03	2%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	136.809,70	71.973,99	90%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	375.701,19	1.187.767,82	-68%

Exploração de Vendas de Bens, Serviços e Direitos

Representou 6% das Variações Patrimoniais Aumentativas no exercício de 2020. Em relação ao mesmo período de 2019, houve incremento de 395% advindo do aumento de arrecadação dos serviços de certificação digital.

Transferências e Delegações Recebidas

O citado grupo representou 94% das Variações Patrimoniais Aumentativas do período analisado. Efetuando comparação com o mesmo período do exercício de 2019, houve aumento de 25%, em função dos recursos recebidos para aquisição e fornecimento de módulo de segurança criptográfico para o TSE.



Pessoal e Encargos

O grupo de Pessoal e Encargos representou 27% das Variações Patrimoniais Diminutivas no exercício de 2020. Em relação ao mesmo período de 2019, houve aumento de apenas 10%, encerrando o período com o montante de R\$ 9.226.999,67, ante ao montante de R\$ 8.399.701,23, em função dos gastos da folha de pessoal com requisição de pessoal, com ônus para o instituto, para readequação do efetivo.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Com uma representação de 46% do montante das Variações Patrimoniais Diminutivas, o grupo apresentou um aumento de 18% em relação ao mesmo período de 2019, encerrando o ano com saldo de R\$ 15.547.997,08. Trata-se dos gastos em geral para a manutenção das atividades do Instituto.

Transferências e Delegações Concedidas

Nas Transferências e Delegações Concedidas houve aumento de 236% em relação ao mesmo período de 2019, encerrando o exercício com saldo de R\$ 7.797.870,01. Tratase de repasse de valores para a Presidência da República, Imprensa Nacional, Empresa Brasil de Comunicação – EBC, sala cofre de Santa Catarina, dentre outros, por serviços prestados.

A principal transferência no exercício de 2020, que justifica o aumento em relação ao exercício anterior, corresponde ao TED nº 02/2020, firmado entre o ITI e o Inmetro para aquisição e fornecimento de equipamentos para composição de escala de tempo.

Resultado Patrimonial do Período

O Resultado Patrimonial do Instituto no exercício de 2020 foi superavitário em R\$ 375.701,19, ante ao resultado em 2019 de R\$ 1.187.767,82. O quociente do resultado das variações patrimoniais, as Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA encontramse 1,11% maior que as Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD.



Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos

A queda de 24% em 2020, trata-se, em sua maior parte, da redução da incorporação de passivos, referente a transferência de recursos advindos do TSE, em sua maioria, para aquisição e fornecimento de módulos criptográficos ao citado órgão.

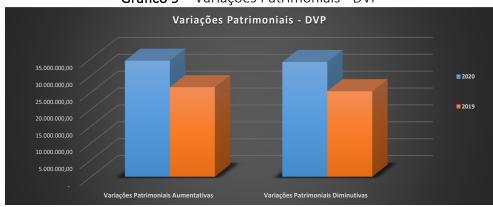


Gráfico 9 – Variações Patrimoniais - DVP

5.3.5. Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC

Figura 18 – Resumo Demonstração de Fluxo de Caixa

DESCRIÇÃO	2020	2019	Var. %
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.879.235,48	4.671.495,22	26%
INGRESSOS	34.339.154,77	26.711.863,65	299
Receltas Derivadas e Originárias	2.000.100,00	434.161,68	3619
Receita Tributária	0,00	0,00	09
Receita de Serviços	2.000.100,00	404.158,52	395%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	0,00	30.003,16	09
Outros Ingressos Operacionals	32.339.054,77	26.277.701,97	23%
Ingressos Orçamentários	29.244,77	329.885,13	-91%
Transferências Financeiras Recebidas	32.309.810,00	25.947.456,51	25%
Arre cadação de Outra Unidade	0,00	360,33	-100%
DESEMBOLSOS	(28.459.919,29)	(22.040.368,43)	29%
Pessoal e Demals Despesas	(22.286.389,43)	(18.853.709,02)	18%
Judiciário	(242.450,00)	0,00	0%
Administração	(22.043.939,43)	(18.853.709,02)	17%
Transferências Concedidas	(356.815,04)	(538.249,33)	-34%
Intergovernamentals	0,00	0,00	0%
In trago ve mamental s	(356.815,04)	(538.249,33)	-34%
Outros De sembolsos Operacionals	(5.816.714,82)	(2.648.410,08)	120%
Dispêndios Extraorçamentários	(29.244,77)	(329.885,13)	-91%
Transferências Financeiras Concedidas	(5.787.470,05)	(2.318.524,95)	150%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(5.827.685,96)	(3.703.758,51)	57%
INGRESSOS	0,00	0,00	0%
Alienação de Bens	0,00	0,00	0%
DESEMBOLSOS	(5.827.685,96)	(3.708.758,51)	57%
Aquisição de Ativo Não Circulante	(5.827.685,96)	(3.499.369,04)	67%
Outros De sembol sos de Investimentos	0,00	(204.389,47)	0%
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00	0%
INGRESSOS	0,00	0,00	0%
Operações de Crédito	0,00	0,00	0%
DESEMBOLSOS	0,00	0,00	0%
Amortização/Refinanciamento	0,00	0,00	0%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	51.549,52	967.736,71	-95%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.866.180,20	1.898.443,49	51%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	2.917.729,72	2.866.180,20	2%



A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa classificadas em fluxos operacional, de investimento e de financiamento.

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

Compreende a diferença entre as receitas relativas às atividades operacionais e transferências recebidas e as despesas relativas às atividades operacionais e transferências concedidas.

Em 2020, houve aumento no fluxo operacional de 26% em relação ao mesmo período de 2019, encerrando o exercício com o montante de R\$ 5.879.235,48. Houve aumento de 29% nos ingressos, que são compostos quase que inteiramente por receitas de serviços, advindas das tarifas cobradas das autoridades certificadoras pelos serviços de certificação digital.

Os desembolsos operacionais apresentaram um aumento de 29% em 2020. Os gastos com pessoal e os serviços administrativos totalizaram R\$ 22.286.389,43, com redução de 18% em relação ao mesmo período de 2019.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

Compreende a diferença entre os ingressos de caixa em função de alienação de bens, amortização de empréstimos e financiamentos e os desembolsos com aquisições de ativos não circulantes e concessão de empréstimos e financiamentos. No caso do ITI, tratam-se, que quase totalmente, de investimentos na aquisição de ativos para reaparelhamento tecnológico do Instituto.

Em 2020, houve aumento de 57% no fluxo de investimentos. Não houve ingressos de caixa neste fluxo. Os desembolsos com aquisição de Ativos Não Circulante tiveram uma variação positiva de 67%, chegando a R\$ 5.827.685,96 em 2020.

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

No exercício de 2020, houve geração de caixa positiva no montante de R\$ 51.549,52, porém, 95% inferior ao valor apurado em 2019. Com isso, o saldo final de caixa final de 2020 foi de R\$ 2.917.729,72.



6. ANEXOS

Anexo 1 – Balanço Orçamentário

10000		IO DA FAZENDA LO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO — 2020	PERIODO — Anual
TITULO		BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO -	PAGINA -
			03/02/2021	1
SUBTITULO		24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA		
			VALORES EN LI	NIDADES DE REAL
ORGAO SUP	ERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	VALORES EM U	MIDADES DE REAL

	RECEI	TA		
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	324.321,00	324.321,00	2.000.100,00	1.675.779,00
Receitas Tributárias	-	-	-	
Impostos	-	-	-	
Taxas		-		
Contribuições de Melhoria	-	-	-	
Receitas de Contribuições	-	-	-	
Contribuições Sociais		-		
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.		-		
Receita Patrimonial		-		,
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	
Valores Mobiliários		-		
Delegação de Serviços Públicos		-		,
Exploração de Recursos Naturais		-		
Exploração do Patrimônio Intangível		-		,
Cessão de Direitos		-		
Demais Receitas Patrimoniais		-		
Receita Agropecuária		-	-	
Receita Industrial		-		
Receitas de Serviços	324.321,00	324.321,00	2.000.100,00	1.675.779,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	324.321,00	324.321,00	2.000.100,00	1.675.779,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte		-		
Serviços e Atividades Referentes à Saúde		-		
Serviços e Atividades Financeiras		-		
Outros Serviços		-	-	
Transferências Correntes		-		
Outras Receitas Correntes		-		
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais		-		
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		-		
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público		-		
Demais Receitas Correntes		-		
RECEITAS DE CAPITAL	6.691.185,00	6.691.185,00		-6.691.185,0
Operações de Crédito	6.691.185,00	6.691.185,00		-6.691.185,00
Operações de Crédito Internas	6.691.185,00	6.691.185,00		-6.691.185,0
Operações de Crédito Externas		-		
Alienação de Bens		-		
Alienação de Bens Móveis		-		
Alienação de Bens Imóveis		-	-	
Alienação de Bens Intangíveis		-		
Amortização de Empréstimos		-		
Transferências de Capital		-		
Outras Receitas de Capital		-		



3	20	N.	œ.	
A STATE	S		- 2	r
	20		. 6	P

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARI	A DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO ——————————————————————————————————	PERIODO — Anual
TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO	PAGINA
SUBTITULO	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA		
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	VALORES EM UN	IDADES DE REAL

RECEITA								
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO				
Integralização do Capital Social								
Resultado do Banco Central do Brasil								
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional								
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional								
Demais Receitas de Capital								
SUBTOTAL DE RECEITAS	7.015.506,00	7.015.506,00	2.000.100,00	-5.015.406,0				
REFINANCIAMENTO								
Operações de Crédito Internas								
Mobiliária								
Contratual								
Operações de Crédito Externas								
Mobiliária								
Contratual								
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	7.015.506,00	7.015.506,00	2.000.100,00	-5.015.406,0				
DEFICIT			33.274.562,20	33.274.562,2				
TOTAL	7.015.506,00	7.015.506,00	35.274.662,20	28.259.156,2				
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO								
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECADAÇÃO								

DESPESA									
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO			
DESPESAS CORRENTES	31.347.291,00	26.775.117,00	23.946.276,95	20.461.947,81	20.079.851,59	2.828.840,05			
Pessoal e Encargos Sociais	6.322.357,00	9.115.121,00	8.914.121,04	8.008.014,16	7.664.624,13	200.999,96			
Juros e Encargos da Dívida	-		-	-					
Outras Despesas Correntes	25.024.934,00	17.659.996,00	15.032.155,91	12.453.933,65	12.415.227,46	2.627.840,09			
DESPESAS DE CAPITAL	11.651.140,00	18.471.252,00	11.328.385,25	430.796,00	430.796,00	7.142.866,75			
Investimentos	11.651.140,00	18.471.252,00	11.328.385,25	430.796,00	430.796,00	7.142.866,75			
Inversões Financeiras	-		-	-					
Amortização da Dívida									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-		-	-					
SUBTOTAL DAS DESPESAS	42.998.431,00	45.246.369,00	35.274.662,20	20.892.743,81	20.510.647,59	9.971.706,80			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO									
Amortização da Dívida Interna	-		-	-					
Dívida Mobiliária	-		-	-					
Outras Dividas			-	-					
Amortização da Dívida Externa	-		-	-					
Dívida Mobiliária	-		-	-					
Outras Dívidas	-		-	-					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	42.998.431,00	45.246.369,00	35.274.662,20	20.892.743,81	20.510.647,59	9.971.706,80			
TOTAL	42.998.431,00	45.246.369,00	35.274.662,20	20.892.743,81	20.510.647,59	9.971.706,80			



Já.	P/I	734	ш.
5			2
g;			120
₩.	ë	S	3F.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		

2 2	DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO 2020	PERIODO Anual	
TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO	PAGINA —	
SUBTITULO	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA	0302/2021	3	
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	VALORES EM UN	DADES DE REAL	

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	2.685.250,14	2.137.220,28	2.137.220,28	429.617,42	118.412,44
Pessoal e Encargos Sociais	-	666.498,76	587.577,73	587.577,73	78.921,03	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	2.018.751,38	1.549.642,55	1.549.642,55	350.696,39	118.412,44
DESPESAS DE CAPITAL	-	5.407.040,00	5.396.889,96	5.396.889,96	0,04	10.150,00
Investimentos	-	5.407.040,00	5.396.889,96	5.396.889,96	0,04	10.150,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL		8.092.290,14	7.534.110,24	7.534.110,24	429.617,46	128.562,44

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		426.132,60	426.132,60		
Pessoal e Encargos Sociais	-	373.645,57	373.645,57	-	-
Juros e Encargos da Dívida		-	-		-
Outras Despesas Correntes		52.487,03	52.487,03		-
DESPESAS DE CAPITAL		-	-		-
Investimentos		-	-		-
Inversões Financeiras		-	-		-
Amortização da Divida		-	-		-
TOTAL		426.132,60	426.132,60		

BATISTA

JOSE DORNELAS Assinado de forma digital por JOSE DORNELAS BATISTA Dados: 2021.02.04 09:05:00

-03'00'



Anexo 2 – Balanço Patrimonial

- CONTROL - CONT	TÉRIO DA FAZENDA ARIA DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO — 2020	PERIODO ———————————————————————————————————
TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO -	PAGINA -
SUBTITULO	24208 - INSTITUTO NAC. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ITI - AUTARQUIA	03/02/2021	1
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	VALORES EM UN	IIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
ATIVO CIRCULANTE	3.009.440,41	2.971.831,67	PASSIVO CIRCULANTE	3.115.790,17	1.935.986,41
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.917.729,72	2.866.180,20	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	834.622,29	606.868,43
Créditos a Curto Prazo			Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	
Demais Créditos e Valores			Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo			Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo			Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	
Estoques	91.710,69	105.651,47	Provisões a Curto Prazo	-	
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda			Demais Obrigações a Curto Prazo	2.281.167,88	1.329.117,98
VPDs Pagas Antecipadamente					
ATIVO NÃO CIRCULANTE	13.501.807,66	11.983.911,45	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	
Ativo Realizável a Longo Prazo			Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	
Estoques			Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	
Investimentos			Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	
Participações Permanentes			Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	
Propriedades para Investimento			Provisões a Longo Prazo	-	
Propriedades para Investimento			Demais Obrigações a Longo Prazo	-	
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos			Resultado Diferido	-	
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos			TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	3.115.790,17	1.935.986,41
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-		PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo			ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS			Patrimônio Social e Capital Social	2020	20.0
Demais Investimentos Permanentes			Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)		
Demais Investimentos Permanentes			Reservas de Capital		
 (-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm. 			Ajustes de Avaliação Patrimonial	1	
Imobilizado	12.442.737,19	10.924.840,98	Reservas de Lucros		
Bens Móveis	9.854.982,24	7.647.017,99	Demais Reservas	1	
Bens Móveis	21.167.118,21	17.829.597,54	Resultados Acumulados	13.395.457,90	13.019.756,71
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-11.312.135,97	-10.182.579,55	Resultados do Exercício	375.701.19	1.187.767.82
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis			Resultados de Exercícios Anteriores	13.019.756.71	11.964.265.50
Bens Imóveis	2.587.754,95	3.277.822,99		13.018.730,71	11.504.203,30
Bens Imóveis	3.450.340,00	3.450.340,00	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.395.457,90	13.019.756,71
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-862.585,05	-172.517,01	TOTAL DO FATRIMONIO ENGODO	13.353.457,50	13.015.730,71
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis					
Intangível	1.059.070,47	1.059.070,47			
Softwares	1.059.070,47	1.059.070,47			
Softwares	1.059.070,47	1.059.070,47			
(-) Amortização Acumulada de Softwares					
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais					
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-				
		l			



MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL						EXERCICIO — 2020	PERIODO Anual		
TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - 1	TODOS OS ORÇAMENTOS					EMISSAO -	PAGINA	
SUBTITULO	24208 - INSTITUTO NAC DE	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO-ITI - A	LITAROUIA				03/02/2021	2	
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA R						VALORES EM UNIDAD	ES DE REAL	
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA R	EPUBLICA							
		ATIVO					PASSIVO		
	EGDEGIE G. G.						PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	ESPECIFICAÇÃ	0	2020	2019	ES	PECIFICAÇ	ÃO	2020	2019
	mulada de Marcas, Direitos e P		-						
	r Recuperável de Marcas, Direi	itos e Pat.	-						
Direitos de Uso de Imó Direitos de Uso de I			-						
	moveis mulada de Direito de Uso de In	nóveis							
	r Recuperável Direito de Uso d								
Diferido			-						
TOTAL DO ATIVO			16.511.248,07	14.955.743,12	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUI	DO		16.511.248,07	14.955.743,12
QUADRO DE ATIVOS E PAS	SSIVOS FINANCEIROS E PER				T		D.1001110		
		ATIVO					PASSIVO		
	ESPECIFICAÇÃ	AO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO			2020	2019
ATIVO FINANCEIRO		2.917.729,72		PASSIVO FINANCEIRO PASSIVO PERMANENTE			14.892.577,05 2.733.693.95	8.518.422,74	
ATIVO PERMANENTE SALDO PATRIMONIAL			13.593.518,35	12.089.562,92	SALDO PATRIMONIAL				1.509.853,81 4.927.466.57
UNEDO I ATTIMOTIAL					CALDO I ATTIMIONIAL				4.527.400,07
QUADRO DE COMPENSAÇÃ	ĎES								
		ATIVO					PASSIVO		
ESPECII	FICAÇÃO	2020	2019		ESPECIFICAÇÃO		2020	2019	
ESPECIFICAÇÃO / Saldo	dos Atos Potenciais Ativos	2020	2015		ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potencia	is Passivos	2020	2015	
SALDO DOS ATOS POTEN	CIAIS ATIVOS	4.662.898,86		1.508.190,67	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	S	5.912.406,61		5.889.477,34
Atos Potenciais Ativos		4.662.898,86		1.508.190,67	Atos Potenciais Passivos		5.912.406,61		5.889.477,34
Garantias e Contragara		1.433.426,46		556.323,99					-
Direitos Conveniados e Direitos Contratuais	Outros Instrumentos Cong	3.229.472,40		951.866,68		umentos C			-
Outros Atos Potenciais	Atjune				Obrigações Contratuais Outros Atos Potenciais Passivos		5.912.406,61		5.889.477,34
TOTAL		4.662.898,86		1.508.190,67			5.912.406,61		5.889.477,34
DEMONSTRATIVO DO SUP	ERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	O APURADO NO BALANÇO PATRIMONIA	AL						
	DEST	TINAÇÃO DE RECURSOS				SUPE	ERAVIT/DEFICT FINANCEIRO		
Recursos Ordinários									-8.366.994,07
Recursos Vinculados					-3.607.853,26				
Seguridade Social (Exceto									-19.546,90
Previdência Social (RPPS) Dívida Pública									-5.836.859.41
	os a Fundos, Órgãos e Prog								2.248.553.05
TOTAL	,								-11.974.847.33



Anexo 3 – Balanço Financeiro

	MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL		EXERCICIO 2020	PERIODO ———————————————————————————————————
TITULO		BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO -	PAGINA -
			03/02/2021	1
SUBTITULO		24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA		•
ORGAO SUPERIOR 20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA		VALORES EM UN	IDADES DE REAL	

INGRESSOS	INGRESSOS		DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2020	2019	ESPECIFICAÇÃO	2020	2019
Receitas Orçamentárias	2.000.100,00	434.161,68	Despesas Orçamentárias	35.274.662,20	27.662.083,54
Ordinárias	-	-	Ordinárias	26.451.958,46	27.412.083,54
Vinculadas	2.000.100,00	534.161,68	Vinculadas	8.822.703,74	250.000,00
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	96.316,00	
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.000.100,00	534.161,68	Previdência Social (RPPS)	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-100.000,00	Dívida Pública	8.404.947,74	
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	321.440,00	250.000,00
Transferências Financeiras Recebidas	32.309.810,00	25.947.456,51	Transferências Financeiras Concedidas	5.787.470,05	2.318.524,95
Resultantes da Execução Orçamentária	26.229.739,32	23.575.587,11	Resultantes da Execução Orçamentária	5.612.470,05	2.318.164,62
Repasse Recebido	26.229.739,32	23.575.587,11	Repasse Concedido	5.612.470,05	2.318.164,62
Independentes da Execução Orçamentária	6.080.070,68	2.371.869,40	Independentes da Execução Orçamentária	175.000,00	360,33
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	6.080.070,68	2.371.869,40	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	175.000,00	
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais		360,33
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	14.793.259,38	8.848.668,20	Pagamentos Extraorçamentários	7.989.487,61	4.281.941,19
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	382.096,22	426.132,60	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	426.132,60	414.405,10
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	14.381.918,39	8.092.290,14	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	7.534.110,24	3.537.650,96
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	29.244,77	329.885,13	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	29.244,77	329.885,13
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	360,33	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Arrecadação de Outra Unidade		360,33			
Saldo do Exercício Anterior	2.866.180,20	1.898.443,49	Saldo para o Exercício Seguinte	2.917.729,72	2.866.180,20
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.866.180,20	1.898.443,49	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.917.729,72	2.866.180,20
TOTAL	51.969.349,58	37.128.729,88	TOTAL	51.969.349,58	37.128.729,88

JOSE DORNELAS Assinado de forma digital por **BATISTA**

JOSE DORNELAS BATISTA Dados: 2021.02.04 08:50:23 -03'00'



Anexo 4 – Demonstrações das Variações Patrimoniais

NO.	A DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO — 2020	PERIODO — Anual
JLO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO -	PAGINA —
		03/02/2021	1
BTITULO	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA		
		VALOREC ENTIN	UDARES DE REAL
GAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	VALORES EM UN	VIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	34.367.030,26	26.517.114,96	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria			
Impostos			
Taxas			
Contribuições de Melhoria			
Contribuições			
Contribuições Sociais			
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico			
Contribuição de Iluminação Pública			
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais			
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.000.100,00	404.158,52	
Venda de Mercadorias			
Vendas de Produtos			
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.000.100,00	404.158,52	
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos			
Juros e Encargos de Mora			
Variações Monetárias e Camblais			
Descontos Financeiros Obtidos			
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras			
Aportes do Banco Central			
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras			
Transferências e Delegações Recebidas	32.366.251,84	25.958.207,91	
Transferências Intragovernamentais	32.309.810,00	25.947.456,51	
Transferências Intergovernamentais			
Transferências das Instituições Privadas			
Transferências das Instituições Multigovernamentais			
Transferências de Consórcios Públicos			
Transferências do Exterior			
Execução Orçamentária Delegada de Entes			
Transferências de Pessoas Físicas			
Outras Transferências e Delegações Recebidas	56.441,84	10.751,40	
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	678,42	124.385,04	
Resvaliação de Ativos			
Ganhos com Alienação			
Ganhos com Incorporação de Ativos	678,42	124.385,04	
Ganhos com Desincorporação de Passivos			
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		,	
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	30.363,49	
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-		
Resultado Positivo de Participações	-		
Operações da Autoridade Monetária	-		





MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA D	DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO — 2020	PERIODO — Anual
TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO	PAGINA —
SUBTITULO 2	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA	03/02/2021	2
ORGAO SUPERIOR 2	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	VALORES EM UN	IDADES DE REAL

	2020	2019
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	30.363,
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	33.991.329,07	25.329.347,
Pessoal e Encargos	9.226.999,67	8.399.701,
Remuneração a Pessoal	2.845.662,75	2.734.917,
Encargos Patronais	356.815,04	318.944,
Beneficios a Pessoal	359.434,32	305.555,
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	5.665.087,56	5.040.283,
Beneficios Previdenciários e Assistenciais	215.456,76	
Aposentadorias e Reformas	-	
Pensões	-	
Beneficios de Prestação Continuada	-	
Beneficios Eventuais	-	
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	
Outros Beneficios Previdenciários e Assistenciais	215.456,76	
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	15.547.997,08	13.152.720,
Uso de Material de Consumo	23.216,57	200.543,
Serviços	13.223.204,76	11.037.022,
Depreciação, Amortização e Exaustão	2.301.575,75	1.915.155,
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	13,50	10,
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	
Juros e Encargos de Mora	13,50	10,
Variações Monetárias e Cambiais	-	
Descontos Financeiros Concedidos	-	
Aportes ao Banco Central	-	
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	_	
Transferências e Delegações Concedidas	7.797.870,01	2.318.524,
Transferências Intragovernamentais	5.787.470,05	2.318.524
Transferências Intergovernamentais	-	
Transferèncias a Instituições Privadas	-	
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	
Transferèncias a Consórcios Públicos	-	
Transferèncias ao Exterior	-	
Execução Orçamentária Delegada a Entes		
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.010.399,96	
Desvalorização e Perda de Ativos e incorporação de Passivos	1.006.800,98	1.328.212,
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	
Perdas com Allenação	_	
Perdas Involuntárias	54.934,30	2.229
Incorporação de Passivos	951.866,68	1.325.983
Desincorporação de Ativos		



9 2 311 22	STÉRIO DA FAZENDA ETARIA DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO ——————————————————————————————————	PERIODO —
TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO -	PAGINA -
CLIPTITI II O	A COMP. MONTH TO MAKE TO THE PERSON OF THE P	03/02/2021	3
SUBTITULO	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA		
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	VALORES EM UN	IIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2020	2019
Tributárias	59.381,37	58.203,03
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	50.972,12	49.353,03
Contribuições	8.409,25	8.850,00
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados		
Custo das Mercadorias Vendidas		-
Custos dos Produtos Vendidos		-
Custo dos Serviços Prestados		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	136.809,70	71.973,99
Premiações		
Resultado Negativo de Participações		
Operações da Autoridade Monetária		
Incentivos		
Subvenções Econômicas		
Participações e Contribuições		
Constituição de Provisões		
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	136.809,70	71.973,99
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	375.701,19	1.187.767,82

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
		2019

JOSE DORNELAS por JOSE DORNELAS **BATISTA**

Assinado de forma digital BATISTA

Dados: 2021.02.04 09:59:08

-03'00'



Anexo 5 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	RIO DA FAZENDA A DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO — 2020	PERIODO — Anual
)	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO -	PAGINA -
		03/02/2021	1
TULO	24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA		
			10 1 D E O D E O D E 11
O SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	VALORES EM UN	IIDADES DE REAL

	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.879.235,48	4.671.495,22
INGRESSOS	34.339.154,77	26.711.863,65
Receita Tributária		
Receita de Contribuições		
Receita Agropecuária		
Receita Industrial		
Receita de Serviços	2.000.100,00	404.158,52
Remuneração das Disponibilidades		
Outras Receitas Derivadas e Originárias		30.003,16
Transferências Recebidas		
Intergovernamentais	-	
Dos Estados e/ou Distrito Federal		
Dos Municípios		
Intragovernamentais	-	
Outras Transferências Recebidas		
Outros Ingressos Operacionals	32.339.054,77	26.277.701,97
Ingressos Extraorçamentários	29.244,77	329.885,13
Transferências Financeiras Recebidas	32.309.810,00	25.947.456,51
Arrecadação de Outra Unidade		360,33
DESEMBOLSOS	-28.459.919,29	-22.040.368,43
Pessoal e Demais Despesas	-22.286.389,43	-18.853.709,02
Legislativo		
Judiciário	-242.450,00	
Essencial à Justiça		
Administração	-22.043.939,43	-18.853.709,02
Defesa Nacional		
Segurança Pública		
Relações Exteriores		
Assistência Social		
Previdência Social		
Saúde	-	
Trabalho	-	
Educação	-	
Cultura		
Direitos da Cidadania	-	
Urbanismo		
Habitação		
Saneamento	-	
Gestão Ambiental		
Ciência e Tecnologia		
Agricultura		
Organização Agrária		
Indústria		
Comércio e Serviços		

.



MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	EXERCICIO — 2020	PERIODO —
TITULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EMISSAO -	PAGINA -
SUBTITULO 24208 - INSTITUTO NAC.DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO-ITI - AUTARQUIA	03/02/2021	2
ORGAO SUPERIOR 20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA	VALORES EM UN	IDADES DE REAL

	2020	2019
Comunicações		
Energia		
Transporte		
Desporto e Lazer		
Encargos Especiais		
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		
Juros e Encargos da Dívida		
Juros e Correção Monetária da Divida Interna		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa		
Outros Encargos da Divida		
Transferências Concedidas	-356.815,04	-538.249,33
Intergovernamentals		
A Estados e/ou Distrito Federal		
A Municípios		
Intragovernamentais	-356.815,04	-538.249,33
Outras Transferências Concedidas		
Outros Desembolsos Operacionals	-5.816.714,82	-2.648.410,08
Dispendios Extraorçamentários	-29.244,77	-329.885,13
Transferências Financeiras Concedidas	-5.787.470,05	-2.318.524,95
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-5.827.685,96	-3.703.758,51
INGRESSOS		
Alienação de Bens		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos		
Outros Ingressos de Investimentos		
DESEMBOLSOS	-5.827.685,96	-3.703.758,51
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.827.685,96	-3.499.369,04
Concessão de Empréstimos e Financiamentos		
Outros Desembolsos de Investimentos		-204.389,47
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
Operações de Crédito		
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes		
Transferências de Capital Recebidas		
Outros Ingressos de Financiamento		,
DESEMBOLSOS		
Amortização / Refinanciamento da Dívida		
Outros Desembolsos de Financiamento		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	51.549,52	967.736,71
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.866.180,20	1.898.443,49
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.917.729,72	2.866.180,20



Anexo 6 - Declaração Anual do Contador

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2020, do Instituto Nacional de Tecnologia e Informação - ITI.

A presente declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020, que é realizada pelo Serviço de Contabilidade do ITI, pautada na Macrofunção 020315 - Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, que visa assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira, sistema do Governo Federal, onde são executados os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2020, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI.

Brasília-DF, 10 de fevereiro de 2021

BATISTA

JOSE DORNELAS Assinado de forma digital por JOSE DORNELAS BATISTA Dados: 2021.02.10 10:04:23 -03'00'

> José Dornelas Batista Contador

CRC/DF nº 7.089